

Questões da FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS importantes para o conteúdo “COMUM” da Câmara dos Deputados:

PARTE I de II:

Questões: 1, 2, 3, 7, 8, 20, 23, 24, 26, 35, 36, 41, 42, 44, 51, 62, 65, 66, 68 a 71, 74 a 77, 79 a 84, 91, 92, 94, 97, 101 a 103, 107, 108, 110, 113 a 119, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 130, 133, 134, 136 a 140, 143, 144, 146 a 149, 151, 152, 156, 157, 158, 162, 165 a 168, 170 a 176, 181 a 183, 186, 187, 189, 190, 193, 194, 196, 197, 199 a 201, 203, 205, 208 a 213, 216, 218, 219, 221 a 226, 230, 231, 233, 235 a 238, 240, 241, 243 a 248, 251 a 256, 259 a 261, 264, 265 a 271, 274 e 278!

PARTE II de II:

Questões: 1 a 3, 5 a 8, 12 a 17, 20 a 25, 28, 29, 31 a 34, 38, 41 a 44, 46 a 48, 51 a 55, 57, 58, 60, 61, 63 a 67, 69, 70, 72, 73, 76 a 79, 81 a 83, 85 a 90, 93, 94, 97 a 100, 102, 104, 105, 111 a 117, 122, 126, 128 a 130, 133 a 135, 137, 139, 144, 145, 148, 153, 155, 157, 159, 161, 164, 165, 167, 170 175, 180, 181, 186 a 188, 190, 201, 204 a 207, 209 a 211, 213 e 216!

André Alencar dos Santos
andre.concursos@terra.com.br

PROVAS – FCC – PARTE I DE II**PROVA 1 – BANCO CENTRAL**

1. Tício deseja assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa constantes de registros de entidades governamentais. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, Tício deverá impetrar

- (A) ação popular.
(B) mandado de segurança.
(C) *habeas corpus*.
(D) mandado de injunção.
(E) *habeas data*.

2. Maria, enfermeira do Hospital Federal X, deseja acumular seu cargo público privativo de profissional de saúde de profissão regulamentada com outro cargo público privativo de profissional de saúde de profissão regulamentada, tendo em vista que há compatibilidade de horários entre eles. Neste caso, considerando que ambos os cargos são remunerados, é certo que

- (A) será permitida a acumulação dos cargos, tratando-se de exceção prevista na Constituição Federal brasileira.
(B) não será permitida a acumulação dos cargos, uma vez que a Constituição Federal brasileira só permite a acumulação de cargo público remunerado com outro gratuito.

(C) não será permitida a acumulação dos cargos, porque a Constituição Federal brasileira veda, em qualquer hipótese, a acumulação remunerada de cargos públicos.

(D) não será permitida a acumulação dos cargos, uma vez que a Constituição Federal brasileira só permite a acumulação de um cargo público de professor com outro técnico ou científico.

(E) não será permitida a acumulação dos cargos públicos, uma vez que a Constituição Federal brasileira só permite a acumulação de dois cargos públicos de professores.

3. A respeito da fundação de sindicato, considere, dentre outros, os requisitos abaixo.

I. Autorização do Estado para a respectiva fundação.

II. Inexistência de outra organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.

III. Requerimento de registro no órgão competente.

IV. Concessão do prazo mínimo de 6 (seis) meses para que os representantes da categoria se filiem, obrigatoriamente, ao sindicato.

Estão corretos, de acordo com a Constituição Federal brasileira, os indicados APENAS em

- (A) I e II. (B) I, II e III. (C) I, II e IV. (D) II e III. (E) III e IV.

PROVA 2 – COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS – CEAL - advogado

4. Os princípios constitucionais que regem a Administração Pública podem ser expressos ou implícitos, são multifuncionais, sendo certo que, dentre outras características,

I. norteiam a elaboração legislativa e a aplicação das normas jurídicas (função orientadora);

II. não permitem uma compreensão global e unitária do texto constitucional, ou ainda, a harmonia na aplicação do direito (função supletiva);

III. esclarecem o sentido, a dimensão e o conteúdo nas normas jurídicas (função interpretativa);

IV. têm funções normogênica e discricionária, mas desprovidas de funções sistêmica e vinculante.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e II. (B) I e III. (C) I e IV. (D) II e IV. (E) III e IV

5. Considere:

I. O decreto assinado pelo Governador do Estado e referendado pelo Secretário de Estado.

II. A nomeação do Procurador-Geral da República, com a prévia aprovação do Senado Federal.

III. A informação lançada em determinado processo administrativo.

Esses atos administrativos são classificados, respectivamente, como

- (A) complexo, declaratório e constitutivo.
(B) composto, complexo e enunciativo.
(C) enunciativo, complexo e composto.
(D) complexo, composto e enunciativo.
(E) composto, pendente e constitutivo.

PROVA 3 – PREFEITURA DO JABOATÃO DOS GUARARAPES Auditor Tributário:

6. É previsão constitucional comum ao estado de sítio e ao estado de defesa

(A) o acompanhamento e a fiscalização da execução de suas medidas por Comissão composta por membros do Congresso Nacional.

(B) a necessidade de autorização prévia dos Conselhos da República e de Defesa Nacional para sua decretação.

(C) a submissão do decreto respectivo à ratificação do Congresso Nacional dentro de 24 horas, sob pena de nulidade da decretação.

(D) a possibilidade de restrição relativa à liberdade de locomoção, consistente na obrigação de permanência em localidade determinada.

(E) a irresponsabilidade por eventuais ilícitos cometidos pelos respectivos executores ou agentes, diante da excepcionalidade das medidas autorizadas pela Constituição.

7. Sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á ao interessado

- (A) ação declaratória de constitucionalidade.
(B) ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
(C) mandado de injunção.
(D) mandado de segurança.
(E) ação popular.

8. Proposta de Emenda à Constituição de iniciativa do Presidente da República, versando sobre mudanças no processo de elaboração de leis, é aprovada em dois turnos, por três quintos dos membros da Câmara dos Deputados,

sendo, no entanto, rejeitada em primeiro turno de votação pelo Senado Federal. Nessa hipótese,

(A) a proposta deve ser submetida a nova votação no Senado, pois a Constituição exige votação em dois turnos em cada Casa do Congresso Nacional.

(B) nova proposta de Emenda à Constituição versando sobre a mesma matéria somente poderá ser apresentada na sessão legislativa seguinte.

(C) não mais poderá o Presidente da República exercer sua iniciativa de reforma da Constituição em relação a essa matéria.

(D) a apreciação de eventual nova proposta de Emenda à Constituição sobre a mesma matéria deverá ser iniciada obrigatoriamente no Senado.

(E) somente um terço dos membros de uma das Casas do Congresso Nacional terá legitimidade para apresentar nova proposta de Emenda à Constituição sobre a mesma matéria.

9. Sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, é INCORRETO afirmar que

(A) o veto do Presidente da República a projetos de lei por contrariedade à Constituição é mecanismo de controle político preventivo de constitucionalidade.

(B) a Constituição atribui competência ao Senado Federal para a suspensão, no todo ou em parte, da execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

(C) se trata de sistema misto, por conhecer mecanismos de controle político e jurisdicional de constitucionalidade e, dentre estes, admitir o controle por via de ação e via de exceção.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(D) tanto a ação direta de inconstitucionalidade como a ação declaratória de constitucionalidade podem ter por objeto lei ou ato normativo estadual questionado em face da Constituição federal.

(E) compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, o que não exclui, no entanto, a competência dos demais órgãos do Poder Judiciário para conhecer da constitucionalidade das leis.

10. Na hipótese de se descobrirem indícios de que o Presidente da República, anos antes de ser eleito e assumir o cargo, teria cometido ato atentatório à vida de outrem, a Constituição prevê que

(A) o Presidente ficará suspenso do exercício de suas funções, após a instauração do processo para apuração de crime de responsabilidade.

(B) cessará o afastamento do Presidente da República se, decorrido o prazo de 120 dias, o julgamento a que for submetido não estiver concluído, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

(C) eventual acusação contra o Presidente da República somente poderá ser admitida por dois terços dos membros do Senado Federal, sendo ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

(D) compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente da República, funcionando como Presidente dessa Casa o do Supremo Tribunal Federal.

(E) não poderá o Presidente da República, na vigência de seu mandato, ser responsabilizado por ato dessa natureza na medida em que é estranho ao exercício de suas funções.

11. De acordo com disposição expressa da Constituição Federal, compete igualmente ao Conselho da República e ao Conselho de Defesa Nacional pronunciar-se sobre

(A) iniciativas necessárias para garantir a independência nacional.

(B) declaração de guerra e celebração de paz.

(C) critérios para a utilização de áreas indisponíveis à segurança do território.

(D) intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.

(E) condições de uso de áreas relacionadas com a exploração de quaisquer recursos naturais.

12. Considere as afirmações a seguir, sobre a composição do Conselho Nacional de Justiça:

I. Seus membros são escolhidos entre brasileiros natos, com mais de 35 e menos de 66 anos, para exercerem mandato de 2 anos, admitida uma recondução.

II. O Conselho será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele Tribunal.

III. Conta com 15 membros, sendo 9 pertencentes aos quadros do Poder Judiciário, 2 integrantes das carreiras do Ministério Público da União e do Ministério Público estadual, 2 advogados e 2 cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada.

PROVA 4 – PREFEITURA DO JABOATÃO DOS GUARARAPES Procurador do Município

16. O Poder Constituinte Derivado ou Instituído caracteriza-se por ser

(A) perene, na medida em que o seu titular pode exercê-lo a qualquer tempo.

(B) subordinado aos princípios gerais do Direito vigentes no momento em que este Poder é exercido.

(C) condicionado às regras de forma estabelecidas pelo Poder Constituinte Originário.

(D) inicial, na medida em que cria a ordem jurídica, não sendo criado por ela.

(E) soberano, por tratar-se de Poder absoluto e supremo, criador de normas constitucionais.

17. Suponha que no ano de 2004 tenha sido editada certa lei estadual de acordo com as normas constitucionais então vigentes. Suponha, ainda, que a constitucionalidade desta mesma lei tenha se tornado duvidosa em face de emendas constitucionais promulgadas posteriormente à sua edição. Nessa hipótese, a inconstitucionalidade superveniente desta lei poderá ser

IV. Seus membros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II. (B) I e III. (C) II e III. (D) II e IV. (E) III e IV.

13. Com vistas a prover a execução de lei federal, o Supremo Tribunal Federal dá provimento a representação do Procurador-Geral da República, para decretação de intervenção da União em determinado Estado da federação. Na sequência, o Presidente da República decreta a intervenção, que se restringe à suspensão da execução do ato objeto de impugnação na referida representação. Nessa hipótese, a decretação da intervenção

(A) atende aos requisitos previstos na Constituição Federal para tanto.

(B) é inconstitucional, por não se tratar de hipótese em que a intervenção é decretada a partir de representação do Procurador-Geral da República.

(C) deveria ter sido submetida à apreciação prévia do Congresso Nacional, sendo, por isso, inconstitucional.

(D) deverá ser apreciada, no prazo de 24 horas, pela Assembléia Legislativa do Estado em questão, sob pena de inconstitucionalidade.

(E) é inconstitucional, por não se tratar de hipótese autorizativa de decretação de intervenção da União em Estado da federação.

14. Considerados os critérios de classificação das Constituições segundo sua estabilidade e extensão, a Constituição brasileira vigente é

(A) semi-rígida e histórica.

(B) rígida e analítica.

(C) flexível e sintética.

(D) dogmática e outorgada.

(E) imutável e promulgada.

15. Sobre as atribuições constitucionais dos Municípios na promoção da educação, é INCORRETO afirmar que

(A) os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, ficando a cargo dos Estados e do Distrito Federal a atuação prioritária no ensino fundamental e médio.

(B) nos 10 primeiros anos da promulgação da Emenda Constitucional no 14, de 1996, os Municípios destinarão não menos de 60% dos recursos vinculados à educação na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

(C) na organização de seus sistemas de ensino, os Municípios definirão formas de colaboração com os Estados, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

(D) os Municípios aplicarão, anualmente, no mínimo, 25%, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do ensino.

(E) é vedada a destinação de recursos a bolsas de estudo para o ensino fundamental, na medida em que o Poder Público municipal está obrigado a investir, prioritariamente, na expansão de sua rede.

(A) afastada ou declarada somente mediante instrumentos do controle concentrado de constitucionalidade.

(B) afastada ou declarada somente mediante instrumentos do controle difuso de constitucionalidade.

(C) declarada por decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade.

(D) afastada somente por decisão proferida em ação declaratória de constitucionalidade.

(E) declarada por decisão proferida em arguição de descumprimento de preceito fundamental.

18. Segundo a legislação pertinente, a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade

(A) deve ser julgada sem a oitiva do Advogado Geral da União.

(B) não pode ser concedida sem a prévia audiência dos órgãos ou das autoridades interessadas, mesmo em caso de excepcional urgência.

(C) se concedida torna aplicável a legislação anterior àquela declarada inconstitucional, salvo expressa manifestação em sentido contrário.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(D) pode ser concedida pelo voto da maioria simples dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
(E) terá sempre efeitos retroativos.

19. A imunidade tributária recíproca tem como fundamento o princípio

- (A) da soberania dos entes políticos internos.
(B) federativo.
(C) republicano.
(D) democrático.
(E) da igualdade entre os contribuintes.

20. A Constituição Federal outorga às Comissões Parlamentares de Inquérito poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, entre os quais o de

- I. decretar a prisão preventiva;*
II. determinar a quebra de sigilo fiscal e bancário;
III. determinar o afastamento de cargo ou função pública enquanto pendente a investigação;
IV. determinar a indisponibilidade de bens.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) II e IV. (B) II e III. (C) II. (D) I e IV. (E) I e III.

21. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão

- I. por lei estadual;*
II. dentro do período determinado por lei complementar federal;
III. após prévia consulta às populações dos Municípios envolvidos, mediante plebiscito;
IV. após divulgação dos estudos de viabilidade municipal aprovados pelo Senado Federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas. (B) I e IV, apenas. (C) I e III, apenas.
(D) I, II e III, apenas. (E) I, II, III e IV.

22. Dentre os limites à auto-organização dos Municípios, traçados pela Constituição Federal, está a regra segundo a qual

- (A) o número de vereadores deve ser proporcional ao eleitorado do Município.
(B) o subsídio dos vereadores deve ser fixado pelas respectivas Câmaras Municipais para vigência na mesma legislatura em que for estabelecido.
(C) o Prefeito deve ser julgado pelo Tribunal de Justiça, ainda que pela prática de crime de competência da Justiça Federal.
(D) deve ser concedida a um por cento do eleitorado municipal a iniciativa para proposição de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros.
(E) o total da despesa com a remuneração dos vereadores não pode ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

23. Compete à Câmara dos Deputados

- (A) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro do prazo constitucionalmente previsto.
(B) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
(C) autorizar operações externas de natureza financeira de interesse dos Municípios.
(D) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada dos Municípios.
(E) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão do Supremo Tribunal Federal.

24. Na hipótese de o Presidente da República solicitar urgência para a apreciação de projeto de lei de sua iniciativa,

- (A) havendo emendas do Senado Federal, as regras do processo legislativo sumário não mais se aplicam à deliberação sobre a proposição.
(B) o prazo constitucionalmente fixado para a deliberação sobre a proposição não se aplica aos projetos de código.
(C) o prazo constitucionalmente fixado para a deliberação sobre a proposição corre, inclusive, durante o recesso do Congresso Nacional.

(D) cada Casa do Congresso Nacional terá o prazo de 60 dias para manifestar-se sobre a proposição, prorrogável uma vez por igual prazo.
(E) todas as demais deliberações serão sobrestadas, inclusive aquelas sobre medidas provisórias.

25. A Constituição Federal NÃO adota a idade como critério diferencial de tratamento entre

- (A) os autores de ações de *habeas corpus* e *habeas data*, para a concessão de gratuidade às demandas.
(B) usuários de transportes coletivos urbanos, para a concessão de gratuidade dos serviços.
(C) candidatos empatados em segundo lugar no primeiro turno de votação para eleição de Presidente da República.
(D) aqueles que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, para a concessão de benefício mensal no valor de um salário mínimo.
(E) os condenados judicialmente, para a designação do estabelecimento em que a pena será cumprida.

26. Os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual e Municipal, em virtude de sentença judiciária transitada em julgado, independem de expedição de precatório

- (A) a Fazenda concordar com o valor cobrado judicialmente.
(B) o credor for pessoa jurídica de direito público.
(C) relativos a salários, vencimentos, proventos, pensões, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez.
(D) relativos a obrigações definidas em lei como de pequeno valor.
(E) relativos a indenizações por morte ou invalidez.

27. Tanto o estado de sítio como o estado de defesa são medidas excepcionais, decretadas pelo Presidente da República, que comportam a suspensão de garantias constitucionais. No entanto, o estado de sítio pode ser decretado pelo Presidente da República

- (A) por prazo indeterminado, no caso de declaração de estado de guerra ou de resposta à agressão armada estrangeira, ao contrário do estado de defesa, que sempre é decretado por prazo determinado.
(B) independentemente de prévia autorização do Congresso Nacional, ao contrário do estado de defesa.
(C) independentemente de prévia oitiva dos Conselhos da República e de Defesa Nacional, ao contrário do estado de defesa.
(D) somente se se mostrarem ineficazes as medidas restritivas adotadas em anterior decreto de estado de defesa.
(E) sem que possa ser submetido a qualquer controle jurisdicional, em virtude de tratar-se de ato eminentemente político, ao contrário do estado de defesa.

28. O Poder Público Municipal, mediante lei específica, poderá exigir do proprietário de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento,

- (A) sob pena de confisco do bem, caso nenhuma outra medida tenha se mostrado eficaz para que a norma municipal seja cumprida.
(B) desde que a área esteja incluída no plano diretor.
(C) sob pena de imposição de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressiva em razão do valor do imóvel.
(D) sob pena de desapropriação com pagamento da indenização em dinheiro, parcelada em até dez anos.
(E) sob pena de seqüestro de bens para viabilizar a edificação compulsória.

29. Dentre os princípios que regem a seguridade social NÃO se encontra o da

- (A) diversidade da base de financiamento.
(B) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
(C) equidade na forma de participação no custeio.
(D) universalidade da cobertura e do atendimento.
(E) centralização de sua administração.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

30. Considerando o sistema de repartição de competências estabelecido na Constituição Federal é correto afirmar:

- I. a todos os entes federativos foram atribuídas competências materiais;
- II. os Municípios não podem suplementar a legislação federal, mas somente a estadual;
- III. ao Distrito Federal foram atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios;

- IV. em matéria de competência legislativa concorrente, aos Estados é vedado suprir a ausência de normas gerais editadas pela União;
- V. é vedada a delegação de competência legislativa da União Federal aos Municípios.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) II e IV. (B) II, III e V. (C) I, IV e V. (D) I, III e V. (E) I, II e III.

PROVA 5 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS Procurador de 3 Classe

31. A Constituição Federal estabelece que

- (A) o Estado não intervirá em seus Municípios, exceto quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal no desenvolvimento do desporto, do trabalho e da moradia.
- (B) a União intervirá nos Municípios localizados em Território Federal, quando deixar de ser paga, em qualquer hipótese, por três anos consecutivos a dívida fundada.
- (C) no caso de desobediência a ordem do Poder Judiciário, a decretação da intervenção dependerá de requisição do Procurador-Geral da República ou do Procurador-Geral de Justiça Estadual.
- (D) o decreto de intervenção será necessariamente submetido a apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de setenta e duas horas.
- (E) cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.

processual; a necessidade da oitiva do Advogado-Geral da União e a vedação do exercício do poder geral de cautela por parte do STF.

V. Declarada a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, não há a possibilidade de nova análise contestatória da matéria, sob a alegação da existência de novos argumentos que ensejariam uma nova interpretação no sentido de sua inconstitucionalidade.

Estão corretas APENAS

- (A) I e III. (B) I, II e IV. (C) II, III e V. (D) III, IV e V. (E) IV e V.

32. Atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na do respectivo Estado, o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em

- (A) dois turnos, com o interstício mínimo de cinco dias, aprovada pela maioria simples dos membros da Câmara Municipal, e promulgada pelo Chefe do Executivo Municipal.
- (B) turno único, aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal e promulgada pelo Chefe do Executivo Municipal.
- (C) turno único, aprovada pela maioria simples dos membros da Câmara Municipal e sancionada pelo Chefe do Executivo Municipal.
- (D) dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- (E) dois turnos, em sessão única, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a sancionará.

35. Compete privativamente ao Presidente da República

- (A) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- (C) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (D) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (E) aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

33. Quanto à fiscalização e ao controle das contas municipais, a Constituição Federal prevê que

- (A) o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- (B) é vedada a criação de Tribunais de Contas Municipais, salvo de Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- (C) o parecer prévio, emitido sobre as contas que o Prefeito deve semestralmente prestar, só deixará de prevalecer pela decisão da maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
- (D) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Executivo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Legislativo Municipal.
- (E) a Câmara Municipal não gastará mais de 50% de sua receita com folha de pagamento, não podendo a remuneração dos vereadores ultrapassar o montante de 7% da receita do Município.

36. A medida provisória com força de lei, editada pelo Presidente da República em caso de relevância e urgência,

- (A) manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto, quando alterado o seu texto original pela aprovação de projeto de lei de conversão.
- (B) deverá ser submetida de imediato ao Senado Federal.
- (C) poderá versar, dentre outras, sobre matéria relativa a direito eleitoral.
- (D) perderá sua eficácia, desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de trinta dias contados da sua remessa à casa legislativa.
- (E) não poderá ser reeditada na mesma sessão legislativa, quando rejeitada, salvo a que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

37. Dentre os quinze membros do Conselho Nacional de Justiça,

- (A) um juiz estadual será indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (B) dois cidadãos, de notável saber jurídico e de reputação ilibada, serão indicados pelo Congresso Nacional.
- (C) um juiz federal será indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) um juiz do trabalho será indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) dois membros do Ministério Público Estadual, serão escolhidos pelo Colégio de Procuradores-Gerais de Justiça.

34. Em tema de ação declaratória de constitucionalidade, considere as assertivas:

- I. A sua finalidade precípua é transformar a presunção absoluta de constitucionalidade em presunção relativa, em virtude de seus efeitos vinculantes.
- II. Tem legitimidade para a sua propositura, dentre outros, o Governador do Distrito Federal; partido político com representação no Congresso Nacional e a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- III. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- IV. O procedimento da ação prevê a possibilidade de sua desistência; de admissão de terceiros na relação

38. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o seguinte percentual, relativo ao somatório da receita tributária e das transferências, efetivamente realizadas no exercício anterior para Municípios com população acima de 500.000 (quinhentos mil) habitantes:

- (A) 9% (B) 8% (C) 7% (D) 6% (E) 5%

39. Na repartição das receitas tributárias, NÃO compete aos Municípios

- (A) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, caso não opte pela totalidade, na forma de lei.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(B) o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem ou mantiverem.

(C) trinta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados.

(D) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

(E) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

40. A ordem econômica tem por fim assegurar a todos existência digna, observado, dentre outros, o seguinte princípio:

(A) livre exercício de qualquer atividade econômica, assegurado, somente, a quem obtiver a prévia autorização dos órgãos públicos.

(B) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

(C) gozo, em regra, de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

(D) vedação aos órgãos públicos, na atividade garimpeira, de qualquer tratamento prioritário às cooperativas na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas minerais.

(E) monopólio da União a refinação do petróleo estrangeiro, salvo o nacional, sendo vedada a contratação de empresas privadas para a sua realização.

41. Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos previsto na Constituição Federal, analise as assertivas:

I. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal e o de serviço correspondente serão contados para efeito de aposentadoria e disponibilidade.

II. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

III. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

IV. Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

V. Os servidores titulares de cargos efetivos ou em comissão da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dentre outros, serão aposentados compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Consideram-se corretas, APENAS

(A) I, II e III. (B) I, III e V. (C) I, IV e V. (D) II, III e IV. (E) II, IV e V.

42. É privativo de brasileiro nato, dentre outros, o cargo de

(A) Oficial das Forças Armadas.

(B) Ministro dos Tribunais Superiores.

(C) Senador.

(D) Deputado Federal.

(E) Ministro de Estado da Fazenda.

43. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar em recurso ordinário:

(A) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.

(B) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no país.

(C) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

(D) as causas decididas, em única instância, pelos Tribunais Regionais Federais quando a decisão recorrida contrariar tratado, ou negar-lhe vigência.

(E) as causas decididas, em última instância, pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar lei federal, ou negar-lhe vigência.

44. Em tema de direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar:

(A) O cidadão autor de ação popular, ainda que de comprovada má-fé, está isento de custas judiciais, arcando, nesse caso, apenas com o ônus da sucumbência.

(B) Caberá mandado de segurança, dentre outras hipóteses, contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

(C) Conceder-se-á mandado de injunção para a retificação de dados, quando não se preferir fazê-lo, na ausência de norma regulamentar, por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

(D) As organizações sindicais em funcionamento há pelo menos seis meses, poderão impetrar mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

(E) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação municipal, estadual ou nacional.

45. Quanto ao estado de defesa, é correto afirmar que

(A) será decretado em caso de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

(B) o tempo de sua duração não será superior a quarenta e cinco dias, podendo ser prorrogado, pelo período em que persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

(C) o Presidente da República, dentro de quarenta e oito horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Senado Federal, que decidirá por maioria absoluta.

(D) a Mesa da Câmara dos Deputados, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de três de seus membros para acompanhar e fiscalizar a medida.

(E) na sua vigência é vedada a incomunicabilidade do preso.

PROVA 6 – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS Auditor

46. Do ponto de vista histórico, o denominado conceito de Constituição liberal foi expresso pela

(A) Carta Magna, de 1215.

(B) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

(C) Constituição mexicana revolucionária, de 1917.

(D) Constituição de Weimar, de 1919.

(E) Lei Fundamental de Bonn, de 1949.

47. No tocante à doutrina do poder constituinte, a forma federativa de Estado é, segundo a Constituição brasileira vigente,

(A) limitação implícita do poder constituinte originário.

(B) baliza circunstancial do poder constituinte decorrente.

(C) limitação material do poder constituinte derivado.

(D) baliza formal do poder constituinte de revisão.

(E) limitação formal do poder constituinte instituído.

48. A legislação infraconstitucional editada anteriormente à Constituição de 1988

(A) perdeu eficácia 180 dias após a sua promulgação.

(B) foi implicitamente revogada e, na sequência, repristinada.

(C) continua integralmente válida.

(D) foi republicada a fim de ter validade formal.

(E) foi recepcionada nos aspectos que não contrariam as novas normas constitucionais.

49. A norma constitucional que dispõe que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas é, quanto à aplicabilidade, uma norma

(A) auto-executável.

(B) incondicionada.

(C) programática.

(D) condicionada.

(E) de eficácia contida.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

50. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a interpretação conforme a Constituição

- (A) não é admitida no sistema brasileiro.
- (B) pode atribuir ou excluir de uma norma sentido que lhe preserve a constitucionalidade.
- (C) é admitida apenas em sede de controle concentrado de constitucionalidade.
- (D) é cabível quando o sentido de uma norma é unívoco.
- (E) é admitida somente se resultar em redução do texto da norma impugnada.

51. Dentre os princípios fundamentais da Constituição brasileira é previsto expressamente como fundamento da República a

- (A) proporcionalidade.
- (B) imunidade recíproca dos entes federados.
- (C) moralidade.
- (D) dignidade da pessoa humana.
- (E) defesa do consumidor.

52. De acordo com a Constituição, o Conselho Nacional de Justiça

- (A) possui um Ministro-Corregedor, que é o Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (B) deve dar assento ao Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal.
- (C) é composto por onze membros vitalícios.
- (D) tem seus membros indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) é órgão do Poder Judiciário.

53. Dentre as vedações a que estão sujeitos os membros do Ministério Público encontra-se a de

- (A) exercer atividade político-partidária.
- (B) residir na comarca da respectiva lotação.
- (C) exercer qualquer outro cargo ou função pública.
- (D) realizar diligências investigatórias.
- (E) defender judicialmente os direitos das populações indígenas.

54. A União, detentora do monopólio sobre a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural,

- (A) é automaticamente proprietária do solo e dos resultados da lavra desses produtos.
- (B) poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização dessas atividades.
- (C) poderá autorizar terceiros a realizar a pesquisa, por prazo indeterminado.
- (D) não poderá porém comercializar os produtos decorrentes da lavra de minérios e minerais nucleares.
- (E) deverá atender o princípio da uniformidade.

55. No âmbito das regras constitucionais que tratam do custeio da seguridade social, o princípio da contrapartida significa que

- (A) deve haver diversidade da base de financiamento.
- (B) a uniformidade e a equivalência dos benefícios prevalecem sobre a universalidade da cobertura e do atendimento.
- (C) nenhum benefício ou serviço poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- (D) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios fiscais ou creditícios.
- (E) o orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência e assistência social.

56. A participação das instituições privadas no sistema único de saúde é

- (A) vedada, em razão de limitações orçamentárias.
- (B) obrigatória, tanto para as empresas nacionais quanto para as de capitais estrangeiros.
- (C) obrigatória, em percentuais fixados pelo Governo, por força do princípio da solidariedade.
- (D) permitida, de forma complementar, mediante contrato de direito público ou convênio.
- (E) vedada às instituições com fins lucrativos e às estrangeiras.

57. A disciplina constitucional da educação atribui a atuação prioritária no ensino fundamental e médio

- (A) às instituições privadas de ensino.
- (B) à União.
- (C) aos Municípios.
- (D) às entidades de confissão religiosa.
- (E) aos Estados e ao Distrito Federal.

58. Visando defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição permite

- (A) a diminuição da integridade do patrimônio genético do País.
- (B) o sigilo dos estudos prévios de impacto ambiental de obras potencialmente poluidoras.
- (C) a imposição de sanções penais a pessoas jurídicas que provocarem lesão ao meio ambiente.
- (D) a dispensa de recuperação da área degradada por parte do infrator.
- (E) a desocupação imediata das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

59. Nos termos da Constituição Federal, as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, produzirão

- (A) eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos órgãos da administração direta e indireta.
- (B) efeitos entre as partes e eficácia vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- (C) efeitos a partir de sua publicação em veículo impresso oficial e eficácia entre as partes.
- (D) eficácia contra todos, a partir de edição de Resolução do Senado suspensiva dos efeitos da norma inconstitucional.
- (E) efeito vinculante em relação aos órgãos do Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal.

60. Na hipótese de prática de conduta tipificada na legislação penal como crime comum, o Presidente da República

- (A) poderá ser preso em flagrante, em se tratando de crime inafiançável, devendo o assunto ser submetido de imediato à Câmara dos Deputados.
- (B) ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, após instauração de processo pelo Senado Federal.
- (C) será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, após admitida a acusação por dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- (D) perderá o mandato e, mediante julgamento do Senado Federal, será inabilitado por cinco anos para o exercício de função pública.
- (E) não poderá ser responsabilizado, na vigência de seu mandato, em se tratando de ato estranho ao exercício de suas funções.

61. Considera-se mecanismo de controle repressivo de constitucionalidade atribuído pela Constituição ao Poder Legislativo

- (A) a resolução do Congresso Nacional que suspende, com eficácia retroativa, os efeitos de norma declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) o parecer elaborado pelas Comissões de Constituição e Justiça das Casas legislativas no curso do processo legislativo.
- (C) a competência para eleger os membros do Conselho de Defesa Nacional indicados pelo Presidente da República.
- (D) a sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.
- (E) a possibilidade de rejeição do veto do Presidente da República a projetos de lei e propostas de Emenda à Constituição.

62. Deputado Federal eleito para dois mandatos consecutivos, brasileiro naturalizado, com 30 anos de idade e domicílio eleitoral em Belo Horizonte, filiado a partido político, pretende candidatar-se a Governador do Estado de Minas Gerais, nas próximas eleições. Nesse caso, a pretendida candidatura do Deputado Federal

- (A) é viável, mantidas as condições atuais, pois preenche os requisitos de elegibilidade pertinentes ao cargo de Governador.
- (B) somente será possível se renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(C) não é possível, na medida em que não terá a idade mínima necessária para concorrer ao cargo, quando do pleito.

(D) é inviável, dado que o cargo de Governador do Estado é privativo de brasileiro nato.

(E) é impossível para as próximas eleições, pois a Constituição admite reeleição para um único período subsequente ao do mandato.

63. Legislação estadual que verse sobre proteção à infância e à juventude

(A) será incompatível com a Constituição, por se tratar de matéria de competência privativa da União.

(B) estará submetida à regra constitucional que estabelece competência da União para editar normas gerais sobre a matéria.

(C) dependerá da promulgação prévia de lei complementar federal para fixar-lhe os limites de competência.

(D) terá sua eficácia integralmente suspensa, na hipótese de superveniência de lei federal que disponha sobre a matéria.

(E) deverá ser precedida de legislação federal autorizativa para que disponha sobre questões específicas da matéria.

64. Dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da representação formulada pelo Procurador Geral da República a intervenção federal decretada no caso de o Estado

(A) deixar de pagar, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.

(B) promover invasão em outra unidade da Federação.

(C) recusar-se à execução de lei federal.

(D) desobedecer a ordem ou decisão judicial.

(E) não entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas na Constituição.

65. São feitas, a seguir, três afirmações sobre a liberdade de associação sindical na Constituição.

I. Ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a um sindicato, salvo disposição estatutária em contrário.

II. É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

III. O empregado ocupante de cargo de direção sindical poderá ser dispensado, na vigência de seu mandato, se cometer falta grave nos termos da lei.

SOMENTE está correto o que se afirma em

(A) I. (B) II. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.

66. A Constituição brasileira determina que se considera crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, na forma da lei,

(A) o tráfico ilícito de entorpecentes.

(B) o crime de responsabilidade.

(C) o terrorismo.

(D) a prática de racismo.

(E) a prática de tortura.

67. Ocorrendo fatos que comprovem a ineficácia de medidas tomadas durante o estado de defesa, a Constituição autoriza que seja decretado estado de sítio,

(A) pelo prazo de trinta dias, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que persistam os motivos que determinaram sua decretação.

(B) podendo sofrer restrições a liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, exceto em relação à difusão de pronunciamentos de parlamentares em suas Casas legislativas, desde que liberada pela respectiva mesa.

(C) pelo Presidente da República, independentemente de manifestação prévia do Congresso Nacional, por se tratar de continuação de estado excepcional anteriormente autorizado.

(D) devendo o Congresso Nacional decidir, por dois terços de seus membros, sobre a decretação e permanecer em funcionamento até o término das medidas coercitivas determinadas.

(E) cabendo ao Congresso Nacional, uma vez publicado o decreto editado pelo Presidente da República, designar o executor das medidas específicas e as áreas por estas abrangidas.

68. Medida provisória editada pelo Presidente da República é submetida à apreciação das Casas do Congresso Nacional, as quais, após 90 dias, aprovam projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória. Nessa hipótese,

(A) a medida provisória já teria perdido eficácia, desde a sua edição, por não ter sido convertida em lei no prazo de sessenta dias.

(B) caberá ao Congresso Nacional, num prazo de sessenta dias, disciplinar por decreto legislativo as relações jurídicas decorrentes da medida provisória.

(C) a medida provisória será mantida integralmente em vigor, até que seja sancionado ou vetado o projeto de lei de conversão.

(D) o projeto de lei de conversão é submetido à promulgação pelas Mesas das Casas legislativas, independentemente de sanção presidencial.

(E) o Presidente da República poderá, desde logo, editar nova medida provisória, com vistas a restabelecer o texto original da medida alterada pelo projeto de lei.

69. Relativamente à acumulação remunerada de cargos públicos, é INCORRETO afirmar que a Constituição brasileira

(A) restringe a proibição de acumulação a cargos na administração direta, não abrangidos empregos e funções públicos, nem entidades da administração indireta.

(B) estabelece a obrigatoriedade de observância de um parâmetro máximo de remuneração ou subsídio a ser percebido, na hipótese de acumulação válida de cargos.

(C) permite, havendo compatibilidade de horários, a acumulação de dois cargos de professor.

(D) permite, havendo compatibilidade de horários, a acumulação de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.

(E) permite, havendo compatibilidade de horários, a acumulação de dois cargos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.

70. Por motivo de convicção política, ao completar dezoito anos, Ernesto recusa-se a realizar seu alistamento eleitoral, assim como a cumprir qualquer prestação alternativa que se lhe queira exigir, ainda que prevista em lei.

Nessa hipótese, a atitude de Ernesto é

(A) incompatível com a Constituição, pois ninguém pode eximir-se de cumprir obrigação legal a todos imposta.

(B) albergada pela Constituição, que prevê possibilidade de objeção de consciência nesses exatos termos.

(C) passível de punição mediante imposição de pena restritiva de liberdade, por se configurar atentado contra a soberania do Estado brasileiro.

(D) causa para suspensão de seus direitos políticos, em função da recusa de cumprimento de prestação alternativa prevista em lei.

(E) parcialmente compatível com a Constituição, pois esta permite recusa a cumprimento de prestação alternativa, mas não da obrigação principal.

PROVA 7 – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL RN – Analista Judiciário - Área Judiciária**71. Quanto à inelegibilidade reflexa, é correto afirmar:**

(A) Um Senador, após transferir seu domicílio eleitoral para a capital de outro Estado, onde seu pai é Governador, poderá se candidatar ao cargo de Deputado dessa unidade da Federação.

(B) O filho de Governador de Estado poderá se candidatar ao cargo de Deputado Federal da mesma unidade da Federação.

(C) A esposa do Presidente da República poderá concorrer ao cargo de Vereadora de qualquer município.

(D) O neto de Governador de Estado somente poderá disputar a eleição para Senador por esse Estado se já for titular do mesmo mandato nessa circunscrição.

(E) A esposa do Prefeito de uma capital não pode se candidatar ao cargo de Governadora do mesmo Estado, em virtude de impedimento constitucional.

72. O Conselho Nacional do Ministério Público será formado por

(A) quatorze membros nomeados pelo Procurador-Geral da República, com mandato de dois anos, admitida a recondução.

(B) quinze membros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade, com mandato de um ano, admitida uma recondução.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(C) quinze membros, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

(D) dez membros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

(E) quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

73. Analise as proposições abaixo.

I. A ação direta de inconstitucionalidade resta prejudicada se a lei impugnada for revogada antes do término do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

II. Lei municipal que contrarie a Constituição Federal pode ser objeto da ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal.

*III. Em sede de controle concentrado, declarada a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, a decisão terá efeito *ex tunc* e *erga omnes*.*

IV. A ação direta de inconstitucionalidade de lei editada anteriormente à atual Constituição Federal deve ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II. (B) I e III. (C) I, II e IV. (D) II, III e IV. (E) III e IV.

74. Ocorrendo sanção tácita e não sendo a lei promulgada dentro do prazo legal pelo Presidente da República, caberá ao

(A) Presidente do Senado promulgá-la dentro de quarenta e oito horas.

(B) Vice-Presidente da República promulgá-la em até quinze dias.

(C) Presidente da Câmara dos Deputados promulgá-la em até quinze dias.

(D) Presidente do Congresso Nacional promulgá-la em até trinta dias.

(E) Presidente do Supremo Tribunal Federal promulgá-la em até dez dias.

75. O Presidente da República

(A) somente será julgado por crime comum ou de responsabilidade após autorização de dois terços do Senado Federal.

(B) ficará suspenso de suas funções, nas infrações penais comuns, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

(C) não poderá ser responsabilizado na vigência de seu mandato por atos estranhos ao exercício de suas funções.

(D) ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, após instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.

PROVA 8 – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL RN Técnico Judiciário – Área Administrativa**79. Quanto ao Congresso Nacional, é correto afirmar:**

(A) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Deputados Federais, para um mandato de quatro anos.

(B) O Poder Legislativo federal é bicameral e exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe do Senado Federal e da Assembléia Legislativa.

(C) A representação de cada Estado no Senado Federal será renovada de oito em oito anos, alternadamente, por um e dois terços.

(D) O Senado Federal é composto por oitenta e um Senadores, eleitos para um mandato de oito anos.

(E) Os Deputados Federais serão eleitos segundo o princípio majoritário e os Senadores pelo sistema proporcional.

80. Em caso de impedimento do Presidente da República e de seu Vice, serão sucessivamente chamados ao exercício daquele cargo, o Presidente

(A) do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

(B) da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

(C) do Supremo Tribunal Federal, o do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados.

(D) do Conselho da República, o da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal.

(E) do Congresso Nacional, o do Supremo Tribunal Federal e o da Câmara dos Deputados.

(E) poderá ser preso preventivamente durante o transcurso do processo por infração comum.

76. Em relação aos Deputados e Senadores, considere as afirmações abaixo.

I. Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.

II. Perderá o mandato o Senador Federal que foi investido no cargo de Secretário de Estado.

III. Os Deputados Federais devem testemunhar sobre informações recebidas em razão do exercício do mandato

IV. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras ou votos.

Estão corretas APENAS

(A) I e IV. (B) II e IV. (C) I, II e IV. (D) II e III. (E) I, II e III.

77. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos dois primeiros anos do mandato

(A) o Presidente da Câmara dos Deputados assumirá o cargo de Presidente da República em caráter definitivo.

(B) será realizada eleição indireta, para ambos os cargos, trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional.

(C) far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

(D) o Presidente do Senado Federal será chamado ao exercício da Presidência.

(E) o Presidente do Supremo Tribunal Federal exercerá o cargo de Presidente da República em caráter definitivo.

78. A respeito da composição dos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que

(A) o Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

(B) o Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de cinco membros, sendo três por eleição e dois por nomeação do Presidente da República.

(C) integram os Tribunais Regionais Eleitorais dois juizes escolhidos um dentre advogados e outro dentre membros do Ministério Público.

(D) três integrantes do Tribunal Superior Eleitoral serão escolhidos pelo voto secreto entre advogados de notável saber jurídico.

(E) os juizes dos Tribunais Regionais Eleitorais serão escolhidos por livre nomeação do Governador de cada Estado e do Distrito Federal.

81. A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do município deverá contar com a manifestação de,

(A) cinco por cento da população.

(B) quinze por cento da população.

(C) cinco por cento do eleitorado.

(D) dez por cento do eleitorado.

(E) quinze por cento do eleitorado.

82. Considere as proposições abaixo sobre direitos políticos.

I. Os conscritos e os analfabetos não podem concorrer a nenhum cargo político, posto que inelegíveis.

II. Para os analfabetos e maiores de setenta anos, o alistamento e o voto são facultativos.

III. Para concorrer ao cargo de Senador, o Deputado Federal deverá renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito.

IV. O Vice que assume definitivamente o cargo de Governador não poderá se candidatar à reeleição.

Está correto APENAS o que se afirma em:

(A) I e II. (B) I, II e III. (C) I e IV. (D) II, III e IV. (E) III e IV.

83. Dentre as garantias asseguradas aos magistrados,

(A) o juiz substituto não poderá praticar atos reservados por lei aos juizes vitalícios.

(B) os advogados que ingressam nos Tribunais Federais pelo quinto constitucional adquirem vitaliciedade após dois anos em exercício.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(C) antes de adquirir a vitaliciedade, o magistrado somente perderá o cargo por meio de sentença judicial transitada em julgado.

(D) a vitaliciedade é adquirida, em primeiro grau, após três anos de efetivo exercício da carreira.

(E) os Ministros do Supremo Tribunal Federal são vitalícios a partir da posse.

PROVA 9 – AM – MP JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS - Procurador de Contas de 2ª Classe

84. A respeito das emendas à Constituição Federal é correto afirmar que

(A) podem decorrer de aprovação de projeto apresentado pela iniciativa popular, como expressamente admite o texto constitucional.

(B) não poderão ser aprovadas na vigência de intervenção federal e estadual.

(C) devem ser promulgadas pelo Presidente da República.

(D) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(E) pode o Presidente da República vetar proposta de emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional.

(C) não aplicação do mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino.

(D) inexecução de lei, ordem ou decisão judicial.

(E) violação do livre exercício do Poder Legislativo ou do Executivo municipal.

85. Compete ao Supremo Tribunal Federal editar súmula com efeitos vinculantes

(A) em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, à administração pública direta e indireta e ao Poder Legislativo.

(B) em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta federal, mas não em relação à estadual.

(C) sendo vedada sua aprovação por ato de ofício do Tribunal.

(D) somente mediante proposta aprovada pela unanimidade de seus membros.

(E) que ensejará o cabimento de reclamação ao Tribunal, caso não seja aplicada corretamente.

90. Cabe aos Estados-membros, no exercício de sua autonomia,

(A) explorar os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para sua regulamentação.

(B) suprir a inexistência de lei federal em matéria de desapropriação.

(C) editar normas específicas sobre proteção ao meio ambiente, mediante autorização de lei complementar federal.

(D) exercer somente as competências taxativamente enumeradas na Constituição Federal.

(E) exercer as competências legislativas residuais, mas não por meio de medida provisória, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

91. Terão início no Senado Federal a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa

(A) da Câmara dos Deputados.

(B) do Supremo Tribunal Federal e do Senado Federal.

(C) do Presidente da República e do Senado Federal.

(D) dos Tribunais Superiores e do Senado Federal.

(E) do Senado Federal.

86. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade, independentemente do objeto desta ação, dispensada, portanto, a exigência de pertinência temática entre a norma impugnada e os objetivos do autor,

(A) entidade de classe de âmbito nacional.

(B) o Governador de Estado.

(C) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

(D) Confederação Sindical.

(E) Mesa de Assembléia Legislativa de Estado-membro.

92. O Presidente da República editou medida provisória versando sobre portos marítimos. Após, submeteu-a à apreciação do Congresso Nacional, que a rejeitou em sessão unicameral. Na sessão legislativa subsequente, foi reeditada a medida provisória, tendo sido convertida em lei com alteração no texto original no 90º dia, em sessão unicameral. Na sequência, a conversão em lei foi encaminhada ao Presidente da República para sanção ou veto. Na situação acima, há vício no processamento da medida provisória porque

(A) a matéria não poderia ter sido disciplinada por medida provisória.

(B) não poderia ter sido apreciada em sessão unicameral.

(C) não poderia ter sido reeditada.

(D) já havia perdido seus efeitos quando de sua aprovação.

(E) não caberia sanção ou veto presidencial na hipótese em tela.

87. No processo da ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal NÃO se admite a

(A) desistência da ação.

(B) interposição de embargos de declaração.

(C) designação de peritos para emitir parecer sobre a questão discutida.

(D) oitiva de depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria discutida.

(E) manifestação de outros órgãos ou entidades interessados no processo.

93. Dentre as exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal em matéria tributária encontra-se a cobrança de

(A) imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

(B) imposto sobre serviços.

(C) imposto sobre a renda.

(D) contribuições previdenciárias.

(E) imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação.

88. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os Tribunais de Contas dos Estados, é correto afirmar que

(A) sua organização e composição não precisam ser simétricas às do Tribunal de Contas da União.

(B) dentre seus sete conselheiros, quatro devem ser escolhidos pela Assembléia Legislativa e três pelo Chefe do Poder Executivo estadual.

(C) devem ser compostos por, no mínimo, sete conselheiros, podendo o constituinte estadual elevar este número para nove, à semelhança do modelo federal.

(D) não podem apreciar a constitucionalidade das leis e atos do poder público no exercício de suas atribuições.

(E) têm competência para executar suas próprias decisões, já que seus membros gozam de prerrogativas semelhantes às dos membros do Poder Judiciário.

94. Considere as afirmações abaixo.

I. A imunidade dos deputados federais e senadores somente se aplica em matéria penal.

II. Os vereadores não gozam de imunidade processual.

III. A imunidade dos deputados federais e senadores somente se aplica às opiniões e palavras proferidas no recinto do Congresso Nacional.

IV. Após a diplomação, os deputados federais e senadores serão processados penalmente pelo Supremo Tribunal Federal, após prévia autorização da respectiva casa legislativa.

Estão corretas

(A) I, II, III e IV. (B) apenas II, III e IV. (C) apenas III e IV.

(D) apenas III. (E) apenas II.

89. A intervenção do Estado-membro em Município depende de prévia decisão do Tribunal de Justiça do Estado, em representação proposta para este fim, na hipótese de

(A) não terem sido prestadas contas devidas na forma da lei.

(B) não pagamento da dívida fundada por dois anos consecutivos, sem motivo de força maior.

95. A Constituição é formal e rígida porque

(A) suas normas são imutáveis pelo poder de reforma constitucional.

(B) contém normas formal e materialmente constitucionais.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(C) editada em documento solene por um poder constituinte originário, somente pode ser alterada consoante o procedimento e a forma nela estabelecidos.

(D) não está subordinada hierarquicamente ao direito supra-estatal.

(E) tem como conteúdo matérias exclusivamente constitucionais.

96. A democratização do controle de constitucionalidade no sistema brasileiro em vigor NÃO se revela pela

(A) propositura da ação direta de inconstitucionalidade por qualquer do povo.

(B) admissão, pelo Supremo Tribunal Federal, da manifestação de outros órgãos e entidades, além dos legitimados constitucionalmente, em ação direta de inconstitucionalidade versando matéria considerada relevante.

(C) ampliação dos legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade.

(D) ampliação do número de instrumentos de controle de constitucionalidade.

(E) manutenção do controle difuso de constitucionalidade, acessível a todo e qualquer titular de direito lesado por ato inconstitucional.

97. Consoante disposição expressa na Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais

(A) em geral, aprovados pelo procedimento constitucional das emendas constitucionais, importam mudança formal à Constituição.

(B) sobre direitos humanos, se aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(C) em geral, têm a natureza de lei federal infraconstitucional, independentemente da matéria sobre a qual versam.

(D) sobre direitos humanos, se aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quartos dos votos dos respectivos membros, integram-se no texto constitucional na forma prevista para a integração das emendas constitucionais.

(E) sobre direitos sociais, especialmente direitos trabalhistas, aprovados em dois turnos em cada Casa do Congresso, por três quartos dos votos dos respectivos membros, têm eficácia supra constitucional e revogam as disposições em contrário da Constituição Federal.

98. É correto afirmar que, dentre as competências do Conselho Nacional de Justiça, fixadas pela Constituição Federal, se encontra a de

(A) apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade de atos administrativos praticados pelos órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas.

(B) rever, de ofício ou mediante provocação, processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados.

(C) resolver conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União.

(D) avocar processos disciplinares em curso nos órgãos do Poder Judiciário.

(E) requisitar e designar quaisquer magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar quaisquer servidores de juízos ou tribunais, ressalvados os dos Estados e do Distrito Federal.

99. A Justiça Militar nos Estados

(A) é criada diretamente pela Constituição Federal e é constituída obrigatoriamente de juízes de direito, em primeiro grau, e por um Conselho de Justiça, em segundo grau.

(B) integra, de modo expresso, o rol dos órgãos que, na Constituição Federal, compõem o Poder Judiciário, não podendo ser, em qualquer caso, suprimida ou desativada pelos Estados.

(C) poderá ser criada mediante lei estadual e ser constituída, inclusive, por um Tribunal de Justiça Militar, nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

(D) é constituída livremente pela Constituição Estadual, no exercício da autonomia organizatória do Estado, e deverá ser exercida, em segundo grau, pelo Tribunal de Justiça do Estado.

(E) é expressamente vedada pela Constituição Federal.

100. É correto afirmar que a Constituição Federal, para garantir o direito a uma justiça rápida, impõe, dentre outras medidas inovadoras introduzidas por Emenda Constitucional, a

(A) obrigatoriedade da distribuição imediata de processos no Ministério Público.

(B) gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

(C) assistência jurídica e integral a todos quantos demandarem em juízo.

(D) gratuidade do mandado de segurança e do mandado de injunção.

(E) garantia de o preso ser informado de seus direitos, dentre os quais o de ter a assistência de um advogado e uma razoável duração de seu processo.

101. Na letra expressa do texto constitucional brasileiro em vigor, a dignidade da pessoa humana constitui

(A) direito fundamental individual.

(B) valor supremo da democracia.

(C) princípio que rege as relações internacionais e internas do Estado brasileiro.

(D) objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

(E) fundamento do Estado Democrático de Direito.

102. No sistema constitucional brasileiro, a lei ordinária *stricto sensu* e a medida provisória diferem entre si porque a primeira

(A) independe, para ser elaborada, da sujeição a pressupostos, motivação e limites materiais, circunstanciais e procedimentais expressos e a segunda somente independe da sujeição a limites materiais e procedimentais expressos.

(B) destina-se, em princípio, à vigência permanente, e a segunda tem, necessariamente, dimensão temporal limitada.

(C) é norma primária e a segunda é norma secundária.

(D) é norma hierarquicamente superior à segunda.

(E) passa a vigorar a partir de sua promulgação, salvo disposição em contrário, e a segunda vigora somente a partir de sua conversão em lei.

103. Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, mandado de injunção para suprir a ausência de norma constitucional consagrada de direitos relativos à aposentadoria de servidor público da União deve ser interposto contra o

(A) Presidente do Congresso Nacional, exclusivamente.

(B) Presidente da República e os Presidentes das Casas do Congresso Nacional, necessariamente.

(C) Presidente da República.

(D) Ministro de Estado responsável pela Administração Pública Federal.

(E) Ministro de Estado superior imediato do servidor público impedido de exercer seu direito constitucional.

104. Lei federal que institui imposto progressivo sobre imóvel localizado em zona rural e pertencente ao patrimônio público de determinado Estado é

(A) constitucional porque a União somente não pode instituir tributos sobre o patrimônio público urbano dos Municípios.

(B) constitucional porque é da competência da União instituir impostos sobre quaisquer propriedades territoriais rurais especialmente para fins de reforma agrária.

(C) inconstitucional apenas porque estabelece tratamento discriminatório entre Estados.

(D) inconstitucional apenas porque, para fins de reforma agrária, a União somente pode instituir tributos sobre imóveis rurais municipais.

(E) inconstitucional porque a União não pode instituir tributos sobre o patrimônio dos Estados.

105. Dentre os princípios expressos e gerais da atividade econômica se incluem

(A) a propriedade privada e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

(B) a soberania nacional e a cidadania.

(C) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e a dignidade da pessoa humana.

(D) a soberania nacional e a redução das desigualdades regionais e sociais.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(E) o pluralismo econômico e a defesa do consumidor.

106. Considerando a classificação doutrinária predominante no tocante à aplicabilidade das normas constitucionais, a norma constitucional que estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, e que expressa o princípio da legalidade, é norma

(A) de eficácia plena e de aplicabilidade imediata.

(B) de eficácia limitada e de aplicabilidade dependente de lei posterior.

(C) de eficácia contida e de aplicabilidade diferida.

(D) programática e dependente de medidas administrativas para sua concreção.

(E) de caráter institutivo e dependente de norma posterior que lhe fixe o alcance.

PROVA 10 – TRT 8ª REGIÃO Analista Judiciário - Área Judiciária / Execução de Mandados**107. Considere :**

I. Princípio que impõe a condução dialética do processo (par conditio), significando que, em relação a todo ato produzido pela acusação, caberá igual direito à defesa de opor-se, de apresentar suas contra-razões, de levar ao juiz do feito uma interpretação jurídica diversa daquela apresentada inicialmente pelo autor.

II. O direito que é dado ao indivíduo de trazer ao processo, administrativo ou judicial, todos os elementos de prova lícitamente obtidas para demonstrar a verdade, ou até de omitir-se ou calar-se se entender conveniente, para evitar sua auto-incriminação.

Os itens I e II correspondem, respectivamente, aos princípios constitucionais

(A) da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição.

(B) do devido processo legal e do contraditório.

(C) do contraditório e da ampla defesa.

(D) do duplo grau de jurisdição e do direito de silêncio.

(E) da inafastabilidade da jurisdição e da vedação de provas ilícitas.

108. Em matéria de nacionalidade, é certo que, dentre outros, são cargos privativos de brasileiro nato os de

(A) Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente de Assembléia Legislativa.

(B) oficial das Forças Armadas e da carreira diplomática.

(C) Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro da Justiça.

(D) Vice-Presidente da República e de Procurador-Geral da República.

(E) Ministro de Estado da Defesa e de Advogado-Geral da União.

109. Entre outras, NÃO é considerada competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios,

(A) a instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

(B) o registro e a fiscalização das concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos em seus territórios.

(C) o fomento da produção agropecuária e a organização do abastecimento alimentar.

(D) o combate às causas da pobreza, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

(E) a proteção de obras e outros bens de valor histórico e cultural, das paisagens notáveis e os sítios arqueológicos.

110. No que tange às fases do processo de criação da lei, encontra-se a da iniciativa. Esta, por sua vez,

(A) quando dispuser sobre a organização do Ministério Público da União, é conferida ao Presidente da República e ao Supremo Tribunal Federal.

(B) é sempre de caráter reservado, vedando-se a iniciativa ampla ou geral, por motivos de ordem financeira.

(C) quando reservada aos Tribunais, obriga a prévia apreciação do projeto de lei pelo Poder Executivo.

(D) quando for de parte do Presidente da República, obriga a prévia apreciação do Congresso Nacional.

(E) é conferida, entre outros, aos membros parlamentares das Casas Legislativas e também aos cidadãos.

111. É certo que o membro do Ministério Público

(A) não goza de vitaliciedade, por ser prerrogativa exclusiva dos juízes, mas pode exercer atividade político partidária.

(B) tem a garantia da inamovibilidade e pode exercer a advocacia para as empresas paraestatais.

(C) é portador de absoluta irredutibilidade de vencimentos, não podendo receber custas processuais.

(D) goza da garantia da vitaliciedade, mas não pode receber, a qualquer título, percentagens processuais.

(E) tem direito à inamovibilidade e pode exercer qualquer outra função pública compatível

PROVA 11 – TRT 8ª REGIÃO – Analista Judiciário - Área Judiciária

112. No Poder Judiciário, as atividades de escolha do dirigente do Tribunal e a de organizar suas secretarias e serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos, são consideradas, respectivamente,

(A) jurisdicional e normativa.

(B) administrativa e interventiva.

(C) política e administrativa.

(D) repristinatória e administrativa.

(E) interventiva e jurisdicional.

113. No que diz respeito aos instrumentos de garantia de direitos, é certo que:

(A) o mandado de injunção pode ser impetrado contra qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado.

(B) no direito de petição, a denúncia ou o pedido poderão ser feitos em nome próprio ou da coletividade.

(C) o mandado de segurança coletivo é restrito aos sindicatos, entidades de classe e associações profissionais.

(D) o *habeas corpus* tem como sujeito passivo, entre outros, qualquer particular, sendo irrelevante que a coação se verifique por força de sua posição funcional.

(E) a ação popular pode ser proposta por qualquer indivíduo, seja ou não eleitor, esteja ou não no gozo de seus direitos políticos.

114. Tendo em vista as fases do processo de criação da lei, é certo que

(A) a publicação poderá ser integral ou parcial, mas, nesse último caso, não gera quaisquer direitos ou deveres aos destinatários.

(B) a sanção é ato pelo qual o Executivo atesta a existência da lei, ordenando-lhe o cumprimento por parte de terceiros.

(C) a promulgação é a aquiescência do Presidente da República aos termos do projeto de lei encaminhado pelo Poder Legislativo.

(D) o veto é ato exclusivo e político do Chefe do Poder Executivo, que, por sua natureza, dispensa qualquer motivação.

(E) a votação, em certos casos, há de ser feita dentro do prazo fixado pelo Presidente da República, mas não há aprovação por decurso de prazo.

115. Em matéria de nacionalidade, considere:

I. A naturalização reconhecida a estrangeiro de qualquer nacionalidade, residente no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal.

II. A naturalização que se concede ao estrangeiro, residente no país, que preencha os requisitos previstos na lei de naturalização, exigida a originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

As naturalizações acima denominam-se, respectivamente,

(A) secundária e primária.

(B) ordinária e extraordinária.

(C) primária e secundária.

(D) extraordinária e ordinária.

(E) ordinária e primária.

116. A proibição de acumular cargos públicos remunerados estende-se a empregos e funções, abrangendo tão somente as

(A) autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(B) autarquias fundacionais, empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviço público.

(C) sociedades de economia mista, suas subsidiárias, sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público e delegatárias de serviço público.

(D) empresas públicas, suas subsidiárias, sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo Poder Público e as permissionárias de serviço público.

(E) concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviço público, autarquias, fundações públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

PROVA 12 – TRT 8ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa

117. Com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:

(A) A autoridade competente poderá usar a propriedade particular em caso de iminência de perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior, ainda que não ocorra dano.

(B) O sigilo das comunicações telefônicas não é absoluto, podendo a gravação de conversa telefônica servir de prova em processo criminal, desde que seja ordenada por autoridade policial competente.

(C) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. A criação das associações, contudo, depende de autorização do Poder Público.

(D) O direito de reunião em locais abertos ao público não depende de prévia autorização de autoridade pública.

(E) Conceder-se-á *habeas data* sempre que não houver norma regulamentadora que viabilize o exercício dos direitos e garantias constitucionais.

118. A Constituição Federal, dentre outros direitos, assegura ao trabalhador doméstico

(A) aviso prévio proporcional, remuneração por horas extras, licença à gestante e integração à previdência social.

(B) salário mínimo, décimo terceiro salário, seguro-desemprego e integração à previdência social.

(C) salário mínimo, décimo terceiro salário, licença-paternidade e aviso prévio proporcional.

(D) décimo terceiro salário, licença-paternidade, repouso semanal remunerado e seguro-desemprego.

(E) aposentadoria, licença-paternidade, salário-família e aviso prévio proporcional.

119. Com relação aos direitos sociais, considere:

I. É vedado o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos de idade e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

II. A Constituição Federal veda qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência, bem como a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos, mas permite tratamento diferenciado entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

III. É livre a associação profissional ou sindical e a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.

É correto o que se contém APENAS em

(A) I. (B) I e II. (C) II. (D) II e III. (E) III.

120. É competência privativa da União legislar sobre

(A) assistência jurídica e defensoria pública; direito penal e propaganda comercial.

(B) direito civil; diretrizes e bases da educação nacional e direito penitenciário.

(C) direito civil; proteção do meio ambiente e controle da poluição, e sistemas de consórcios.

(D) direito comercial, espacial e do trabalho; desapropriação e propaganda comercial.

(E) direito comercial, espacial e do trabalho; trânsito e transporte, e proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico.

121. A respeito do processo legislativo, é INCORRETO afirmar que

(A) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

(B) é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

(C) a medida provisória deverá ser apreciada em até 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação, caso contrário, entrará em regime de urgência e sobrestará, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa do Congresso Nacional em que estiver tramitando.

(D) a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

(E) é permitido ao Presidente da República elaborar leis delegadas, mediante autorização do Congresso Nacional, mas não poderá ser objeto da delegação, dentre outras hipóteses, matéria reservada à lei complementar, ou sobre organização do Poder Judiciário e do Ministério Público.

122. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição e, no caso de

(A) impedimento, do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

(B) impedimento, do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

(C) impedimento, do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Supremo Tribunal Federal e o do Senado Federal.

(D) vacância dos cargos de Presidente da República e de Vice-Presidente da República, far-se-á eleição 60 (sessenta) dias depois de aberta a última vaga.

(E) vacância dos cargos de Presidente da República e de Vice-Presidente da República, nos últimos dois anos do período presidencial, far-se-á eleição 60 (sessenta) dias depois de aberta a última vaga.

123. A respeito dos Tribunais e Juizes do Trabalho, é correto afirmar que

(A) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República.

(B) são órgãos da Justiça do Trabalho o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Juizes do Trabalho e as Juntas de Conciliação e Julgamento.

(C) compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores e, na hipótese de recusa de qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo.

(D) juizes do trabalho, advogados e membros do Ministério Público do Trabalho poderão ser escolhidos para integrar os Tribunais Regionais do Trabalho e serão nomeados pelo Presidente do Superior Tribunal do Trabalho.

(E) em cada Estado e no Distrito Federal haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho, e a lei instituirá as Varas do Trabalho, não podendo mais ser atribuída sua jurisdição aos juizes de direito

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR****PROVA 13 – TRT 13ª REGIÃO Analista Judiciário - Área Judiciária**

124. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros previstos na Constituição Federal,

- (A) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- (B) seguro desemprego, em casos de despedida voluntária ou involuntária.
- (C) jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento e de oito horas em caso de substituição facultativa.
- (D) remuneração do serviço extraordinário até o máximo de quarenta por cento à do normal.
- (E) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

125. A Constituição Federal assegura a livre associação profissional ou sindical, desde que observados alguns mandamentos, dentre eles,

- (A) a prévia autorização do Poder Público para a fundação do sindicato.
- (B) a facultativa participação dos sindicatos nas negociações individuais e coletivas de trabalho.
- (C) a vedação da dispensa, em qualquer hipótese, de sindicalizado eleito a cargo de direção, salvo se suplente, até dois anos após o final do mandato.
- (D) o direito do aposentado filiado de votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) a exigência para a suspensão de suas atividades, de decisão judicial ou administrativa, com trânsito em julgado, pela autoridade competente.

126. Os Tribunais Regionais do Trabalho, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, compõem-se de, no

- (A) máximo, sete juízes, com mais de trinta e menos de sessenta anos, recrutados, quando possível, na respectiva região, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de inscrição na OAB e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos na entrância, com notório saber jurídico e reputação ilibada; os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por merecimento.
- (B) mínimo, sete juízes, com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, recrutados, quando possível, na respectiva região, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, com notório saber jurídico e reputação ilibada; os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente.
- (C) máximo, sete juízes, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, recrutados, quando possível, na respectiva região, sendo um terço dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, com notório saber jurídico e reputação ilibada; os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por merecimento.
- (D) mínimo, nove juízes, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, recrutados, quando possível, na respectiva região, sendo um quinto dentre advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício, com notório saber jurídico e reputação ilibada; os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antiguidade.
- (E) mínimo, nove juízes, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, recrutados, quando possível, na respectiva região, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo na última entrância, com notório saber jurídico e reputação ilibada; os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente.

127. Consideram-se brasileiros natos os nascidos no

- (A) estrangeiro, de pai e de mãe estrangeiros, desde que venham a trabalhar e residir no Brasil e optem, até no máximo 30 dias após o reingresso, pela nacionalidade brasileira.

- (B) Brasil, ainda que de pais estrangeiros, estando ou não a serviço de seu país.

- (C) estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil.
- (D) estrangeiro, de pais de qualquer nacionalidade, que sejam registrados em embaixada brasileira, no máximo após 30 dias de seu nascimento.
- (E) Brasil, de pais estrangeiros, desde que oriundos de países de língua latina ou lusitana e estejam a serviço de seu país.

128. Em relação à administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispõe a Constituição Federal que

- (A) ao servidor público, no exercício de mandato eletivo, que esteja afastado, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento, desde que no último ano de exercício do mandato, vedada a promoção por antiguidade.
- (B) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados ou acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores, na base da média dos últimos 12 meses de vencimentos.
- (C) será permitida, havendo compatibilidade de horários, a acumulação remunerada de três cargos de professor com outros, de caráter técnico ou científico.
- (D) a proibição de acumulação de cargos públicos estende-se a empregos e funções, não abrangendo autarquias, fundações e empresas públicas, que possuem regime próprio permissivo definido por lei.
- (E) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

129. Compete, privativamente, à União legislar sobre

- (A) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- (B) direito penitenciário, econômico, urbanístico, comercial e tributário.
- (C) condições para o exercício das profissões.
- (D) proteção à infância e à juventude.
- (E) educação, cultura, ensino, desporto, previdência social e defesa da saúde.

130. Analise as assertivas abaixo:

- I. O plebiscito é uma consulta que se faz aos cidadãos no gozo de seus direitos políticos sobre determinado ato governamental para posteriormente ratificá-lo, ou no sentido de conceder-lhe eficácia, ou, ainda, para retirar-lhe a eficácia.
- II. A idade mínima para concorrer ao cargo de Deputado Estadual é de dezoito anos de idade.
- III. A perda ou suspensão de direitos políticos, se dará, dentre outros casos, com o cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- IV. Eleito o militar alistável e elegível, com mais de dez anos de serviço, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

Estão corretas SOMENTE

- (A) I e II. (B) I e III. (C) II e III. (D) II e IV. (E) III e IV.

131. Em relação ao Conselho Nacional do Ministério Público, a Constituição Federal dispõe que

- (A) seus membros serão nomeados pelo Procurador-Geral da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal, para um mandato de um ano, admitida a recondução.
- (B) o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto a ele.
- (C) três, dentre seus quinze membros, serão do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras.
- (D) tem, além de outras, competência judicial e administrativa para exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei.
- (E) escolherá, em votação aberta dentre seus membros, um Corregedor nacional, para mandato de um ano, admitida a recondução.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR****PROVA 14 – TRT 13ª REGIÃO – Analista Judiciário - Área Judiciária - Execução de Mandados**

132. O Tribunal Superior do Trabalho, cujos membros são escolhidos dentre brasileiros, compor-se-á de:

(A) vinte e um Ministros, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de exercício na entrância, com notável saber jurídico e reputação ilibada; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

(B) vinte e um Ministros, com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Senado Federal, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, com notável saber jurídico e reputação ilibada; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

(C) vinte e um Ministros, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional, sendo um terço dentre advogados com mais de dez anos de inscrição na OAB e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos na entrância, com notável saber jurídico e reputação ilibada; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais.

(D) vinte e sete Ministros, com mais de trinta e menos de sessenta anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Congresso Nacional, sendo um terço dentre advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício, com notável saber jurídico e reputação ilibada; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais.

(E) vinte e sete Ministros, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, com notável saber jurídico e reputação ilibada; os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

133. Observe as assertivas abaixo.

I. São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes no Brasil há mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que a requieram.

II. Os cargos da carreira diplomática, de Senador, Governador, de oficial das Forças Armadas e de Vice-Presidente da República, são privativos de brasileiro nato.

III. Será declarada a perda de nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, mesmo que reconhecida a nacionalidade originária pela lei estrangeira.

IV. Os símbolos do Brasil são a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais, podendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios terem seus próprios símbolos.

Estão corretas SOMENTE

(A) I e II. (B) I e III. (C) I e IV. (D) II e III. (E) II e IV.

PROVA 15 – TRT 13ª REGIÃO – Técnico Judiciário - Área Administrativa

138. O princípio constitucional que impõe à Administração Pública direta e indireta a busca pela qualidade e aperfeiçoamento na prestação de seus serviços, preservando os interesses que representa, e o princípio estabelecendo que todos têm o direito de receber dos órgãos públicos, de regra, informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, dizem respeito, respectivamente, a

- (A) impessoalidade e razoabilidade.
(B) presunção de legitimidade e a moralidade administrativa.
(C) eficiência e a publicidade.
(D) publicidade e a proporcionalidade.
(E) imperatividade e a especialidade.

139. A Constituição Federal estabelece no capítulo I, do seu art. 5º, diversos direitos e deveres individuais e coletivos, dentre outros,

Plêiade de Direito Constitucional

134. A idade mínima estabelecida na Constituição Federal como condição para a elegibilidade de candidato a Senador, Governador, Deputado Federal e Prefeito, respectivamente, é de

- (A) 35 (trinta e cinco), 30 (trinta), 21 (vinte e um) e 21 (vinte e um) anos de idade.
(B) 35 (trinta e cinco), 30 (trinta), 18 (dezoito) e 18 (dezoito) anos de idade.
(C) 30 (trinta), 35 (trinta e cinco), 21 (vinte e um) e 18 (dezoito) anos de idade.
(D) 30 (trinta), 35 (trinta e cinco), 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade.
(E) 30 (trinta), 30 (trinta), 21 (vinte e um) e 18 (dezoito) anos de idade.

135. A organização político-administrativa do Brasil, veda

- (A) a transformação de Territórios Federais em Estado ou a sua reintegração ao Estado.
(B) o desmembramento e a fusão de municípios através de leis municipais.
(C) a subdivisão de Estados para formarem Territórios Federais.
(D) a reintegração dos Territórios Federais ao Estado de origem.
(E) o desmembramento de Estados para se anexarem a outros ou formarem novos Estados.

136. O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, investido no mandato de

- (A) Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
(B) Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
(C) Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá, exclusivamente, a remuneração do cargo eletivo.
(D) Deputado Federal, não havendo compatibilidade de horários, será afastado e perceberá as vantagens do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
(E) Deputado Estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, vedada a contagem do seu tempo de serviço para promoção por antiguidade, salvo por merecimento.

137. Dentre outros direitos sociais previstos na Constituição Federal para os trabalhadores urbanos e rurais, assegura-se a

- (A) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais, vedada a compensação de horários e redução da jornada.
(B) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 10 anos de idade em creches e pré-escolas.
(C) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
(D) jornada de quatro horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, com acréscimo salarial, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
(E) participação nos lucros, ou resultados, vinculados à remuneração, salvo participação na gestão da empresa.

(A) a liberdade de associação para fins lícitos e de caráter paramilitar.

(B) o juízo ou tribunal de exceção.

(C) a inviolabilidade do domicílio, salvo na hipótese de desastre, vedado o ingresso em caso de flagrante delito.

(D) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independentemente de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

(E) a prestação de assistência religiosa nas prisões civis, vedada nas de internação coletiva de militares em tempos de guerra ou paz.

140. A Constituição Federal dispõe que a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos nela previstos, sendo privativo de brasileiro nato os cargos

- (A) de presidente das assembleias legislativas.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

- (B) de deputado federal.
 (C) da carreira diplomática.
 (D) de senador.
 (E) de governador de estado.

141. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão

- (A) criar preferências entre brasileiros.
 (B) recusar fé aos documentos públicos.
 (C) criar distinções entre brasileiros.
 (D) estabelecer cultos religiosos ou igrejas, mediante subvenção.
 (E) manter relações de aliança com igrejas ou seus representantes, na forma da lei e havendo colaboração de interesse público.

142. O Chefe do Ministério Público da União é o

- (A) Advogado-Geral da União.
 (B) Procurador-Geral de Justiça.
 (C) Procurador-Geral da República.
 (D) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 (E) Presidente do Superior Tribunal de Justiça da União.

143. A Constituição Federal estabeleceu ser direito social dos trabalhadores, além de outros, a

- (A) irredutibilidade do salário, mesmo que prevista em convenção ou acordo coletivo, salvo para o trabalhador rural em regime de automação.
 (B) remuneração do trabalho diurno igual ao noturno, mesmo que em atividade rural.
 (C) vedação de piso salarial proporcional à extensão ou complexidade do trabalho, salvo para o trabalhador rural.
 (D) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.
 (E) proibição de qualquer trabalho a menor de 18 (dezoito) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos.

144. Considere as assertivas abaixo:

- I. A administração pública direta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, salvo de seus entes indiretos, obedecerá aos princípios da reserva legal, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.*
II. O prazo de validade do concurso público será de no mínimo dois anos, prorrogáveis até o dobro do que for fixado no edital.
III. É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
IV. É permitida, na forma da lei, a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

SOMENTE estão corretas

- (A) I e IV (B) II e III (C) III e IV (D) I, II e III (E) I, II e IV

145. Segundo a Constituição Federal, os Tribunais Regionais do Trabalho

- (A) poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
 (B) compõem-se de no mínimo nove juízes, nomeados pelo Presidente da República, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade.
 (C) estão impedidos de instalar a justiça itinerante, nos limites da sua respectiva jurisdição.
 (D) serão presididos pelo Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, auxiliado por vice-presidentes regionais.
 (E) terão, dentre os seus membros, representantes da classe dos patrões e dos empregados, na proporção de um terço para cada.

146. Representa exceção aos princípios que regem as relações internacionais do Brasil a

- (A) solução pacífica dos conflitos.
 (B) vedação de asilo político.
 (C) defesa da paz.
 (D) não-intervenção.
 (E) autodeterminação dos povos.

PROVA 16 – Secretaria do Estado da Administração - Agente Penitenciário**147. A Constituição Federal determina que**

- (A) se presume a culpa daquele que está sob investigação policial.
 (B) ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, salvo nos crimes de tortura, tráfico de entorpecentes e terrorismo.
 (C) é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral, salvo em casos de rebelião.
 (D) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.
 (E) o preso não será informado sobre a identidade daqueles responsáveis por sua prisão, para assegurar a proteção à vítima.

148. A respeito dos direitos políticos, pode-se afirmar que

- (A) apenas os alfabetizados, maiores de 16 anos, podem votar, de acordo com a Constituição Federal.
 (B) o condenado criminalmente perderá seus direitos políticos, de acordo com a Constituição Federal.
 (C) toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, conforme estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 (D) todo brasileiro, contanto que católico, poderá ser eleito Presidente da República, nos termos da Constituição Federal.
 (E) a vontade do povo, soberana, será sempre externada mediante eleições indiretas, por voto aberto e censitário, conforme estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

PROVA 17 – ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE - PROVA A1**149. É vedada a adoção de medida provisória**

- (A) na regulamentação de artigo da Constituição Federal, cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995
 (B) sobre matéria legislativa integrante de Código
 (C) sobre processo penal
 (D) sobre matéria tributária
 (E) na vigência de estado de sítio ou de defesa

150. Com respeito ao direito econômico, é correto afirmar que

- (A) somente a União pode legislar sobre a matéria
 (B) os Estados podem editar normas gerais e normas suplementares para atender a suas peculiaridades
 (C) os Estados só podem editar normas suplementares, para atender a suas peculiaridades
 (D) é da competência comum da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
 (E) pode ser objeto de legislação federal ou estadual, mas necessariamente por lei complementar

151. Sobre as leis delegadas, é correto afirmar que

- (A) não podem versar sobre direito penal

- (B) são feitas por delegação ao Presidente da República, que pode, ou não, tê-las solicitado
 (C) podem, conforme a delegação, ser apreciadas, enquanto projeto, pelo Congresso Nacional, em votação única, vedada qualquer emenda
 (D) devem ser elaboradas pelo Presidente da República, exclusivamente, e no prazo de 60 dias, permitida uma única prorrogação
 (E) não podem ser modificadas por medidas provisórias

152. A fixação dos limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados

- (A) é da competência do Congresso Nacional, por proposta do Presidente da República
 (B) é da competência privativa da Câmara dos Deputados
 (C) é da competência privativa do Senado Federal
 (D) é da competência privativa do Senado Federal, por proposta da Presidente da República
 (E) é feita por lei complementar, de iniciativa privativa do Presidente da República

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

153. A hipótese de o Estado do Espírito Santo subdividir-se, e as partes serem anexadas aos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia seria constitucionalmente exequível:

- (A) por emenda à Constituição Federal, somente
(B) por emenda à Constituição Estadual, apenas

- (C) por plebiscito para aprovação da população interessada conjuntamente com emenda à Constituição Federal
(D) por plebiscito para aprovação da população interessada conjuntamente com emenda à Constituição Estadual
(E) por plebiscito para aprovação da população interessada conjuntamente com lei complementar

PROVA 18 – MIN. DA ADM. FED. E REFORMA DO ESTADO Analista de Orçamento

154. A Constituição atenua o federalismo simétrico, adotado no Brasil, quando

- (A) contempla a possibilidade de delegação desigual de competências legislativas e materiais da União para os Estados, por lei complementar.
(B) admite a concessão, pela União, de incentivos, como juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias, visando à redução das desigualdades regionais.
(C) determina que a União destine percentual da arrecadação de certos impostos federais a Estados e Municípios, em quotas iguais para todos.
(D) prevê representação política desigual dos Estados, já que nenhum deles poderá ter menos de oito o mais de setenta representantes na Câmara dos Deputados.
(E) obriga os Estados a aplicarem percentuais diferentes da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

- (E) submete à aprovação do Congresso Nacional quaisquer modificações territoriais de Estados e Municípios.

156. A forma republicana de governo, como se sabe,

- (A) é incompatível com o Estado unitário, por ser pressuposto da república a repartição dos Poderes do Estado entre órgãos distintos.
(B) pressupõe a adoção do parlamentarismo, único sistema de governo que prevê a responsabilidade política dos governantes.
(C) pode conviver com o regime monárquico, desde que se trate de monarquia eletiva.
(D) é compatível com o sistema de governo presidencialista, apenas se previsto o voto direto nas eleições para Presidente da República.
(E) independe da organização territorial do Estado e do sistema de governo, pressupondo, entretanto, sempre, a temporariedade dos mandatos eletivos.

155. Ao tratar da organização político-administrativa do Estado brasileiro, a Constituição

- (A) atribui autonomia à União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.
(B) faz depender de lei complementar federal a transformação do Distrito Federal em Estado.
(C) admite a criação de novos Territórios, mediante consulta plebiscitária às populações dos Estados envolvidos e lei complementar federal.
(D) confere ao Distrito Federal as competências legislativas reservadas à União.

157. Considerando o princípio da hierarquia das normas jurídicas é correto afirmar que

- (A) as medidas provisórias são hierarquicamente inferiores às emendas e à Constituição, mas superiores às leis ordinárias.
(B) as leis ordinárias são superiores às medidas provisórias e inferiores às leis complementares.
(C) as leis delegadas são inferiores às leis complementares e às medidas provisórias.
(D) as leis ordinárias e as leis delegadas encontram-se no mesmo nível hierárquico.
(E) todos os atos normativos que integram o processo legislativo encontram-se no mesmo nível hierárquico, sendo inferiores apenas à Constituição.

PROVA 19 – TRE PIAUÍ - Analista Judiciário - Área Administrativa

158. A Constituição Federal prevê que "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante". Esse dispositivo de proteção abrange

- (A) o racismo, somente se for praticado em concurso com a violência física.
(B) apenas o sofrimento físico, único inerente à tortura.
(C) tanto o sofrimento físico como o mental.
(D) o sofrimento psíquico, apenas nos casos de discriminação religiosa.
(E) a aplicação de castigo pessoal a alguém sob guarda, mesmo que não cause intenso sofrimento.

- (B) a prevalência das bases sobre a cúpula.
(C) o caráter regional ou local.
(D) o caráter nacional.
(E) o compromisso de defender o presidencialismo.

159. Um dos preceitos constitucionais que os partidos políticos devem observar é

- (A) a liberdade de recebimento de recursos financeiros.

160. Tem assento no Conselho da República, dentre outros membros, o

- (A) Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
(B) líder da minoria na Câmara dos Deputados.
(C) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
(D) Presidente de uma das Assembléias Legislativas estaduais, nomeado pelo Congresso Nacional.
(E) Procurador Geral da República.

PROVA 20 – TRF 5ª REGIÃO – Analista Judiciário – Área Administrativa

161. Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar, em grau de recurso,

- (A) as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício de competência federal da área de sua jurisdição.
(B) as revisões criminais e ações rescisórias de julgados seus ou de juízes federais da região.
(C) os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal.
(D) os mandados de segurança e habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal.
(E) os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal.

- (B) o magistrado não poderá ser removido ou promovido, senão com o seu assentimento, manifestado na forma da lei.

- (C) será adquirida após dois anos de exercício da função, sendo que, nesse período, a perda do cargo dependerá de deliberação do Tribunal a que o juiz estiver vinculado.
(D) não poderão os magistrados ser postos em disponibilidade, nem aposentados compulsoriamente.
(E) será adquirida quando de seu provimento no cargo, em que ingressam mediante concurso público de provas e títulos.

162. Relativamente à garantia de vitaliciedade assegurada aos magistrados de primeira instância pela Constituição,

- (A) será adquirida após três anos de exercício efetivo da função, podendo a perda do cargo dar-se mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.

163. É INCORRETO afirmar sobre o Distrito Federal que

- (A) exerce as mesmas competências atribuídas pela Constituição a Estados e Municípios.
(B) será regido por lei orgânica, aprovada por dois terços da Câmara Legislativa.
(C) a eleição de seu Governador coincidirá com a dos Governadores Estaduais.
(D) aos Deputados distritais aplicam-se as disposições constitucionais relativas aos Deputados Estaduais.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(E) fica autorizada sua divisão em Municípios, a serem criados mediante aprovação da União.

164. Relativamente às matérias que estão no âmbito das competências legislativas privativas da União,

- (A) a competência da União restringe-se ao estabelecimento de normas gerais, assegurado o exercício de competência suplementar pelos Estados.
 (B) lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas que lhes sejam pertinentes.
 (C) a inexistência de lei federal autoriza os Estados a exercer competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.
 (D) lei complementar fixará normas para a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 (E) a superveniência de lei estadual sobre normas gerais suspende a eficácia da lei federal, no que lhe for contrária.

165. De acordo com a Constituição, o Senado Federal compõe-se de representantes

- (A) do povo brasileiro, eleitos segundo o princípio proporcional, para um mandato de quatro anos.
 (B) do povo dos Estados, Distrito Federal e Territórios, eleitos segundo o princípio majoritário, em dois turnos.
 (C) da União e dos Estados, cada qual elegendo três Senadores, para um mandato de quatro anos.
 (D) dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo princípio majoritário, para um mandato de oito anos.
 (E) do povo, renovando-se sua representação de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

166. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente

- (A) da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
 (B) do Congresso Nacional, o do Supremo Tribunal Federal e o do Superior Tribunal de Justiça.
 (C) da Câmara dos Deputados, o do Supremo Tribunal Federal e o do Tribunal de Contas da União.
 (D) do Senado Federal, o do Congresso Nacional e o da Câmara dos Deputados.

PROVA 21 – TRT 21ª REGIÃO – Analista Judiciário – Área Administrativa**170. Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se por diversos princípios, tais como**

- (A) o desenvolvimento nacional e os valores sociais da livre iniciativa.
 (B) a soberania e a cidadania.
 (C) o pluralismo político e a igualdade entre os Estados.
 (D) o repúdio ao terrorismo e a erradicação da pobreza.
 (E) a prevalência dos direitos humanos e a defesa da paz.

171. Considere as afirmações seguintes:

- I. A criação de associações independe de autorização.
 II. É vedada a associação de caráter paramilitar.
 III. As associações não podem ser dissolvidas compulsoriamente.

Está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I. (B) II. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.

172. Em condições de reciprocidade, os portugueses nem precisam se naturalizar, pois detêm, no Brasil, uma "quase nacionalidade". Os estrangeiros oriundos de países de língua portuguesa também são privilegiados, pois, para se naturalizarem, além da idoneidade moral, exige-se apenas residência no país por

- (A) um ano ininterrupto.
 (B) dois anos ininterruptos.
 (C) cinco anos ininterruptos.
 (D) dois anos, ininterruptos ou não.
 (E) cinco anos, ininterruptos ou não.

173. O Presidente da República vetou integralmente, por contrário ao interesse público, um projeto aprovado pelo Congresso Nacional. Este, examinando as razões do veto, rejeitou-o, devolvendo o projeto para a promulgação do

(E) do Supremo Tribunal Federal, o do Superior Tribunal de Justiça e o do Tribunal de Contas da União.

167. Considere as seguintes afirmações sobre os direitos dos trabalhadores na Constituição.

- I. *Proíbe a Constituição a realização de qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 anos.*
 II. *A Constituição assegura aos trabalhadores domésticos direito a décimo terceiro salário e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.*
 III. *Aos trabalhadores urbanos e rurais, é garantida a irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.*

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I. (B) II. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.

168. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular,

- (A) mediante justa e prévia indenização, em dinheiro.
 (B) desde que a propriedade não esteja cumprindo sua função social.
 (C) assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
 (D) mediante indenização prévia, em títulos da dívida pública.
 (E) não tendo o proprietário direito a indenização, diante da urgência do interesse público.

169. Somente poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público

- (A) por decisão unânime de seus membros ou do respectivo órgão especial.
 (B) pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou do respectivo órgão especial.
 (C) se provocados pelos juízes de primeira instância que estiverem vinculados ao Tribunal.
 (D) em sede de ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade.
 (E) nas hipóteses em que couber ao Senado Federal suspender a eficácia da lei ou ato normativo impugnado.

Presidente da República. Decorrido o prazo, sem qualquer providência do Chefe do Poder Executivo, a lei será promulgada pelo

- (A) Presidente da Câmara dos Deputados.
 (B) Presidente do Senado Federal.
 (C) Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 (D) Vice-Presidente da República.
 (E) Procurador Geral da República.

174. O Tribunal de Contas da União houve por bem sustar a execução de contrato impugnado. Neste caso,

- (A) determinará que o Chefe do Poder Executivo tome as medidas cabíveis para sua sustação, comunicando o fato imediatamente ao Congresso Nacional.
 (B) comunicará a decisão diretamente ao Chefe do Poder Executivo que, de imediato, tomará as medidas cabíveis.
 (C) determinará, de imediato, as providências cabíveis, que serão requisitadas diretamente a quem deva cumpri-las.
 (D) comunicará a decisão ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, e o Congresso Nacional, adotando diretamente o ato, solicitará ao Poder Executivo, de imediato, as medidas cabíveis.
 (E) comunicará a decisão diretamente ao Presidente do Senado Federal a quem cabe tomar, de imediato, as medidas para a sustação do contrato junto ao Presidente da República.

175. O Ministro do Tribunal de Contas da União, segundo a Constituição Federal, está equiparado, quanto às prerrogativas, aos impedimentos, aos vencimentos e às vantagens, ao

- (A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
 (C) Ministro de Estado.
 (D) Presidente do Senado Federal.
 (E) Presidente da Câmara dos Deputados.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR****176. Os juízes gozam da garantia da inamovibilidade, (c/ adaptações)**

(A) contudo, poderão excepcionalmente ser removidos em razão de quebra de decoro, por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa.

(B) que indica que somente poderão ser removidos no seu exclusivo interesse manifestado em requerimento, expressamente.

(C) porém, a critério do respectivo tribunal, poderão ser removidos, desde que por voto secreto de dois terços dos membros.

(D) nunca poderão ser removidos, embora sejam promovidos apenas em seu exclusivo interesse manifestado em requerimento, expressamente.

(E) mas poderão ser removidos, em razão de interesse público, por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

177. Na Constituição Federal, o Ministério Público recebeu legitimação para promover o inquérito civil e a ação pública. No exercício dessas funções, a legitimação é

(A) privativa, em ambos os casos.

(B) concorrente, em ambos os casos.

(C) privativa, no primeiro caso, e concorrente, no segundo.

(D) concorrente, no primeiro caso, e privativa, no segundo.

(E) sempre concorrente, podendo, todavia, retomar o inquérito ou a ação como parte principal.

PROVA 22 – TRE BAHIA - Analista Judiciário – Área Administrativa**178. Considere as afirmações:**

I. A Defensoria Pública da União é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, assegurada a seus integrantes a garantia de inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

II. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira, maiores de 35 anos, para mandato de 2 anos, incumbindo-lhe, dentre outras atividades, a de consultoria e a de assessoramento jurídico do Poder Executivo.

III. A Advocacia Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de 35 anos, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições, a defesa dos interesses sociais e a dos individuais indisponíveis.

IV. O Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal formam lista tripla, dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de 2 anos, permitida a recondução, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições, a defesa do regime democrático.

Estão corretas APENAS

(A) I e III. (B) I e IV. (C) I, II e IV. (D) II e III. (E) II, III e IV.

179. Na questão referente à recorribilidade das decisões em matéria eleitoral, é certo que

(A) o Tribunal Superior Eleitoral poderá rever as decisões contra disposição expressa de lei, mas não as que versarem sobre expedição de diploma nas eleições.

(B) as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais são sempre recorríveis por força do princípio do duplo grau de jurisdição.

(C) o Superior Tribunal de Justiça não tem competência para rever as decisões da Justiça Eleitoral.

(D) as decisões do Tribunal Superior Eleitoral que denegarem o habeas data e o mandado de injunção são irrecurríveis.

(E) a divergência na interpretação de lei entre dois tribunais ou entre dois ou mais tribunais eleitorais é irrecurrível.

180. Em relação aos princípios gerais do Sistema Tributário Nacional conclui-se que

(A) a instituição de impostos, taxas e empréstimos compulsórios é de competência privativa da União, dos Estados e dos Municípios.

(B) as contribuições sociais e de interesse das categorias profissionais ou econômicas são de competência comum da União e dos Estados.

(C) as contribuições para o custeio do serviço de iluminação pública competem exclusivamente aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal.

(D) a instituição de contribuições para custeio do sistema de assistência social, excluídas as de seguridade social, é de competência privativa dos Estados.

(E) cabe à lei complementar dispor sobre os conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

181. No processo legislativo,

(A) o direito de propor emendas é uma faculdade de os membros ou órgãos de cada uma das Casas do Congresso Nacional sugerirem modificações nos interesses relativos à matéria contida em projetos de lei.

(B) a votação da matéria legislativa constitui ato individual das Casas do Congresso Nacional, de caráter decisório, que se forma, tão-somente, por maioria simples e maioria absoluta.

(C) o veto é ato legislativo privativo do Presidente da República, enquanto que a sanção cabe também às Casas do Congresso Nacional.

(D) a iniciativa das leis é prerrogativa dos Presidentes da República, do Congresso Nacional e dos Tribunais Superiores, vedada a iniciativa privada.

(E) o procedimento legislativo sumário é aplicável na elaboração de medidas provisórias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções.

182. São requisitos para a nomeação de Ministros do Tribunal de Contas da União, dentre outros, que

(A) metade deles tenham sido ocupantes de cargos de carreira, e escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação da Câmara dos Deputados.

(B) o escolhido conte com mais de 30 e menos de 60 anos de idade, e seja de reputação ilibada.

(C) o escolhido tenha mais de 15 anos de exercício de efetiva atividade profissional que exija conhecimentos técnicos, e tenha idoneidade moral.

(D) o escolhido tenha notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública, e seja brasileiro.

(E) um quinto deles sejam oriundos da atividade privada e escolhidos pelo Congresso Nacional, com o referendo do Presidente da República.

183. Dentre os princípios de observância obrigatória pela administração pública, expressamente previstos na Constituição Federal, está o da

(A) proporcionalidade.

(B) autotutela.

(C) eficiência.

(D) razoabilidade.

(E) hierarquia.

PROVA 23 – TRE 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa**184. A Ação Declaratória de Constitucionalidade NÃO pode ser proposta (c/ adaptações)**

(A) pelo Procurador-Geral da República.

(B) pelo Presidente da República.

(C) pela Mesa da Câmara dos Deputados.

(D) pelo Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.

(E) pela Mesa do Senado Federal.

185. “O Ministério Público só presta contas de seus atos à Constituição, às leis e à sua consciência. Os órgãos de administração superior podem editar recomendações sobre a atuação funcional, mas sempre sem caráter normativo”. Dentre os princípios institucionais que dão base ao Ministério Público, o texto refere-se ao princípio da

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

- (A) eficácia.
 (B) unidade.
 (C) independência funcional.
 (D) indivisibilidade.
 (E) moralidade.

186. Quanto ao Vice-Presidente da República, considere o seguinte:

- I. Não poderá, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.*
II. Auxiliará o Presidente da República, sempre que por ele for convocado para missões especiais, além de exercer outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar.
III. Assumirá a candidatura a Presidente da República quando seu companheiro de chapa falecer durante a disputa em segundo turno de votação.
IV. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á nova eleição e os eleitos cumprirão quatro anos de mandato.

São corretos APENAS os itens

- (A) III e IV. (B) II e IV. (C) II e III. (D) I e III. (E) I e II.

PROVA 24 – TRT 21ª REGIÃO – Analista Judiciário – Área Judiciária - Execução de Mandados

189. A Constituição Federal estabeleceu que "não haverá juízo ou tribunal de exceção". Analisando esse preceito, pode-se dizer que

- (A) não é possível, para dirimir conflitos fundiários, a designação, pelos Tribunais de Justiça, de juízes com competência exclusiva para questões agrárias.
 (B) o Tribunal do Júri, a partir da atual Constituição, acha-se em situação de duvidosa constitucionalidade, em virtude de os jurados não serem juízes togados.
 (C) aí está o princípio do juiz natural, segundo o qual somente os juízes, tribunais e órgãos jurisdicionais anteriormente previstos na Constituição têm o poder de julgar.
 (D) as Justiças Militares são uma excrescência, representando sua existência uma flagrante inconstitucionalidade, por se tratar, por excelência, de um tribunal de exceção.
 (E) a Constituição Federal não aceita mais as justiças especializadas contempladas pelas leis de organização judiciária, visto que elas se enquadram na proibição de juízos de exceção.

190. O controle externo das contas públicas, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. As decisões desse Tribunal, de que resultem imputação de débito ou multa,

- (A) terão, com todas suas características, eficácia de um título executivo.
 (B) serão equivalentes a uma conclusão técnico-jurídica, sem representar um julgado.
 (C) terão o valor de parecer normativo contrário às contas examinadas.
 (D) terão a natureza de decisão declaratória, sem eficácia de título executivo extrajudicial.
 (E) terão apenas eficácia moral, visto que não há poder para executá-las.

191. A Constituição Federal reconhece as línguas dos índios (art. 231, caput) e assegura às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas (art. 210, § 2º). De outra parte, afirma que a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil. Assim,

- (A) só a língua portuguesa é oficial e as línguas indígenas podem ser usadas privadamente, mas, por exemplo, não pode haver educação nessas línguas.
 (B) a língua oficial do país é o português, mas, nas comunidades indígenas, a língua materna tupi-guarani também é oficial, ao lado daquela.
 (C) cada comunidade indígena tem sua língua como oficial ao lado da língua portuguesa, que é a única oficial nacional.
 (D) temos tantas línguas oficiais quantas são as línguas indígenas, além da oficial língua portuguesa, todas utilizáveis no território nacional.

187. Os quoruns pelos quais uma emenda constitucional e uma lei complementar são consideradas aprovadas são de, respectivamente,

- (A) maioria absoluta e maioria simples.
 (B) maioria absoluta e 3/5.
 (C) 3/5 e maioria simples.
 (D) 3/5 e maioria absoluta.
 (E) 3/4 e maioria simples.

188. A escolha de magistrado para integrar o Tribunal Superior do Trabalho depende de

- (A) inclusão em lista tríplice elaborada pelos Ministros do TST, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, escolha e aprovação pelo Órgão Especial do TST.
 (B) inclusão em lista tríplice elaborada pelos Ministros do TST, escolha e aprovação pelo STF.
 (C) inclusão em lista tríplice elaborada pelos Ministros do TST, escolha e nomeação pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado.
 (D) livre escolha do Presidente da República e aprovação pelo Congresso Nacional.
 (E) indicação do Órgão Especial do TST, aprovação do Ministério Público do Trabalho, escolha e nomeação pelo Presidente da República.

(E) temos uma única língua oficial e, nas comunidades indígenas, as línguas maternas também são reconhecidas e podem ser utilizadas, mas a oficial é a língua portuguesa.

192. Os recursos naturais da plataforma continental são bens que pertencem

- (A) à União Federal e ao Estado de cujo território é prolongamento natural.
 (B) ao Estado de cujo território é prolongamento natural.
 (C) ao Município de cujo território é prolongamento natural.
 (D) à União Federal.
 (E) ao Estado e ao Município de cujo território é prolongamento natural.

193. Em país vizinho, antes da realização do segundo turno da eleição para Presidente da República, um dos concorrentes desistiu da disputa. Se o mesmo fato acontecesse aqui no Brasil,

- (A) o remanescente dos dois concorrentes mais votados seria imediatamente declarado eleito.
 (B) deveria ser convocado para a disputa, dentre os remanescentes, o de maior votação.
 (C) a eleição seria anulada e uma nova convocada para dentro de cento e vinte dias.
 (D) o candidato a Vice-Presidente, registrado junto com o desistente, disputaria a eleição.
 (E) o seu partido ou coligação poderia, livremente, substituí-lo, recompondo a chapa.

194. O Congresso Nacional rejeitou projeto de emenda constitucional modificando a idade para aposentadoria compulsória. Nesse caso,

- (A) nova proposta sobre essa matéria ficará sujeita, se aprovada a emenda, à apreciação obrigatória em referendo popular.
 (B) requerimento de dois terços dos membros do Congresso Nacional permitirá a apreciação dessa matéria na mesma sessão legislativa.
 (C) fica impedida, por dez anos, a apreciação de nova proposta sobre a mesma matéria.
 (D) só a autorização prévia em plebiscito permitirá a apreciação de nova proposta sobre a mesma matéria.
 (E) essa matéria não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

195. Em regra, é vedada a acumulação de cargos públicos. Dentre as exceções, é permitida a acumulação, desde que haja compatibilidade de horários, de dois cargos públicos de profissão

- (A) da justiça, como a de promotor de justiça.
 (B) da justiça, como a de juiz de direito.
 (C) da saúde, como a de enfermeiro.
 (D) de caráter técnico, como a de engenheiro.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(E) de caráter científico, como a de pesquisador.

196. A Constituição Federal adota o princípio da unicidade sindical, que significa a

(A) vedação de criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional, na mesma base territorial.

(B) proibição para que um trabalhador ou um empregador esteja inscrito ou associado em mais de uma organização sindical da categoria.

(C) permissão para que uma organização sindical de determinada categoria represente a todos os associados da categoria, no mandado de segurança coletivo, como se fossem uma só pessoa.

(D) legitimação para que uma organização sindical, representando determinada categoria, assuma sozinha a autoria e promova a ação civil pública em defesa de todos.

(E) autorização para que uma organização sindical de determinada categoria promova o dissídio coletivo representando a todos da mesma categoria e agindo como se fosse uma única pessoa.

197. O Ministério Público goza de inúmeras garantias e prerrogativas em razão de suas altas funções de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Uma dessas garantias é aquela segundo a qual o Procurador-Geral da República só pode ser destituído por iniciativa do Presidente da República, que deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta

(A) do Congresso Nacional.

(B) do Senado Federal.

(C) da Câmara dos Deputados.

(D) do Supremo Tribunal Federal.

(E) do Colégio de Procuradores da República.

PROVA 25 – TRT 24ª REGIÃO – Analista Judiciário – Área Judiciária - Execução de Mandados**198. Em relação aos Estados, a Constituição da República prevê que**

(A) podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, bastando apenas a aprovação de Emenda Constitucional.

(B) podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

(C) não podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, ante a união indissolúvel estabelecida no art. 1º da Carta Magna.

(D) não podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, ainda que através de Emenda Constitucional, porque a organização político-administrativa é uma cláusula pétrea.

(E) podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante consulta popular e aprovação das Assembleias Legislativas dos Estados envolvidos.

(C) autorizar, por lei complementar, os Municípios a legislar sobre questões de interesse local.

(D) autorizar, por lei complementar, os Estados a legislar sobre questões específicas.

(E) delegar, por lei complementar, aos Estados, a disciplina de questões, gerais ou específicas, em face da ausência de lei federal.

203. No que se refere ao direito de reunião é INCORRETO afirmar, ser um dos seus elementos,

(A) a duração limitada.

(B) a forma de ação individual ou coletiva.

(C) o propósito determinado.

(D) a realização em área certa, mesmo que seja em percurso móvel.

(E) a finalidade lícita.

204. Os julgamentos, em recurso ordinário, do crime político e das causas em que forem partes Estado estrangeiro, de um lado, e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País, competem, respectivamente, ao

(A) Tribunal Regional Federal e ao Tribunal de Justiça dos Estados.

(B) Tribunal Regional Federal e ao Supremo Tribunal Federal.

(C) Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal Regional Federal.

(D) Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.

(E) Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

205. No que se refere às atribuições constitucionais do Poder Judiciário, observa-se que as propostas ao Poder Legislativo sobre a alteração da organização e da divisão judiciárias são de competência privativa

(A) do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça.

(B) do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Alçada.

(C) dos Tribunais Superiores, da Mesa da Câmara dos Deputados e da Mesa do Senado Federal.

(D) do Presidente da República, dos Governadores de Estado e dos Prefeitos Municipais.

(E) dos Governadores de Estado, dos Tribunais Federais e dos Tribunais de Alçada.

206. No tocante à fiscalização financeira e orçamentária, é certo afirmar que

(A) as Constituições estaduais poderão dispor sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por nove Conselheiros.

(B) qualquer pessoa física ou jurídica privada, que guarde dinheiro, bens e valores públicos deverá prestar contas ao Tribunal de Contas.

(C) o Tribunal de Contas encaminhará ao Congresso Nacional, semestralmente, o relatório de suas atividades.

(D) esta será exercida pelo Senado Federal, mediante controle interno, além do sistema de controle externo de cada Poder.

(E) as decisões do Tribunal de Contas de que resultem imputação de débito ou multa, não têm a eficácia de título executivo.

199. É INCORRETO afirmar que dois dos fundamentos da República Federativa do Brasil são

(A) o pluralismo político e a cidadania.

(B) a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político.

(C) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

(D) a soberania e a cidadania.

(E) a cidadania e a não-intervenção nos Estados.

200. Podem ser propostas emendas à Constituição por, no mínimo,

(A) metade dos membros do Senado Federal.

(B) metade dos membros do Congresso Nacional.

(C) um terço dos membros da Câmara dos Deputados.

(D) três quartos dos membros da Câmara dos Deputados.

(E) três quartos dos membros do Senado Federal.

201. A liberdade de associação sindical, constitucionalmente garantida, traz em seu regime a

(A) garantia do direito de voto ao trabalhador aposentado que seja filiado.

(B) necessidade de acatamento das orientações do Poder Público quanto à organização do sindicato.

(C) necessidade de autorização do Estado para a fundação de sindicato.

(D) facultatividade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas do trabalho.

(E) necessidade de consentimento da entidade sindical para a desfiliação dos trabalhadores sindicalizados.

202. Nos termos da repartição de competências legislativas estabelecidas na Constituição Federal, cabe à União, nas matérias de sua competência privativa,

(A) estabelecer apenas as normas gerais.

(B) estabelecer apenas as normas específicas.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

207. O presidente da República poderá delegar aos Ministros de Estado dentre outras, a atribuição de

- (A) enviar ao Congresso Nacional as propostas de orçamento previstas na Constituição.
(B) manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.

(C) conferir condecorações e distinções honoríficas.

(D) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

(E) celebrar convenção e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

PROVA 26 – TRF DA 4ª REGIÃO - Analista Judiciário – Execução de Mandados

208. Dentre os membros do Tribunal de Contas da União, o Congresso Nacional tem competência exclusiva para escolher

- (A) 2/5 (B) 2/3 (C) 1/5 (D) 1/4 (E) 1/3

209. Nos projetos de lei sobre organização dos serviços administrativos dos Tribunais Federais,

- (A) a iniciativa também cabe aos Deputados Federais ou Senadores, sendo livres as emendas.
(B) o processo legislativo é o ordinário, sendo admitidas emendas de qualquer natureza.
(C) não são admitidas emendas que aumentem a despesa prevista.
(D) a iniciativa é privativa do Presidente da República, mas o projeto pode ser emendado no Congresso Nacional.
(E) são livremente admitidas as emendas, mas a iniciativa cabe ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

210. Comutar pena é ato da competência privativa

- (A) do Senado Federal.
(B) do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
(C) do Congresso Nacional.
(D) do Presidente da República.
(E) da Câmara dos Deputados.

PROVA 27 – TRF 1ª REGIÃO - Analista Judiciário – Especialidade Execução de Mandados

213. Quanto aos órgãos do Poder Judiciário, é INCORRETO afirmar que

- (A) cinco, dos quinze Ministros do Superior Tribunal Militar, são escolhidos dentre civis.
(B) as Juntas Eleitorais são órgãos da Justiça Eleitoral.
(C) nas Varas do Trabalho, a jurisdição é exercida por um juiz singular.
(D) o Tribunal de Contas da União julga, originariamente, os litígios relacionados ao cumprimento do orçamento pelos órgãos da Administração.
(E) a competência do Tribunal Superior do Trabalho deve ser disposta em lei.

214. O Juiz estadual, no exercício da competência federal da área de sua jurisdição, decidiu uma questão. Não se conformando, uma das partes recorreu. Esse recurso será julgado pelo

- (A) Superior Tribunal de Justiça.
(B) Tribunal de Justiça respectivo.
(C) Tribunal Regional Federal respectivo.
(D) Órgão Especial do Tribunal de Justiça respectivo.
(E) Órgão Especial do Tribunal Regional Federal respectivo.

215. A vitaliciedade, uma das garantias dos magistrados, é adquirida, no primeiro grau, após

211. Virgínio, brasileiro naturalizado, teve sua extradição solicitada pela Espanha, território onde nasceu. Nesse caso, o pedido

- (A) deverá ser negado pelo Presidente da República, porque não cabe extradição de brasileiro, mesmo se naturalizado, em face do princípio da soberania.
(B) será processado e julgado, originariamente, pelo Supremo Tribunal Federal, que examinará seu eventual cabimento.
(C) será negado pelo Supremo Tribunal Federal, visto que o Brasil não concede a extradição de brasileiro, nato ou naturalizado.
(D) não poderá ser recusado, em razão da nacionalidade originária aliada ao critério da territorialidade.
(E) deve ser instruído pelo Ministério das Relações Exteriores e apreciado pelo Presidente da República, que examinará seu eventual cabimento.

212. Quem deve dispor sobre o Estatuto da Magistratura é uma lei complementar de iniciativa do

- (A) Senado Federal.
(B) Presidente da República.
(C) Conselho da Magistratura Nacional.
(D) Congresso Nacional.
(E) Supremo Tribunal Federal.

(A) dois anos de exercício; a aquisição confere o direito de não mais perder o cargo durante toda sua vida.

(B) três anos de exercício; a aquisição confere o direito de a perda do cargo ocorrer somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

(C) dois anos de exercício; durante o biênio, a perda do cargo pode ocorrer em virtude das mesmas causas relativas ao servidor público comum.

(D) três anos de exercício; durante o triênio, a perda do cargo pode ocorrer em virtude das mesmas causas relativas ao servidor público comum.

(E) dois anos de exercício; a aquisição confere o direito de a perda do cargo ocorrer somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

216. O Presidente da República pretende exonerar, antes do término do mandato, o Procurador-Geral da República. A aprovação prévia dessa exoneração é ato da competência privativa

- (A) da Câmara dos Deputados.
(B) do Senado Federal.
(C) do Congresso Nacional.
(D) do Supremo Tribunal Federal.
(E) do Superior Tribunal de Justiça.

PROVA 28 – TRF 1ª REGIÃO - Analista Judiciário – Especialidade Execução de Mandados

217. A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de ação declaratória de constitucionalidade de lei federal gera efeitos

- (A) *inter partes*, com a possibilidade de extensão a todos, através de Resolução do Senado.
(B) *inter partes* e retroativos à data da entrada em vigor da lei.
(C) *erga omnes* e vinculante relativamente ao Executivo e aos demais órgãos do Judiciário.
(D) *inter partes*, suspendendo a eficácia da lei a partir de seu trânsito em julgado, se julgada improcedente.
(E) *erga omnes* e vinculante em relação aos Poderes Legislativo e Executivo.

(A) poderá adquirir a nacionalidade brasileira, desde que goze de idoneidade moral e resida no Brasil por um ano ininterrupto.

(B) é considerado brasileiro nato, independentemente da nacionalidade de sua mãe ou de vir a residir no Brasil.

(C) será considerado brasileiro nato, desde que venha a residir no Brasil e opte pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo.

(D) poderá adquirir a nacionalidade brasileira, desde que resida no Brasil por quinze anos ininterruptos e não sofra condenação criminal.

(E) será considerado brasileiro nato, desde que registrado em repartição brasileira competente e venha a residir no Brasil antes da maioridade.

218. O indivíduo nascido na França, filho do Embaixador brasileiro naquele país,

219. Proposta de emenda à Constituição Federal, de iniciativa de Deputado Federal, com vistas a extinguir a

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

obrigatoriedade do voto para maiores de 18 (dezoito) e menores de 70 (setenta) anos, é aprovada em dois turnos em cada uma das Casas do Congresso, pelo voto de 3/5 (três quintos) dos respectivos membros em cada turno, vindo a ser promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Emenda assim promulgada

(A) não está sujeita a controle de constitucionalidade por via de ação.

(B) é inconstitucional, por vício de iniciativa, que não se convalida por sua ulterior promulgação.

(C) é inconstitucional, por desrespeito a limite material imposto ao poder de reforma da Constituição.

(D) obedece a todos os requisitos previstos na Constituição para o processo de elaboração de emendas.

(E) é inconstitucional, por insuficiência de quorum para aprovação de emendas à Constituição.

220. Supondo a inexistência de lei federal sobre normas gerais em matéria de defesa do solo e dos recursos naturais e a promulgação pelo Estado de Alagoas de lei, suprimindo essa omissão, para atender a suas peculiaridades, é correto afirmar que

(A) a lei estadual seria válida, se houvesse lei complementar federal que autorizasse os Estados a legislar sobre a matéria.

(B) lei federal superveniente revoga a lei estadual, em função da regra pela qual lei posterior revoga lei anterior.

(C) a lei estadual é inconstitucional, por ter o Estado usurpado de competência exclusiva da União.

(D) a superveniência de lei federal suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrária.

(E) lei federal superveniente não se aplicará ao Estado de Alagoas, caso a lei estadual não seja expressamente revogada.

221. O subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (c/ adaptações)

(A) poderá ser alterado mediante lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, observada a garantia de irredutibilidade de subsídio.

(B) é imune à incidência do imposto de renda, em função da garantia de irredutibilidade de subsídio dos membros do Poder Judiciário.

(C) é composto de uma parcela fixa e de parcelas variáveis, vedado, contudo, o acréscimo de verbas de natureza indenizatória.

(D) não poderá ser superior a 95% (noventa e cinco por cento) do subsídio mensal fixado para o Presidente da República.

(E) será fixado por lei do Congresso Nacional de iniciativa do STF e com sanção do Presidente da República.

222. Aos empregados domésticos, a Constituição assegura os mesmos direitos que aos trabalhadores urbanos e rurais, exceto

(A) repouso semanal remunerado.

(B) fundo de garantia do tempo de serviço.

(C) férias anuais remuneradas.

(D) aviso prévio proporcional.

(E) décimo-terceiro salário.

223. As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação da Emenda Constitucional nº. 32, de 11 de setembro de 2001,

(A) continuam em vigor até revogação expressa por Medida Provisória ulterior ou deliberação definitiva do Congresso Nacional.

(B) consideram-se revogadas desde então, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

(C) deveriam ter sido convertidas em lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da Emenda, sob pena de perda de eficácia.

(D) devem ser reeditadas a cada 30 (trinta) dias até sua conversão em lei ou rejeição, sob pena de perda de eficácia retroativa à data de sua edição.

(E) se não convertidas em lei nos 45 (quarenta e cinco) dias que se seguiram à publicação da Emenda, entraram em regime de urgência no Congresso Nacional.

224. Eventual processo contra Deputado Federal, por crime de homicídio ocorrido após sua diplomação,

(A) poderá ser arquivado a qualquer tempo antes do término de seu mandato, pelo voto de 2/3 dos membros da Câmara dos Deputados.

(B) poderá ser instaurado a qualquer tempo, desde que haja licença prévia da Câmara dos Deputados.

(C) somente poderá ser instaurado após o término do mandato do Deputado, independentemente de autorização da Câmara.

(D) deverá ser extinto e arquivado, em função da inviolabilidade de que goza o Deputado, na qualidade de congressista.

(E) poderá ter seu andamento suspenso, pelo voto da maioria dos membros da Câmara dos Deputados.

225. Relativamente à liberdade de associação sindical assegurada na Constituição Federal, NÃO é correto afirmar que

(A) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

(B) ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado à organização sindical.

(C) é vedada a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial.

(D) lei complementar poderá exigir autorização do Estado para a fundação e o funcionamento de sindicato.

(E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas.

PROVA 29 – TRF 5ª REGIÃO - Analista Judiciário – Especialidade Execução de Mandados

226. Determinada associação civil sem fins lucrativos requereu a expedição de certidão negativa de tributos municipais para defesa de direito da própria entidade. A certidão lhe foi negada por ato abusivo da autoridade municipal, o que motivou o desejo da associação de ingressar em juízo para obter o referido documento. Diante disso, a associação poderá propor, para a defesa de seu direito,

(A) mandado de segurança coletivo.

(B) habeas data.

(C) mandado de segurança individual.

(D) ação popular.

(E) ação civil pública.

227. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar,

(A) em recurso ordinário, as decisões proferidas pelos Tribunais Estaduais em sede de ação direta de inconstitucionalidade.

(B) originariamente, a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

(C) originariamente, as disputas sobre direitos indígenas.

(D) originariamente, as ações diretas de inconstitucionalidade contra leis municipais.

(E) originariamente, todos os pedidos de intervenção de Estado-membro em Município.

228. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar,

(A) em recurso especial, os mandados de segurança impetrados contra ato de Prefeito municipal, quando denegatória a decisão.

(B) originariamente, a homologação das sentenças estrangeiras.

(C) originariamente, as causas e os conflitos entre a União e os Estados.

(D) em recurso ordinário, as causas e os conflitos entre as entidades da Administração indireta municipal.

(E) em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro de um lado, e, do outro, Município.

229. Entre os atos que não podem ser impugnados em face da Constituição Federal, mediante ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal, encontra-se a

(A) lei municipal.

(B) lei federal.

(C) lei estadual.

(D) emenda à Constituição Federal.

(E) emenda à Constituição de Estado-membro.

230. Francisco de Assis, estando no exercício do cargo público de analista judiciário junto ao Tribunal Regional do

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

Trabalho da 5a Região, pretende candidatar-se a Vereador do Município de Salvador. Francisco deverá ser informado de que

- (A) investido no mandato de Vereador, ficará afastado do cargo de analista judiciário, ainda que haja compatibilidade de horários, podendo optar por uma remuneração.
- (B) poderá exercer o mandato de Vereador e o cargo de analista judiciário, acumulando a remuneração de ambos, desde que haja compatibilidade de horários.
- (C) somente poderá candidatar-se a Vereador se pedir demissão do cargo de analista judiciário.
- (D) poderá exercer o mandato de Vereador e o cargo de analista judiciário, desde que haja compatibilidade de horários, devendo optar por uma remuneração.
- (E) investido no mandato de Vereador, ficará afastado do cargo de analista judiciário, devendo perceber os subsídios do cargo eletivo.

231. O Presidente da República apresentou ao Senado Federal projeto de lei dispondo sobre servidores públicos da União, requerendo que fosse colocado em votação em regime de urgência. O projeto não tendo sido colocado em votação nos 45 dias seguintes, foram sobrestadas todas as demais deliberações em curso no Senado Federal, até que se ultimasse a votação, com exceção daquelas com prazo constitucional determinado. Na situação narrada, verifica-se vício de inconstitucionalidade formal na tramitação do projeto, porque

- (A) somente após 30 dias da apresentação do projeto o Presidente da República poderia ter solicitado a urgência.
- (B) não é cabível solicitação de urgência nos projetos de lei sobre servidores públicos.
- (C) o Presidente da República não tem iniciativa legislativa para a matéria.
- (D) o sobrestamento das deliberações somente poderia ocorrer após decorridos 60 dias da apresentação do projeto à Casa legislativa competente.
- (E) a votação do projeto deveria iniciar-se na Câmara dos Deputados.

232. Dentre os direitos sociais do trabalhador assegurados na Constituição Federal encontra-se o direito

- (A) à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

PROVA 30 – TRT 2ª REGIÃO - Analista Judiciário– Execução de Mandados

236. O sigilo das comunicações telefônicas é inviolável, salvo, nas hipóteses e na forma estabelecidas em lei, por ordem

- (A) judicial, na instrução processual de qualquer natureza, a critério do Juiz.
- (B) do Juiz, na instrução processual criminal, ou do Promotor de Justiça, na investigação criminal e no inquérito civil.
- (C) judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual criminal.
- (D) do Juiz, na instrução processual criminal, ou da Autoridade Policial, na investigação criminal.
- (E) do Juiz, na instrução processual criminal ou civil, do Promotor de Justiça, na investigação criminal, e do seu Presidente, na Comissão Parlamentar de Inquérito.

237. Considere:

- I. A casa é o asilo inviolável do indivíduo e nela só se pode penetrar à noite excepcionalmente, como, por exemplo, por determinação judicial.*
- II. São asseguradas às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.*
- III. Ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.*
- IV. Não deve haver juízo ou tribunal de exceção, razão pela qual os Tribunais de Justiça não podem designar juízes com competência exclusiva para questões agrárias.*

Segundo a previsão constante da Constituição Federal, são corretos APENAS

- (A) I e II. (B) I e III. (C) II e III. (D) II e IV. (E) III e IV.

(B) à remuneração do serviço extraordinário, no mínimo, 30% superior à remuneração normal.

(C) à irredutibilidade do salário, que não poderá ser objeto sequer de convenção coletiva.

(D) ao seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.

(E) ao salário-família pago em razão do dependente de qualquer trabalhador urbano ou rural, nos termos da lei.

233. A Constituição Federal veda a percepção simultânea de remuneração de cargo público com proventos de aposentadoria à conta do regime previdenciário previsto para os servidores públicos, ressalvando alguns casos em que possibilita essa acumulação. Assim é que os proventos de aposentadoria no cargo de analista judiciário junto ao TRT da 5a Região

- (A) poderão ser acumulados com a remuneração de cargo vinculado ao Poder Judiciário Federal.
- (B) poderão ser acumulados com a remuneração de um cargo privativo de profissionais da saúde.
- (C) não poderão ser acumulados com a remuneração de qualquer outro cargo público.
- (D) poderão ser acumulados com a remuneração de um cargo de professor.
- (E) poderão ser acumulados com a remuneração de um cargo de médico.

234. A competência para legislar sobre direito do trabalho pertence

- (A) somente aos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.
- (B) concorrentemente à União Federal, aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- (C) privativamente aos Estados-membros e Distrito Federal, que não poderão delegá-la.
- (D) privativamente aos Estados-membros, que poderão delegá-la à União Federal.
- (E) privativamente à União Federal, que poderá delegá-la aos Estados-membros.

235. É privativo de brasileiro nato o cargo de

- (A) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Procurador-Geral da República.
- (D) Ministro de Estado da Justiça.
- (E) Ministro de Estado das Relações Exteriores.

238. Quanto à aquisição da nacionalidade brasileira por estrangeiros, é correto afirmar que aos estrangeiros originários de

- (A) países de língua portuguesa exige-se apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (B) Portugal nada se exige, visto que eles são, assim que residentes, automaticamente considerados brasileiros naturalizados.
- (C) qualquer país exige-se a residência há mais de dez anos e ausência de condenação criminal.
- (D) qualquer país a naturalização é automática, desde que tenham contribuído com seu trabalho para o desenvolvimento nacional por mais de trinta anos.
- (E) qualquer país, desde que tenham filho brasileiro, a naturalização é concedida automaticamente e não mais podem ser extraditados.

239. É INCORRETO afirmar que entre os bens da União incluem-se

- (A) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- (B) os potenciais de energia hidráulica.
- (C) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- (D) os rios que banhem mais de um Estado.
- (E) as terras ao longo das fronteiras terrestres, com largura de cento e cinquenta quilômetros.

240. A Administração Pública deve observar que, segundo o comando constitucional,

- (A) a investidura em todos os cargos ou empregos públicos depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

PROVAS**FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS****DIREITO CONSTITUCIONAL**Prof.: **ANDRÉ ALENCAR**

(B) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(C) é garantido ao servidor público o direito à associação sindical, nos termos e limites definidos em lei específica.

(D) os vencimento dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

(E) somente por lei específica podem ser criadas a autarquia, a empresa pública, a sociedade de economia mista e a fundação pública, assim como suas subsidiárias.

241. Considere:

I. São estáveis após três anos de exercício todos os servidores nomeados para cargo ou função pública.

II. O servidor público estável pode perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

III. O servidor público estável pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

IV. Não tem efeito suspensivo a sentença judicial que decreta a perda do cargo de servidor estável, sendo aplicável imediatamente, desde que assegurada ampla defesa.

Quanta à estabilidade do servidor público, APENAS são corretos

(A) I e II. (B) I e III. (C) II e III. (D) II e IV. (E) III e IV.

242. Uma ação declaratória de constitucionalidade de lei federal mereceu julgamento definitivo de procedência pelo Supremo Tribunal Federal. Essa decisão produz eficácia

(A) parcial, visto que atinge quem a propôs, mas não produz efeito vinculante aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

(B) parcial, visto que seus efeitos estendem-se a quem a propôs, embora a ela se vinculem todos os órgãos do Poder Judiciário.

(C) contra todos, mas não vincula os demais órgãos do Poder Judiciário, embora os do Poder Executivo se vinculem a ela.

(D) contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

(E) contra todos, mas não vincula os órgãos do Poder Executivo, embora os demais do Poder Judiciário se vinculem a ela.

PROVA 31 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO - Analista Judiciário/Área Judiciária

243. Um mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por

(A) partido político, exclusivamente em defesa de interesse de seus filiados.

(B) partido político, desde que tenha representação no Congresso Nacional.

(C) entidade sindical, somente quando constituída há mais de dois anos.

(D) associação educacional, em favor de seus membros, qualquer que seja o tempo de funcionamento.

(E) cooperativa, em favor de seus cooperados, somente quando constituída há mais de dois anos.

244. Dentre os símbolos nacionais reconhecidos pela Constituição Federal temos

(A) o Cruzeiro do Sul.

(B) o Café e o mapa do Brasil.

(C) as Armas.

(D) as cores verde e amarelo.

(E) a Floresta Amazônica.

245. Aos juizes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de

(A) caráter político-partidário.

(B) caráter técnico.

(C) médico.

(D) magistério.

(E) caráter científico.

PROVA 32 – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO - Analista Judiciário/Área Judiciária

246. Observe o seguinte:

I. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

II. Ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

III. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

IV. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. São verdadeiros, no sistema constitucional brasileiro,

(A) somente I e II.

(B) somente III e IV.

(C) somente I, II e III.

(D) somente II, III e IV.

(E) I, II, III e IV.

247. A regra é que a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, mas a própria Constituição Federal excepciona casos em que o cargo público só pode ser ocupado por brasileiro nato, como ocorre, dentre outros, com o de

(A) Presidente de Assembleias Legislativas dos Estados.

(B) Senador da República.

(C) Oficial das Forças Armadas.

(D) Deputado Federal.

(E) Ministro dos Tribunais Superiores.

248. Após diversas emendas à Constituição Federal, hoje

(A) os cargos em comissão não são mais de livre nomeação e exoneração.

(B) os cargos, empregos e funções públicas também são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.

(C) a autoridade competente pode determinar o prazo de validade do concurso público, até o máximo de três anos.

(D) é proibida a abertura de novo concurso público enquanto não forem nomeados todos os concursados do concurso anterior para cargo da mesma nomenclatura.

(E) as funções de confiança, de livre nomeação, podem ser ocupadas por pessoas não ocupantes de cargo efetivo.

249. Além de sua competência específica, compete-lhe, precipuamente, a guarda da Constituição Federal. Trata-se

(A) da Câmara dos Deputados.

(B) do Congresso Nacional.

(C) do Presidente da República.

(D) do Supremo Tribunal Federal.

(E) do Senado Federal.

250. Julgar um membro do Tribunal Regional Federal no crime de responsabilidade, é ato da competência originária

(A) do mesmo Tribunal, em sessão plenária.

(B) do Supremo Tribunal Federal.

(C) do Superior Tribunal de Justiça.

(D) da Câmara dos Deputados.

(E) do Senado Federal.

PROVA 33 – TRT 20ª REGIÃO - Analista Judiciário – Área Judiciária

251. Caso o governo brasileiro atue buscando a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, estará atuando

(A) em consonância com os ditames da Constituição Federal.

(B) de modo inconstitucional, por violar o princípio da independência nacional.

(C) de modo inconstitucional, por violar o princípio da soberania.

(D) de modo inconstitucional, por violar o princípio da autodeterminação dos povos.

(E) de modo inconstitucional, por violar o princípio da igualdade entre os Estados.

252. A Constituição Federal, ao assegurar a todos o acesso à informação, contém regra expressa sobre o sigilo de fonte,

- (A) afastando-o, por ser incompatível com o direito à indenização por dano à imagem.
- (B) resguardando-o, quando necessário ao exercício profissional.
- (C) afastando-o, por ser incompatível com a vedação do anonimato.
- (D) resguardando-o, salvo na hipótese de produção de prova em processo penal.
- (E) afastando-o, por ser incompatível com a liberdade de expressão do pensamento.

253. No Brasil, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular,

- (A) assegurada ao proprietário indenização prévia, independentemente da prova de dano.
- (B) assegurada ao proprietário indenização prévia, se houver dano.
- (C) assegurada ao proprietário indenização ulterior, independentemente da prova de dano.
- (D) assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- (E) independentemente de indenização.

254. Uma associação civil, regularmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, caso tenha um direito líquido e certo seu violado, de modo ilegal e abusivo, por ato de autoridade pública, tem como remédio constitucional apropriado para sua defesa

- (A) ação civil pública.
- (B) mandado de segurança.
- (C) mandado de segurança coletivo.
- (D) ação popular.
- (E) mandado de injunção.

255. Conforme regra estabelecida na Constituição Federal quanto aos sindicatos,

- (A) desde que previsto em lei, poderá ser exigida autorização do Estado para a fundação de sindicato.
- (B) para a base territorial de um sindicato ser inferior à área de um Município deve haver aprovação da maioria absoluta da categoria envolvida.
- (C) lei específica poderá prever, para determinada categoria, a obrigação de filiação sindical.
- (D) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, salvo deliberação em contrário da maioria absoluta da categoria envolvida.
- (E) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

256. Um brasileiro naturalizado poderá ocupar, no Brasil, cargo

- (A) de Vice-Presidente da República.
- (B) de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (C) de Senador.
- (D) da carreira diplomática.
- (E) de Ministro de Estado da Defesa.

257. Conforme previsão da Constituição Federal, os Territórios Federais

- (A) são entes autônomos da Federação, independentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com regime jurídico próprio.
- (B) integram a União.
- (C) seguem o mesmo regime jurídico dos Estados.
- (D) seguem o mesmo regime jurídico do Distrito Federal.
- (E) seguem o mesmo regime jurídico dos Municípios.

258. Compete privativamente à União legislar sobre direito

- (A) econômico.
- (B) financeiro.
- (C) penitenciário.
- (D) do trabalho.
- (E) urbanístico.

259. Considerando-se que o Brasil possui 26 Estados, mais o Distrito Federal; e considerando-se o modo pelo qual a Constituição prevê a renovação da representação deles no Senado Federal, pode-se afirmar que, a cada 4 anos, são renovadas, alternadamente,

- (A) 18 e 36 cadeiras.
- (B) 26 e 53 cadeiras.
- (C) 27 e 54 cadeiras.
- (D) 39 e 40 cadeiras.
- (E) 40 e 41 cadeiras.

260. Invocando sua iniciativa privativa, o Presidente da República apresenta ao Congresso Nacional projeto de lei prevendo a criação de determinado número de cargos públicos. No Congresso, um Deputado apresenta emenda a esse projeto, aumentando o número de cargos a serem criados. Tal emenda é

- (A) inconstitucional, pois não é possível emenda de parlamentar em projeto de iniciativa privativa do Presidente da República.
- (B) constitucional, pois o poder de apresentar emendas a todo projeto de lei é inerente ao exercício do mandato parlamentar.
- (C) inconstitucional, pois está implicando aumento da despesa prevista no projeto.
- (D) constitucional, pois a matéria versada nesse projeto não é de iniciativa privativa do Presidente da República.
- (E) inconstitucional, pois um Deputado, isoladamente, não tem o poder de apresentar emenda a projeto de lei.

261. Em uma eleição para Presidente da República, A e B são os candidatos mais votados em primeiro turno, sem ter, nenhum dos dois, alcançado maioria absoluta dos votos. Dos remanescentes, C é o mais votado, ficando em terceiro lugar. Todavia, A vem a falecer antes da realização do segundo turno. Nessa situação deve ocorrer

- (A) novo primeiro turno entre todos os candidatos originalmente inscritos, sendo o lugar de A ocupado por seu candidato a Vice.
- (B) o segundo turno entre B e o candidato a Vice de A.
- (C) nova eleição dentro de 90 dias, com a abertura da possibilidade de inscrição de novos candidatos e de modificação nas chapas já inscritas.
- (D) automaticamente a posse de B como Presidente da República.
- (E) o segundo turno entre B e C.

262. Dispondo sobre a organização da Justiça do Trabalho, a Constituição estabelece que (c/ adaptações)

- (A) são órgãos da Justiça do Trabalho o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho e nas comarcas onde não forem instituídas Varas do Trabalho sua jurisdição pode ser atribuída a juízes de direito, sendo que o respectivo recurso caberá ao Tribunal Regional do Trabalho da respectiva região.
- (B) cada Estado e o DF terão apenas um Tribunal Regional do Trabalho e que, nas comarcas onde não forem instituídas Varas do Trabalho, sua jurisdição seja atribuída a juízes de direito.
- (C) haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Varas do Trabalho, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juízes de direito.
- (D) haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Juntas de Conciliação e Julgamento, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juízes de direito.
- (E) a lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho, assegurada a paridade de representação de trabalhadores e empregadores.

263. NÃO está compreendido no Ministério Público da União, tal como previsto na Constituição Federal, o Ministério Público

- (A) Federal.
- (B) do Trabalho.
- (C) Militar.
- (D) do Distrito Federal e Territórios.
- (E) Eleitoral.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Prof.: ANDRÉ ALENCAR

PROVA 34 – TRE CEARÁ – A01 ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JURÍDICA

264. Dentre os princípios pelos quais a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais encontram-se a

- (A) intervenção armada desde que avalizada pela ONU e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (B) autodeterminação dos povos e o desenvolvimento nacional.
- (C) proteção das minorias culturais e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (D) independência nacional e a vedação à concessão de asilo político.
- (E) prevalência dos direitos humanos e a igualdade entre Estados.

265. João, eletricitista, teve sua foto utilizada em publicidade de uma grande empresa de jornalismo, que a publicou por várias vezes em revista de grande circulação nacional, sem o seu consentimento. A fotografia retratava uma situação em que João claramente envolvia-se numa briga em um comício político, o que acabou provocando sua demissão e gerando um forte constrangimento em suas relações pessoais. Considerando essa situação, é correto dizer que João

- (A) poderá pleitear indenização pelos danos materiais sofridos em razão da perda de seu emprego, mas não pelos danos morais, visto que estes não são mensuráveis.
- (B) poderá pleitear indenização pelos danos materiais sofridos em razão da perda de seu emprego, bem como pelos danos morais decorrentes do constrangimento a que foi submetido.
- (C) não poderá pleitear qualquer indenização pelo uso de sua imagem, haja vista a liberdade de imprensa assegurada na Constituição Federal.
- (D) não poderá pleitear qualquer indenização pelo uso de sua imagem, haja vista que a fotografia retratava uma situação fática real.
- (E) poderá pleitear indenização pelos danos materiais sofridos em razão da perda de seu emprego, mas não pelos danos morais, visto que estes não são protegidos pela Constituição Federal.

266. De acordo com a Constituição Federal, os atos processuais são

- (A) públicos, podendo a lei restringir-lhes a publicidade quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- (B) públicos, podendo o juiz restringir-lhes a publicidade sempre que solicitado pelo Ministério Público.
- (C) de livre acesso às partes e seus procuradores, podendo sua consulta ser-lhes restringida por insuficiência de funcionários da Justiça para prestar atendimento ao público, entre outros casos.
- (D) de livre acesso às partes e seus procuradores, podendo sua consulta ser restringida a terceiros, por ato do juiz da causa, para preservar a independência do Poder Judiciário.
- (E) de livre acesso às partes e seus procuradores, podendo sua consulta ser estendida a terceiros desde que mediante autorização das partes.

267. A criação de partidos políticos é livre, sendo-lhes assegurado o direito de

- (A) utilizar organização paramilitar para fins de restabelecimento da democracia.
- (B) elaborar com autonomia seus estatutos, que deverão estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.
- (C) adotar caráter regional ou nacional, conforme estabelecido em seus estatutos.
- (D) receber recursos financeiros de entidades privadas nacionais ou estrangeiras, nos termos da lei.
- (E) receber recursos financeiros de entidades governamentais nacionais ou estrangeiras, nos termos da lei.

268. A nomeação para cargo em comissão

- (A) depende de prévia aprovação em concurso público e o servidor somente pode ser exonerado mediante regular processo administrativo.
- (B) depende de prévia aprovação em concurso público e o servidor pode ser livremente exonerado pela Administração Pública.
- (C) independe de aprovação em concurso público e o servidor pode ser livremente exonerado pela Administração Pública a qualquer tempo.

(D) independe de aprovação em concurso público e o servidor somente pode ser exonerado pela Administração Pública mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.

(E) independe de aprovação em concurso público e o servidor somente pode ser exonerado pela Administração Pública antes de adquirir estabilidade.

269. Determina a Constituição Federal que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções, empregos públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie,

- (A) do Presidente da República, devendo-se, para fins de submissão ao teto constitucional, ser excluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza percebidas pelo servidor.
- (B) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, devendo-se, para fins de submissão ao teto constitucional, ser excluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza percebidas pelo servidor.
- (C) do Presidente da República, devendo-se, para fins de submissão ao teto constitucional, ser incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza percebidas pelo servidor.
- (D) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, devendo-se, para fins de submissão ao teto constitucional, ser incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza percebidas pelo servidor.
- (E) do Presidente do Congresso Nacional, devendo-se, para fins de submissão ao teto constitucional, ser incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza percebidas pelo servidor.

270. João da Silva, 60 anos, servidor público há 12 anos, nos últimos 4 em cargo efetivo de analista judiciário do Tribunal Regional Federal do Ceará, pretende aposentar-se voluntariamente neste cargo. Considerando que João já contribuiu por 35 anos para a Previdência, é correto dizer que ele

- (A) não poderá aposentar-se sob essas condições. Antes deverá completar 65 anos de idade.
- (B) poderá aposentar-se sob essas condições.
- (C) não poderá aposentar-se sob essas condições. Antes deverá completar 5 anos de exercício no cargo que ocupa.
- (D) não poderá aposentar-se sob essas condições. Antes deverá completar 10 anos de exercício no cargo que ocupa.
- (E) não poderá aposentar-se sob essas condições. Antes deverá completar 15 anos de serviço público.

271. De acordo com as regras que regem o controle judicial de constitucionalidade das normas no Brasil, é correto dizer que Emenda à Constituição Federal

- (A) pode ser declarada inconstitucional se contrariar a forma federativa de Estado, entre outros casos.
- (B) pode ser declarada inconstitucional somente pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade.
- (C) não pode ser declarada inconstitucional.
- (D) pode ser declarada inconstitucional somente em caso de vício formal no processo de sua elaboração.
- (E) pode ser declarada inconstitucional, salvo durante estado de sítio ou de defesa.

272. De acordo com a Constituição Federal, os Municípios integram a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil como unidades

- (A) subordinadas aos respectivos Estados-membros, que poderão ditar-lhes a Lei Orgânica Municipal.
- (B) vinculadas à Administração do respectivo Estado-membro.
- (C) autônomas, regidas por legislação própria com base nas competências que lhes forem outorgadas pelos respectivos Estados-membros.
- (D) autônomas, assim como autônomos são os Estados-membros e a União Federal.
- (E) autônomas, mas as leis estaduais sempre prevalecem sobre as municipais em caso de conflito entre elas.

273. Na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, prevista na Constituição Federal,

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

- (A) todos os membros são provenientes de diferentes órgãos do Poder Judiciário.
 (B) todos os membros são provenientes da Justiça Federal e dos quadros do Ministério Público.
 (C) há membros provenientes da Justiça Estadual, da Justiça Federal e dos quadros da Advocacia.
 (D) há membros provenientes dos quadros do Ministério Público e da Advocacia.
 (E) todos os membros são provenientes da Justiça Federal.

274. Dentre as garantias constitucionais dos juízes está

- (A) a estabilidade após três anos de exercício.
 (B) a vitaliciedade, que, no primeiro grau, somente é adquirida após dois anos de exercício.
 (C) a inamovibilidade, salvo por decisão do presidente do respectivo tribunal, fundada em interesse público.
 (D) o exercício remunerado de até dois cargos de magistério.
 (E) o recebimento de participação nas custas processuais, nos termos da lei.

275. Na composição dos Tribunais da Justiça Eleitoral, identifica-se, no âmbito

- (A) do Tribunal Superior Eleitoral, a necessidade de eleição de três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 (B) dos Tribunais Regionais Eleitorais, a presença de três juristas de notável saber jurídico e idoneidade moral.
 (C) do Tribunal Superior Eleitoral, a exigência de ser atribuída a função de Corregedor Eleitoral a um Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 (D) dos Tribunais Regionais Eleitorais, a necessidade de nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes do Tribunal Regional Federal.
 (E) do Tribunal Superior Eleitoral, a necessidade de nomeação pelo Presidente da República de três Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

276. São órgãos da Justiça Eleitoral

- (A) as Juntas Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Seções Eleitorais.
 (B) os Juízes Eleitorais e os escrutinadores nomeados.
 (C) os Tribunais Regionais Eleitorais, as Juntas Eleitorais e as Mesas Receptoras.
 (D) os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.
 (E) o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral.

PROVA 35 – Agente fiscal de Rendas**277. Na hipótese de uma entidade da administração indireta estadual proceder a aquisições de bens e serviços de acordo com o estabelecido em dispositivos de Decreto estadual anteriormente declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Mesa da Assembleia Legislativa do Estado, a entidade em questão terá agido**

- (A) de acordo com a Constituição, na medida em que a decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade produz efeito somente entre as partes do processo.
 (B) em conformidade com a Constituição, na medida em que a Mesa da Assembleia Legislativa não teria legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade em face de Decreto expedido pelo Governador do Estado.
 (C) contrariamente à Constituição, uma vez que, diferentemente das decisões tomadas em sede de controle concreto de constitucionalidade, a decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade não produz eficácia retroativa.
 (D) em desacordo com a Constituição, porque a decisão definitiva de mérito proferida em ação direta de inconstitucionalidade produz efeito vinculante em relação à administração pública, direta e indireta, na esfera estadual.
 (E) em conformidade com a Constituição, porque dispositivos de Decreto estadual não podem ter sua constitucionalidade questionada em sede de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

278. Caso agentes públicos estaduais e pessoa jurídica de direito privado celebrem contrato cuja execução acarrete danos ao meio ambiente e ao erário público, é possível pleitear em juízo a anulação do contrato e a responsabilização dos envolvidos em sede de

- (A) ação popular ajuizada por cidadão no exercício regular de seus direitos políticos.
 (B) *habeas corpus* impetrado pelo Ministério Público do Estado.
 (C) *habeas data* impetrado por pessoa jurídica de direito privado preterida na contratação.
 (D) mandado de injunção impetrado por partido político com representação na Assembleia Legislativa do Estado.
 (E) ação civil pública ajuizada pela Mesa da Assembleia Legislativa do Estado.

279. Lei estadual que versasse sobre a responsabilidade por danos causados a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico

- (A) seria inconstitucional, por disciplinar matéria de competência legislativa privativa da União.
 (B) teria sua eficácia suspensa naquilo em que fosse contrária a lei federal superveniente sobre normas gerais.

- (C) somente poderia ser promulgada se existisse lei complementar que autorizasse os Estados a legislar sobre a matéria.
 (D) deveria restringir-se a estabelecer normas gerais sobre a matéria, sob pena de afronta à Constituição da República.
 (E) seria inconstitucional, por se tratar de hipótese de competência legislativa suplementar dos Municípios.

280. Nos termos da Constituição do Estado, é correto afirmar que a lei orçamentária anual

- (A) estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes.
 (B) não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvada apenas a autorização para abertura de créditos suplementares, nos termos da lei.
 (C) compreenderá o orçamento de seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta.
 (D) estabelece normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta estadual, bem como condições para a instituição e o funcionamento de fundos.
 (E) define o orçamento fiscal referente a entidades da administração direta e indireta estadual, excetuados os investimentos das empresas em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto.

281. Projeto de lei complementar estadual visando a introduzir alterações no regime jurídico dos servidores civis é apresentado à Assembleia Legislativa, subscrito por um por cento do eleitorado do Estado, distribuído em sete dos quinze maiores Municípios, com cerca de três décimos de unidade por cento de eleitores de cada um. Referido projeto é aprovado por três quintos dos Deputados Estaduais e encaminhado à sanção governamental. Nessa situação, deverá o Governador do Estado vetar integralmente o projeto de lei, por motivo de inconstitucionalidade decorrente de

- (A) vício de iniciativa, por se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do Governador.
 (B) invasão de competência regulamentar pelo Legislativo, em afronta à separação de poderes consagrada na Constituição.
 (C) insuficiência de quorum para aprovação de lei complementar.
 (D) vício formal, por se tratar de matéria a ser veiculada por emenda à Constituição.
 (E) insuficiência e distribuição inadequada dos eleitores que subscrevem o projeto de lei, diante das exigências constitucionais.

282. Relativamente à autonomia administrativa assegurada ao Ministério Público, nos termos da Constituição da República, é INCORRETO afirmar que

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: *ANDRÉ ALENCAR*

(A) pode propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, observados os limites estabelecidos em lei complementar para despesa com pessoal.

(B) o encaminhamento intempestivo da proposta orçamentária autoriza o Poder Executivo a considerar os valores constantes da lei orçamentária anual vigente, para consolidação da proposta orçamentária anual.

(C) durante a execução orçamentária, não poderá haver a realização de despesas que extrapolem os limites estabelecidos

na lei de diretrizes orçamentárias, salvo exceções referidas na Constituição.

(D) elaborará sua proposta orçamentária, dentro dos limites estipulados na lei que estabelece o plano plurianual.

(E) o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para consolidação da proposta orçamentária anual, se a proposta for encaminhada em desacordo com os limites a que se refere a Constituição.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: *ANDRÉ ALENCAR***GABARITO DA PARTE I:****PROVA 1**

1. – E;
2. – A;
3. – D;

PROVA 2

4. – B;
5. – D;

PROVA 3

6. – A;
7. – C;
8. – B;
9. – D;
10. – E;
11. – D;
12. – C;
13. – A;
14. – B;
15. – E;

PROVA 4

16. – C;
17. – E;
18. – C;
19. – B;
20. – C;
21. – D;
22. – E;
23. – A;
24. – B;
25. – A;
26. – D;
27. – A;
28. – B;
29. – E;
30. – D;

PROVA 5

31. – E;
32. – D;
33. – A;
34. – C;
35. – B;
36. – A;
37. – D;
38. – E;
39. – C;
40. – B;
41. – D;
42. – A;
43. – C;
44. – B;
45. – E;

PROVA 6

46. – B;
47. – C;
48. – E;

49. – C;
50. – B;
51. – D;
52. – E;
53. – A;
54. – B;
55. – C;
56. – D;
57. – E;
58. – C;
59. – A;
60. – E;
61. – D;
62. – A;
63. – B;
64. – C;
65. – E;
66. – D;
67. – B;
68. – C;
69. – A;
70. – D;

PROVA 7

71. – D;
72. – E;
73. – B;
74. – A;
75. – C;
76. – A;
77. – C;
78. – A

PROVA 8

79. – D;
80. – B;
81. – C;
82. – A;
83. – E;

PROVA 9

84. – D;
85. – E;
86. – C;
87. – A;
88. – B;
89. – D;
90. – A;
91. – E;
92. – B;
93. – C;
94. – E;
95. – C;
96. – A;
97. – B;
98. – D;
99. – C;
100. – A;
101. – E;

102. – B;
103. – C;
104. – E;
105. – D;
106. – A;

PROVA 10

107. – C;
108. – B;
109. – A;
110. – E;
111. – D;

PROVA 11

112. – C;
113. – B;
114. – E;
115. – D;
116. – A;

PROVA 12

117. – D;
118. – C;
119. – E;
120. – D;
121. – C;
122. – B;
123. – C;

PROVA 13

124. – A;
125. – D;
126. – B;
127. – C;
128. – E;
129. – C;
130. – E;
131. – B;

PROVA 14

132. – E;
133. – C;
134. – A;
135. – C;
136. – A;
137. – C;

PROVA 15

138. – C;
139. – D;
140. – C;
141. – E;
142. – C;
143. – D;
144. – C;
145. – A;
146. – B;

PROVA 16

147. – D;
148. – C;

PROVA 17

149. – C;
150. – B;
151. – C;
152. – D;
153. – E;

PROVA 18

154. – B;
155. – C;
156. – E;
157. – D;

PROVA 19

158. – C;
159. – D;
160. – B;

PROVA 20

161. – A;
162. – C;
163. – E;
164. – B;
165. – D;
166. – A;
167. – E;
168. – C;
169. – B;

PROVA 21

170. – E;
171. – C;
172. – A;
173. – B;
174. – D;
175. – B;
176. – E;
177. – C;

PROVA 22

178. – B;
179. – C;
180. – E;
181. – A;
182. – D;
183. – C;

PROVA 23

184. – D;
185. – C;
186. – E;
187. – D;
188. – C;

PROVA 24

189. – C;
190. – A;
191. – E;
192. – D;
193. – B;
194. – E;
195. – C;
196. – A;
197. – B;

PROVA 25

198. – B;
199. – E;
200. – C;
201. – A;
202. – D;
203. – B;
204. – E;
205. – A;
206. – B;
207. – D;

PROVA 26

208. – B;
209. – C;
210. – D;
211. – B;
212. – E;

PROVA 27

213. – D;
214. – C;
215. – E;
216. – B;

PROVA 28

217. – C;
218. – B;
219. – B;
220. – D;
221. – E;
222. – B;
223. – A;
224. – E;
225. – D;

PROVA 29

226. – C;
227. – B;
228. – E;
229. – A;
230. – B;
231. – E;
232. – A;
233. – D;
234. – E;
235. – B;

PROVA 30

236. – C;
237. – C;
238. – A;
239. – E;
240. – B;
241. – C;
242. – D;

PROVA 31

243. – B;
244. – C;
245. – D;

PROVA 32

246. – E;
247. – C;
248. – B;
249. – D;
250. – C;

PROVA 33

251. – A;
252. – B;
253. – D;
254. – B;
255. – E;
256. – C;
257. – B;
258. – D;
259. – C;
260. – C;
261. – E;
262. – A;
263. – E;

PROVA 34

264. – E;
265. – B;
266. – A;
267. – B;
268. – C;
269. – D;
270. – C;
271. – A;
272. – D;
273. – C;
274. – B;
275. – A;
276. – D;

PROVA 35

277. – D;
278. – A;
279. – B;
280. – C;
281. – A;
282. – D;

PROVA 1: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA SERVIÇOS GERAIS / ESPECIALIDADE SEGURANÇA

01. João nasceu em Portugal, filho de pai inglês e mãe brasileira, ambos diplomatas, que lá estavam a serviço dos respectivos Estados. Aos vinte e um anos de idade, João mudou-se para o Brasil, com a pretensão de seguir carreira diplomática no País, a exemplo de sua mãe. Nesse caso, João

- (A) poderá desde logo ingressar na carreira diplomática, observados os requisitos para tanto, por ser considerado brasileiro nato, nos termos da Constituição.
 (B) não poderá naturalizar-se antes de residir por quinze anos ininterruptos no Brasil, sem sofrer condenação criminal, para então seguir carreira diplomática.
 (C) poderá seguir carreira diplomática, salvo para assumir função de Embaixador do Brasil no exterior, por ser português com residência no país, e não brasileiro.
 (D) não poderá naturalizar-se antes de residir por um ano ininterrupto no Brasil, por ser originário de país de língua portuguesa, para então seguir carreira diplomática.
 (E) poderá optar pela nacionalidade brasileira a qualquer momento, por ser filho de mãe brasileira, mas estará impedido de seguir carreira diplomática.

02. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República,

- (A) apreciar atos de concessão de emissoras de rádio e televisão.
 (B) fixar idêntico subsídio para Deputados Federais e Senadores.
 (C) resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais.
 (D) sustar ato normativo do Poder Executivo que exorbeite do poder regulamentar.
 (E) dispor sobre fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas.

03. Proposta de Emenda à Constituição de iniciativa popular é aprovada em dois turnos, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, pelo voto de três quintos dos respectivos membros. Promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação. No caso em tela, referida Emenda é inconstitucional, porque

- (A) não poderia entrar em vigor na data de sua publicação.
 (B) a votação da proposta deveria ocorrer em reunião conjunta do Congresso.
 (C) deveria ter sido promulgada pelo Presidente da República.
 (D) a Constituição não prevê iniciativa popular para proposta de Emenda.
 (E) o quorum para aprovação de Emenda à Constituição é o de dois terços dos membros das Casas.

04. Relativamente às matérias de competência legislativa privativa da União, os Estados

- (A) dependem de autorização do Senado Federal para exercer competência complementar.
 (B) poderão exercer competência legislativa plena, na inexistência de lei federal sobre a matéria.
 (C) detêm competência para estabelecer normas gerais, a fim de atender a suas peculiaridades.
 (D) estão autorizados a exercer competência suplementar, em concorrência com os Municípios.
 (E) poderão ser autorizados por lei complementar federal a legislar sobre questões específicas.

05. A fiscalização financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da União e entidades da administração direta e indireta será exercida pelo sistema de controle interno de cada Poder e, mediante controle externo, pelo

- (A) Supremo Tribunal Federal, com o auxílio do Poder Judiciário estadual local.
 (B) Corregedor Geral da Administração, com o auxílio do Ministério Público federal.
 (C) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas.

(D) Presidente da República, com o auxílio do Ministro da Fazenda.

(E) Procurador Geral da República, com o auxílio do Advogado Geral da União.

06. Nos termos da Constituição, a lei regulará a individualização da pena, podendo adotar, entre outras, as penas de

- (A) perda de bens e banimento.
 (B) suspensão e interdição de direitos.
 (C) caráter perpétuo e multa.
 (D) privação da liberdade e trabalhos forçados.
 (E) prestação social alternativa e morte.

07. São feitas afirmações sobre os direitos dos trabalhadores na Constituição.

I. São assegurados aos trabalhadores domésticos os direitos a décimo terceiro salário e a repouso semanal remunerado.

II. A compensação de horários e a redução da jornada de trabalho podem ser objeto de convenção coletiva de trabalho.

III. É garantida a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.

É correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II. (B) II e III. (C) I e III. (D) I. (E) II.

08. Independência nacional, autodeterminação dos povos e igualdade entre os Estados são considerados pela Constituição brasileira

- (A) direitos sociais e políticos.
 (B) princípios que regem a República brasileira nas suas relações internacionais.
 (C) motivos para decretação de intervenção federal nos Estados.
 (D) atribuições do Supremo Tribunal Federal.
 (E) matérias de competência legislativa concorrente entre União, Estados e Municípios.

09. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante contribuições sociais instituídas nos termos da lei. Todavia, a Constituição não autoriza a instituição de contribuição social

- (A) do empregador, da empresa e de entidade a esta equiparada por lei.
 (B) sobre a receita de concurso de prognósticos.
 (C) do trabalhador e demais beneficiados da previdência social.
 (D) de entidades beneficentes de assistência social, que atendam às exigências da lei.
 (E) do importador de bens ou serviços do exterior.

10. NÃO tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal o

- (A) Presidente da República.
 (B) Procurador-Geral da República.
 (C) Advogado Geral da União.
 (D) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
 (E) Governador de Estado.

11. São órgãos da Justiça do Trabalho:

- (A) Tribunal Superior do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho, Varas do Trabalho.
 (B) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho, Varas do Trabalho e Delegacias Regionais do Trabalho.
 (C) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho, Varas do Trabalho ou Juizes de Direito.
 (D) Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho, Varas do Trabalho.
 (E) Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais

PROVA 2: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

12. Para a realização de uma passeata em determinado local público objetivando reivindicar melhorias salariais, o sindicato responsável pela manifestação pacífica necessita

- (A) de autorização da autoridade competente.
- (B) somente de prévio aviso à autoridade competente.
- (C) demonstrar a conveniência da manifestação.
- (D) locar o espaço público pelo preço estipulado pela municipalidade.
- (E) cadastrar os manifestantes após a autorização da autoridade competente.

Instrução: Nas questões de números 30 a 33, assinale a alternativa correta em relação à proposição apresentada.

13. Nacionalidade:

- (A) O nascido dentro do território nacional, cujos pais, de nacionalidade austríaca, aqui estejam gozando de férias, é considerado estrangeiro.
- (B) O filho de diplomatas japoneses, nascido no território brasileiro, cujos pais estejam a serviço de seu país de origem, é considerado brasileiro nato.
- (C) Os estrangeiros residentes no Brasil há mais de dois anos poderão pleitear a nacionalidade brasileira, independentemente de qualquer outro requisito.
- (D) Os nascidos fora do território nacional, de pai estrangeiro e de mãe brasileira a serviço da República Federativa do Brasil, são brasileiros natos.
- (E) Os nascidos no estrangeiro, de pais brasileiros, e que venham a residir no Brasil antes da maioridade, são considerados natos, desde que optem, até os vinte e um anos de idade, pela nacionalidade brasileira.

14. Remuneração e vencimento:

- (A) Não há impedimento legal para a percepção remunerada resultante de três posições no serviço público federal, desde que uma destas decorra de aposentadoria.
- (B) A proibição de acumular a remuneração de empregos e funções não se estende às sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
- (C) A Constituição Federal veda, expressamente, qualquer hipótese de acumulação remunerada de cargos públicos.
- (D) O médico pode acumular até três cargos remunerados no serviço público federal, desde que haja compatibilidade de horários.
- (E) O servidor público pode acumular os vencimentos do cargo de médico do Estado e do cargo de professor universitário estadual, desde que haja compatibilidade de horários.

15. Estabilidade dos servidores públicos:

- (A) O servidor estável poderá perder o cargo, dentre outras hipóteses, após processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- (B) A avaliação periódica de desempenho, requisito necessário para adquirir estabilidade, pode ser preterida desde que não prevista nas Constituições Estaduais.
- (C) Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo mediante regular concurso público, adquirem a estabilidade após dois anos de efetivo exercício.
- (D) A demissão do servidor estável, quando invalidada por sentença judicial, culmina com sua recondução ao cargo anteriormente ocupado.
- (E) O servidor estável somente perderá o cargo por meio de sentença judicial transitada em julgado.

16. Possibilidade de alteração das normas constitucionais:

- (A) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (B) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade dos Governadores das unidades da federação.
- (C) Aprovada a proposta de emenda constitucional, o Presidente da República deverá promulgá-la em até quinze dias.
- (D) A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
- (E) Apenas as cláusulas pétreas implícitas podem ser passíveis de proposta de emenda tendente a modificar dispositivo constitucional.

17. O projeto de lei ordinária de iniciativa do Presidente da República, após ser aprovado pela Câmara dos Deputados, será revisto pelo Senado, que poderá

- (A) rejeitá-lo, podendo a matéria nele constante ser objeto de novo projeto de lei somente na legislatura seguinte.
- (B) emendá-lo, oportunidade em que haverá retorno somente das alterações à Casa Legislativa inicial, para análise e votação em turno único.
- (C) aprová-lo e, posteriormente, enviá-lo ao Presidente do Congresso Nacional para sanção ou veto.
- (D) vetá-lo, retornando ao Presidente da República, que poderá derrubar o veto e fazer publicar a lei.
- (E) sancionar e publicar a lei, independentemente da deliberação do Presidente da República.

18. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente,

- (A) nas infrações penais comuns, os membros do Congresso Nacional e os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- (B) mediante recurso extraordinário, as causas decididas em última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo constitucional.
- (C) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- (D) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei federal ou estadual.
- (E) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República, os Governadores dos Estados e seus próprios membros.

19. À União, aos Estados e ao Distrito Federal compete legislar concorrentemente, dentre outras matérias, sobre direito tributário e financeiro. Sobre isso, é correto afirmar que

- (A) a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrário.
- (B) a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- (C) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados deverão aguardar a edição destas para, posteriormente, legislarem supletivamente.
- (D) somente lei complementar poderá autorizar os Estados a legislarem supletivamente diante da inércia da União em editar normas gerais.
- (E) a edição de normas gerais pela União exclui a competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal.

PROVA 3: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
ANALISTA JUDICIÁRIO – ESPECIALIDADE EXECUÇÃO DE MANDADOS

Instruções: Nas questões de números 29 a 32 assinale a alternativa correta em relação à proposição apresentada.

20. Extradicação:

- (A) Os brasileiros naturalizados podem ser extraditados somente em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes.

- (B) O brasileiro nato jamais pode ser extraditado do território nacional.
- (C) O estrangeiro que entrar ou permanecer irregularmente no território nacional será extraditado.
- (D) A extradição de brasileiros procede-se *ex officio* da autoridade nacional.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(E) O brasileiro nato somente pode ser extraditado se praticar atos atentatórios à segurança nacional.

21. Nacionalidade:

(A) Os cargos de Presidente da República, de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de Governador do Estado, somente podem ser exercidos por brasileiros natos.

(B) A todos os portugueses, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato.

(C) O brasileiro que teve reconhecida outra nacionalidade por Estado estrangeiro, originariamente, em virtude do critério da origem sanguínea, perde a nacionalidade brasileira.

(D) O residente em Estado estrangeiro que adquirir outra nacionalidade por imposição da norma alienígena, como condição para o exercício de direitos civis não perde a nacionalidade brasileira.

(E) A perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, será declarada por decisão do chefe do executivo federal, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

22. Medidas provisórias:

(A) Matéria disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto Presidencial não pode ser objeto de Medida Provisória.

(B) As medidas provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, prorrogável por igual período.

(C) A votação da medida provisória será realizada em sessão conjunta do Congresso Nacional.

(D) É o Senado Federal que realizará a deliberação principal a respeito da medida provisória que verse sobre matéria reservada a lei complementar.

(E) Medida provisória que implique majoração do imposto sobre importação de produtos estrangeiros só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte.

23. Processo legislativo sumário:

(A) A apreciação das emendas realizadas pela Casa Revisora far-se-á no prazo máximo de quinze dias.

(B) O prazo para apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados é de dez dias.

(C) O regime de urgência constitucional poderá ser solicitado pelo Presidente do Congresso Nacional.

(D) O Senado Federal terá o prazo de dez dias para apreciar as emendas efetuadas pela Câmara dos Deputados.

(E) O Senado Federal deve se manifestar em até quarenta dias, quando for solicitada urgência para apreciação de projeto de lei de iniciativa do Presidente da República.

24. O procurador municipal concursado, investido no mandato de Vereador,

(A) não será afastado do cargo, havendo compatibilidade de horários, devendo, entretanto, optar pela sua remuneração.

(B) ficará afastado do cargo mesmo que haja compatibilidade de horários.

(C) perceberá as vantagens de seu cargo, havendo compatibilidade de horários, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

(D) será afastado do cargo, devendo seu tempo no cargo eletivo ser contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

(E) não será afastado do cargo, havendo compatibilidade de horários, devendo, entretanto, perceber somente as vantagens do cargo eletivo.

25. O servidor titular de cargo efetivo da União poderá se aposentar

(A) voluntariamente, com proventos proporcionais, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e tenha 55 anos de idade, se mulher.

(B) compulsoriamente, aos 75 anos de idade, se homem, e aos 70 anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

(C) por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, em virtude de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

(D) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e tenha 60 anos de idade e 30 de contribuição, se mulher.

(E) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 5 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e tenha 60 anos de idade e 35 de contribuição, se homem.

26. Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo,

(A) dará ciência ao Presidente do Senado Federal, que adotará providências para defender o ato impugnado.

(B) deverá notificar o Procurador-Geral da União, que sustentará o ato impugnado.

(C) expedirá ofício ao Presidente do Congresso Nacional, que sustentará a legalidade do ato impugnado.

(D) citará previamente o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

(E) promoverá a intimação do Presidente da Câmara dos Deputados, a quem competirá defender o ato impugnado.

27. São princípios institucionais do Ministério Público

(A) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

(B) a vitaliciedade, a indivisibilidade e a irredutibilidade de subsídio.

(C) a unidade, a autonomia funcional e a administrativa.

(D) a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio.

(E) a indivisibilidade, a inamovibilidade e a independência funcional.

PROVA 4: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

28. Entre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, previstos no artigo 5º da CF, inclui-se:

(A) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser estendida aos sucessores e contra eles executadas.

(B) é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo regulamentado pelo Poder Público o exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

(C) o mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por organização sindical e entidade de classe.

(D) conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

(E) a todos é assegurado, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

29. São brasileiros naturalizados

(A) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigida aos originários de países de língua portuguesa a residência por cinco anos ininterruptos, e ausência de condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

(B) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de vinte anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

(C) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos, ininterruptos ou não, e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(D) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

(E) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, exigida a residência na República Federativa do Brasil apenas por um ano ininterrupto e idoneidade moral, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

30. Compete privativamente à União legislar sobre

(A) orçamento.

(B) juntas comerciais.

(C) direito econômico.

(D) custas dos serviços forenses.

(E) seguridade social.

31. Com relação à administração pública, é INCORRETO afirmar que

(A) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

(B) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

(C) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

(D) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

(E) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

32. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e

(A) solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.

(B) subsidiário, mediante contribuição dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, excluindo-se o ente público.

(C) solidário, mediante contribuição do respectivo ente público e dos servidores ativos e inativos, excluindo-se os pensionistas.

(D) solidário, mediante contribuição do respectivo ente público e dos servidores ativos, excluindo-se os servidores inativos e os pensionistas.

(E) subsidiário, mediante contribuição dos servidores ativos e inativos, excluindo-se os pensionistas.

33. Dentre outras hipóteses, o processo legislativo compreende a elaboração de emenda à Constituição Federal. Sobre isso, é correto afirmar que a

(A) Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, desde que advenha de proposta do Presidente da República.

(B) Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

(C) matéria constante de proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

(D) proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em apenas um turno, considerando-se aprovada se obtiver votos da maioria absoluta de seus respectivos membros.

(E) emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das Assembléias Legislativas, com o respectivo número de ordem.

34. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Com relação às medidas provisórias, é correto afirmar:

(A) É permitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

(B) É permitida a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à nacionalidade, à cidadania, aos direitos políticos, aos partidos políticos, ao direito eleitoral, ao direito penal, ao processual penal e ao processual civil.

(C) É permitida a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, à carreira e à garantia de seus membros.

(D) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

(E) Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta perderá automaticamente a vigência, inclusive antes de sancionado ou vetado o projeto.

35. Considere as proposições:

I. À Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.

II. Ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

III. A Justiça do Trabalho não possui competência para processar e julgar as ações sobre representação sindical entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II e III. (E) III.

36. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de,

(A) no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.

(B) no máximo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Tribunal Superior do Trabalho dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.

(C) no máximo, onze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Tribunal Superior do Trabalho dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta e cinco anos.

(D) no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Tribunal Superior do Trabalho dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.

(E) no mínimo, onze juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta e cinco anos.

37. Com relação à seguridade social, é correto afirmar que

(A) as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

(B) as contribuições sociais do importador de bens ou serviços do exterior, bem como as contribuições sociais sobre a receita de concursos de prognósticos não são fontes de receita da seguridade social.

(C) as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social não constarão de orçamento próprio, integrando o orçamento da União.

(D) as contribuições das entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei fazem parte das receitas da seguridade social.

(E) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público, nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, como estabelecido em lei.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR****PROVA 5: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO****ANALISTA JUDICIÁRIO – ESPECIALIDADE CONTABILIDADE**

38. O presidente da República deverá, anualmente, prestar as contas referentes ao exercício anterior ao Congresso Nacional, nos termos da Constituição, no prazo de

- (A) trinta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (B) trinta dias antes da abertura de sessão legislativa.
- (C) quarenta e cinco dias após a abertura da sessão legislativa.
- (D) sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (E) noventa dias após o encerramento do exercício.

39. Conforme artigo 165, parágrafo 8º, da Constituição Federal, o texto não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei expressa exceção ao princípio orçamentário da

- (A) Unidade.
- (B) Anualidade.
- (C) Exclusividade.
- (D) Especificidade.
- (E) Programação.

40. O orçamento da seguridade social deve abranger, sem exceção, as seguintes funções:

- (A) assistência social, saúde e saneamento.
- (B) assistência social, saúde e previdência social.
- (C) saúde, saneamento e trabalho.
- (D) saúde, educação e saneamento.
- (E) assistência social, educação e previdência social.

PROVA 6: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO**TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA**

41. Considere as proposições relativas aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos:

I. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

II. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

III. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo, porém, imperativa a interferência estatal em seu funcionamento, objetivando garantir o respeito aos direitos dos sócios e cooperados.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II e III. (E) III.

42. A Constituição Federal assegura à categoria dos trabalhadores domésticos o direito

- (A) à licença-paternidade, nos termos fixados em lei.
- (B) à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (C) ao pagamento de horas extraordinárias.
- (D) à proteção em face da automação, na forma da lei.
- (E) ao seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.

43. O Poder Judiciário NÃO abrange

- (A) o Superior Tribunal de Justiça.
- (B) os Tribunais e Juízes Eleitorais.
- (C) o Tribunal de Contas da União.
- (D) os Tribunais e Juízes do Trabalho.
- (E) os Tribunais e Juízes Militares.

44. A respeito dos direitos sociais, é correto afirmar:

- (A) É vedada a dispensa de empregado sindicalizado, a partir da sua eleição para cargo de direção ou representação sindical, até o final do mandato, salvo se cometer falta grave.
- (B) É assegurada à categoria dos trabalhadores domésticos a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- (C) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato e para o respectivo registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- (D) É assegurada nas empresas com mais de duzentos empregados, a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- (E) Todo empregado é obrigado a filiar-se e a manter-se filiado a sindicato, e o aposentado não tem direito de ser votado nas organizações sindicais.

45. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- (A) seguridade social.
- (B) direito processual.
- (C) propaganda comercial.
- (D) populações indígenas.
- (E) direito tributário e financeiro.

46. O órgão do Poder Legislativo que tem competência exclusiva para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional é

- (A) o Supremo Tribunal Federal.
- (B) a Presidência da República.
- (C) o Congresso Nacional.
- (D) o Senado Federal.
- (E) a Câmara dos Deputados.

47. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo sistema de controle interno de cada Poder e, mediante controle externo, pelo

- (A) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- (B) Tribunal de Contas da União, com o auxílio do Ministério Público da União.
- (C) Tribunal de Contas da União, com o auxílio do Congresso Nacional.
- (D) Congresso Nacional, com o auxílio do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Ministério Público da União, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

48. Com relação ao Poder Judiciário, é correto afirmar que

- (A) o ingresso na carreira da magistratura ocorrerá mediante concurso público de provas e títulos, sem a participação da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) o ingresso na carreira da magistratura exige do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica.
- (C) a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento é facultativa.
- (D) o tribunal, na apuração de antiguidade, somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- (E) não será promovido o juiz que, em qualquer hipótese, retiver autos em seu poder além do prazo legal.

49. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar em recurso ordinário

- (A) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(B) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

(C) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal.

(D) o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

(E) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

50. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de

trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo

(A) Presidente da República, após aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

(B) Congresso Nacional, após aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Presidente da República.

(C) Congresso Nacional, após a aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

(D) Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

(E) Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

PROVA 7: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

51. O Presidente da República, ao apreciar um projeto de lei sobre matéria de direito do trabalho, resolveu vetá-lo. Para tanto, deverá observar que esse veto

(A) dispensa motivação quando for o caso de inconstitucionalidade, mas deverá encerrar a idéia de eliminação ou exclusão.

(B) será total e motivado, mas podendo consistir em adição ou acréscimo de artigos ou incisos quando estiver presente o interesse público.

(C) dispensa motivação por ser prerrogativa constitucional do Chefe do Executivo, podendo ocorrer, no texto legal, a exclusão ou adjunção de palavras.

(D) será sempre motivado, podendo ser total ou parcial, encerrando a idéia de eliminação, de exclusão ou de vedação.

(E) poderá ser motivado a critério presidencial, mas será sempre parcial quando a iniciativa for do Poder Legislativo, facultada a supressão ou adição.

52. O Sindicato dos Bancários ingressou em juízo na defesa de interesses individuais dessa categoria profissional. Considerando que o ingresso é em nome próprio na defesa de interesses alheios, esse direito coletivo dos trabalhadores consiste, tecnicamente, no direito de

(A) participação laboral.

(B) representação administrativa.

(C) substituição processual.

(D) gestão trabalhista.

(E) adesão sindical.

53. A fiscalização contábil e financeira, dentre outras de competência do Ministério da Fazenda e do Ministério do Trabalho e Emprego, no que tange também à aplicação de subvenção e renúncia de receitas, em conformidade com a Constituição Federal, será exercida pelo Congresso Nacional,

(A) por meio de controle interno, e pelo sistema de controle externo do Senado Federal.

(B) por meio de controle externo, e pelo controle interno do Tribunal de Contas.

(C) através de controle interno, e mediante controle externo do Poder Judiciário.

(D) mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

(E) mediante controle interno, e através do sistema de controle externo da Câmara dos Deputados.

54. Lourdes nasceu no Brasil, mas é filha de Giacomino e Cláudia, estes nascidos na Itália, país que adota o *ius sanguinis*. Os referidos progenitores de Lourdes, na data do nascimento desta, não estavam no Brasil a serviço de seu país, a Itália. Nesse caso, Lourdes é considerada

(A) somente brasileira.

(B) *heimatlos*.

(C) polipátrida.

(D) somente italiana.

(E) sempre estrangeira.

55. Vinicius exerce o cargo de Procurador-Geral da República há menos de um ano, sendo que o Presidente da República tomou a iniciativa de destituí-lo de suas funções constitucionais. Assim, essa destituição

(A) deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

(B) exige o referendo, *a posteriori*, da Mesa do Congresso Nacional.

(C) ocorrerá com a publicação da exoneração, dispensada a anuência do Poder Legislativo.

(D) dar-se-á com a edição do ato de exoneração, após a anuência do Supremo Tribunal Federal.

(E) deverá ser precedida de autorização da maioria simples da Câmara dos Deputados.

56. Valéria, na qualidade de dirigente do serviço oficial de estatística, geografia, geologia e cartografia federal, ao examinar matéria imobiliária do Brasil, observou, dentre outros imóveis:

I. Terrenos da marinha e seus acréscidos; e

II. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

Diante disso, conclui que esses bens são

(A) dos Estados onde estiverem localizados.

(B) da União, em ambas as hipóteses.

(C) dos Municípios onde estiverem situados.

(D) dos particulares e dos índios, respectivamente.

(E) do Distrito Federal e dos Territórios, respectivamente.

PROVA 8: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
ANALISTA JUDICIÁRIO – ESPECIALIDADE EXECUÇÃO DE MANDADOS

57. A “Escola Infantil Ensino Global” foi publicamente acusada pelos meios de comunicação de ter cometido infração penal grave por parte de seus proprietários. Entretanto, o fato revelou-se como abuso dos meios de imprensa falada e escrita, visto que foi cabalmente demonstrado serem as acusações totalmente inverídicas. Nesse caso, a ofendida

(A) não tem direito de resposta por ser pessoa jurídica, e sua indenização fica restrita aos danos morais.

(B) tem direito de resposta proporcional ao agravo, e com indenização restrita aos danos morais.

(C) tem direito de resposta proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem.

(D) não tem direito de resposta por ser pessoa jurídica, mas sua indenização abrange os danos morais e materiais e à imagem.

(E) tem direito de resposta que, a critério do juiz, poderá ser superior ao agravo, diante da intensidade das acusações, e indenização apenas quanto à imagem.

58. Leonardo era metalúrgico e prestava serviços para a empresa “Metais e Metais Ltda.”. Ao atingir o tempo de serviço exigido por lei, resolveu aposentar-se e participar do

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

sindicato de sua categoria profissional, visto que continuava filiado. Nesse caso, Leonardo

- (A) não pode votar ou ser votado, definitivamente, na organização sindical.
 (B) tem direito a votar, mas não a ser votado na organização sindical.
 (C) tem direito a ser votado, mas não a votar na organização sindical.
 (D) tem direito a votar e ser votado na organização sindical.
 (E) não pode votar ou ser votado na organização sindical, salvo se retornar ao serviço ativo.

59. O exercício de classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão, e a instituição de diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive saneamento básico e transportes urbanos, são de competência

- (A) da União, em ambos os casos.
 (B) dos Municípios, em ambos os casos.
 (C) dos Estados, em ambos os casos.
 (D) da União e dos Municípios, respectivamente.
 (E) da União e dos Estados, respectivamente.

60. Tendo em vista o Poder Executivo Federal, considere:

I. Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte ou impedimento legal do candidato, será feita nova eleição para a escolha do candidato substituto.

II. O Vice-Presidente sucederá o Presidente, no caso de impedimento, e substituir-lhe-á, no caso de vaga.

III. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á a eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

IV. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

É correto o que se contém APENAS em

- (A) I e II. (B) I e III. (C) I e IV. (D) II e III. (E) III e IV.

61. Vicente é brasileiro nato e François é brasileiro naturalizado. Diante dessas situações, é correto que

- (A) somente Vicente poderá ser da carreira diplomática.
 (B) a lei não poderá, em nenhuma hipótese, estabelecer distinção entre ambos.
 (C) tanto Vicente como François poderão ser oficiais da Marinha ou da Aeronáutica.
 (D) Vicente será juridicamente brasileiro e François juridicamente estrangeiro, para fim de nomeação para cargo público.
 (E) ambos poderão perder a nacionalidade no caso de cancelamento administrativo, assegurada ampla defesa.

62. Maria Dulce é membro do Ministério Público do Trabalho, frente ao Tribunal Regional da 22ª Região, há mais de 15 (quinze) anos. Nesse caso, NÃO constitui vedação para Maria Dulce

- (A) exercer a advocacia.
 (B) receber, a qualquer título, custas processuais.
 (C) exercer, de regra, atividade político-partidária.
 (D) participar de sociedade comercial, na forma de lei.
 (E) exercer qualquer outro cargo público, inclusive judicial.

63. No caso de delegação ao Presidente da República para que elabore a lei, a referida delegação terá forma de

- (A) decreto legislativo do Congresso Nacional, que especificará tão-somente os termos de seu exercício, com votação por maioria absoluta e sanção por seu Presidente.
 (B) resolução do Senado Federal, que deverá limitar o conteúdo de seu exercício, com votação por maioria absoluta e sanção por seu Presidente.
 (C) decreto legislativo da Câmara dos Deputados, que apresentará os limites de seu exercício, com votação por maioria qualificada, e sem sanção.
 (D) resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício, com votação por maioria simples, e sem sanção.
 (E) resolução ou decreto legislativo de qualquer Casa legislativa, com as limitações legais, com votação por maioria qualificada, e sem sanção.

PROVA 9: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

64. Em matéria de direitos sociais, é certo que são considerados como dimensão protetora do trabalhador os dispositivos constitucionais que garantem, especialmente, a isonomia e a não discriminação, e dentre eles,

- (A) o seguro contra acidentes, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que está obrigado, desde que incorra em dolo.
 (B) a assistência gratuita aos filhos dos trabalhadores, desde o nascimento até sete anos de idade, em creches e pré-escolas.
 (C) a duração do trabalho não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultada a compensação de horário.
 (D) a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre profissionais respectivos.
 (E) a participação do trabalhador nos lucros vinculada à remuneração, e sempre garantida sua participação na gestão da empresa.

65. Considere:

I. Narciso, filho de Pégaso e Neméia, ambos brasileiros, nasceu na Argentina, ocasião em que Pégaso prestava, nesse País, serviços oficiais para o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

II. Apolo, filho de Adonis e Pandora, ambos espanhóis, nasceu na Espanha, mas está residindo na República Federativa do Brasil, há mais de quinze anos ininterruptos, sem condenação penal. Apolo requereu e obteve a nacionalidade brasileira.

Nesses casos, Narciso e Apolo são considerados,

- (A) ambos brasileiros naturalizados.
 (B) brasileiro nato e brasileiro naturalizado, respectivamente.
 (C) ambos brasileiros natos.
 (D) argentino-brasileiro e brasileiro nato, respectivamente.
 (E) brasileiro naturalizado e hispano-brasileiro, respectivamente.

66. Perseu, analista judiciário do Tribunal Regional do Trabalho, vinha cometendo sucessivas faltas disciplinares no exercício de seu cargo. Entretanto, a Comissão Interna Processante não conseguia obter prova concreta de sua responsabilidade administrativa. Diante disso, Orfeu, como Presidente do respectivo Tribunal Regional do Trabalho, determinou a violação do sigilo das comunicações telefônicas de Perseu. Nesse caso, essa interceptação telefônica

- (A) é ilegal, porque a determinação judicial foi dada por autoridade incompetente para o processo administrativo.
 (B) é regular, porque determinada pela autoridade máxima do Tribunal Regional do Trabalho.
 (C) viola os princípios constitucionais, e a prova daí resultante estará contaminada pela ilicitude.
 (D) apresenta-se como irregular, por ser ordem de natureza judicial, não contaminando a prova decorrente.
 (E) é sempre cabível, visto que prevalece o interesse público e da Administração sobre a conduta do servidor.

67. Artemis, Hermes e Ares, pretendem constituir uma associação que será denominada “Panacéia”, cujos fins se demonstram como de natureza lícita, ficando o primeiro como Presidente, o segundo como Vice-Presidente e o terceiro como Diretor Administrativo-Financeiro da entidade. Nesse caso, é correto que

- (A) os sócios têm plena liberdade de associar-se, porque os fins são lícitos, ainda que a associação seja de caráter paramilitar.
 (B) a “Panacéia” poderá ser dissolvida compulsoriamente por simples decisão judicial.
 (C) Artemis e Hermes, pela natureza de suas atribuições, poderão ser compelidos a permanecer associados.
 (D) a criação da “Panacéia” independe de autorização ou de qualquer ato discricionário do Poder Público.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(E) a “Panacéia”, como qualquer associação, terá legitimidade para representar seus filiados judicial e extrajudicialmente.

68. Tendo em vista as competências legislativas da União, observa-se que NÃO é considerada de sua competência privativa, dentre outras, legislar sobre

- (A) diretrizes e bases da educação e sistema viário local.
- (B) sistema de medidas, títulos e garantias dos metais.
- (C) propaganda comercial e metalurgia.
- (D) trânsito, transportes e sistema de consórcios.
- (E) comércio interestadual e cidadania.

69. Hefesto é professor de “Graias”, escola pública, desenvolvendo sua jornada de trabalho em período diurno, sendo que no período noturno vem exercendo o cargo de assessor técnico-pedagógico em “Atena”, fundação controlada pelo Poder Público, cuja finalidade é educação e cultura. Nesse caso, é certo que Hefesto

- (A) enquadra-se na proibição absoluta de acumular, aplicável aos professores e outros profissionais liberais.
- (B) não pode acumular os dois cargos públicos, em face da vedação constitucional.
- (C) pode acumular os dois cargos públicos, desde que opte pela remuneração de um deles.
- (D) não pode acumular os dois cargos públicos, visto que são de natureza diversa.
- (E) pode acumular, de forma remunerada, os dois cargos públicos, em razão de sua litude.

70. “Quiron” é uma sociedade de economia mista federal, tendo por objeto a pesquisa, lavra, enriquecimento e industrialização de minérios nucleares e seus derivados. Essa empresa pretende criar “Hypnos”, como sua subsidiária, para, posteriormente, ambas participarem da “Nyx”, empresa privada. Nesses casos,

- (A) a instituição da “Hypnos” e a participação de “Quiron” na “Nyx” dependem exclusivamente da autorização do Presidente da República.
- (B) a criação de “Hypnos” e a participação de ambas na “Nyx” dependem de autorização legislativa.
- (C) será necessária a autorização legislativa apenas para a criação da “Hypnos”, sendo que a participação na “Nyx” depende do Presidente da República.
- (D) será necessária a autorização legislativa somente para a participação das paraestatais na “Nyx”, sendo que a criação de “Hypnos” depende do Poder Executivo.
- (E) “Quiron”, na condição de empresa controladora, e já criada por lei, é a competente para autorizar a criação da “Hypnos” e a participação de ambas na “Nyx”.

71. No que diz respeito à forma, o controle orçamentário poderá se dar, também, segundo a natureza dos fatos controlados, assim como, conforme o momento de seu exercício. Diante disso, considere:

- ~~I. O controle patrimonial é aquele que se faz, especificamente, sobre as receitas e despesas.~~
- ~~II. O controle é exercido a priori, concomitantemente e a posteriori.~~
- ~~III. O controle operacional envolve o controle de resultados.~~
- ~~IV. O controle só pode ser feito a posteriori, tendo em vista a realização da receita e da despesa.~~

É correto o que se contém APENAS em

- (A) I e II. (B) I e III. (C) I e IV. (D) II e III. (E) II e IV.

72. Polifemo, no exercício de seu mandato de Deputado Federal, propôs projeto de lei ordinária, em matéria de sua

competência. Referido projeto encontra-se em fase de votação. Dentre outras situações, Polifemo deve observar que esse projeto de lei

- (A) poderá ser aprovado por decurso de prazo, por não haver mecanismos que obriguem sua apreciação pela Câmara dos Deputados e diante do excessivo número de projetos.
- (B) estará, tecnicamente, sujeito à sanção ou ao veto pelo Plenário da Câmara dos Deputados, que podem ser parciais ou totais, mas sempre fundamentados.
- (C) terá a necessidade de ser aprovado pelo voto favorável da maioria simples dos deputados federais, em sessão instalada com a presença da maioria absoluta dessa Câmara dos Deputados.
- (D) não poderá tramitar sem fixação de prazo, mas só o Presidente da Câmara dos Deputados é que poderá solicitar urgência na apreciação de qualquer projeto de lei.
- (E) deverá ser promulgado pelo Congresso Nacional, que é a Casa de Leis competente para prover os atos legislativos dessa natureza.

73. Herácles foi eleito Vice-Presidente da República Federativa do Brasil. Diante disso, é certo que Herácles, dentre outras situações, e nessa qualidade,

- (A) convocará, sucessivamente, o Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para assumir a Presidência da República.
- (B) deverá substituir o Presidente da República no caso de vaga e convocar novas eleições.
- (C) tomará posse em sessão solene do Senado Federal e será diplomado pelo Presidente da República.
- (D) auxiliará o Presidente da República, sempre que por ele for convocado para missões especiais.
- (E) terá a missão específica de suceder o Presidente da República nos casos de impedimento eventual ou temporário.

74. Com relação aos Tribunais e Juízes do Trabalho, é certo que

- (A) o Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de 17 Ministros togados e vitalícios nomeados pelo Congresso Nacional após aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (B) são órgãos da Justiça do Trabalho somente o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os Juízes do Trabalho.
- (C) os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos por juízes nomeados pelo Senado Federal após a aprovação da Câmara dos Deputados.
- (D) a jurisdição será exercida, nas Varas do Trabalho, por um juiz singular e por dois juízes classistas vitalícios, representantes dos empregados e dos empregadores, respectivamente.
- (E) não se poderá atribuir sua jurisdição aos juízes de direito nas comarcas onde não forem instituídas Varas do Trabalho.

75. A respeito do Ministério Público, é correto afirmar que a

- (A) destituição do Procurador-Geral da República deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- (B) nomeação do Procurador-Geral da República pelo Presidente da República depende de prévia aprovação de seu nome pela Câmara dos Deputados.
- (C) defesa dos interesses individuais indisponíveis é uma das atribuições da Instituição do Ministério Público.
- (D) unidade e a indivisibilidade não são princípios institucionais do Ministério Público, pois suas funções são divididas entre Promotores e Procuradores de Justiça.
- (E) garantia da vitaliciedade conferida aos membros do Ministério Público consiste na impossibilidade de perda do cargo senão por decisão administrativa, com ampla defesa.

**PROVA 10: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
ANALISTA JUDICIÁRIO – ESPECIALIDADE CONTABILIDADE**

76. Considerando os princípios constitucionais da administração pública, é INCORRETO que o princípio da

- (A) publicidade determina que os atos públicos devam ter divulgação oficial para que tenham eficácia.
- (B) legalidade relaciona-se com a idéia de que o administrador não pode agir, nem deixar de agir, senão de acordo com a lei e na forma determinada.

- (C) impessoalidade proíbe que conste nome, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor público na publicidade de atos, programas, obras e serviços.
- (D) eficiência exige que o serviço público seja eficaz e que atenda plenamente a necessidade para a qual foi criado.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(E) moralidade relaciona-se com o binômio adequação e necessidade e determina que o serviço público seja prestado continuamente.

77. Embora haja compatibilidade de horários, a Constituição da República Federativa do Brasil veda a acumulação remunerada de cargos públicos de

- (A) médico municipal com o de cientista de fundação pública estadual.
 (B) professor em universidade federal com o de juiz do trabalho.
 (C) médico em hospital municipal com o de médico estadual.
 (D) professor municipal com o de professor em Fundação Educacional Estadual.
 (E) professor em universidade federal com o de promotor de justiça estadual.

PROVA 11: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

78. A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos assegurados pela Constituição Federal, considere:

- I. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar, mas a criação de associações depende de autorização estatal e ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.*
II. As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
III. Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, podem impetrar mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros.

É correto o que se contém APENAS em

- (A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II e III. (E) III.

79. É assegurado pela Constituição Federal à categoria dos trabalhadores domésticos, dentre outros direitos,

- (A) a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
 (B) o piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho.
 (C) o repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
 (D) o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
 (E) a remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal.

80. A União, os Estados e o Distrito Federal possuem competência concorrente para legislar, dentre outras matérias, sobre

- (A) previdência social, proteção e defesa da saúde.
 (B) sistemas de consórcios e sorteios.
 (C) populações indígenas.
 (D) seguridade social.
 (E) serviço postal.

81. Com relação ao Poder Legislativo, é correto afirmar que

- (A) as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.
 (B) a representação de cada Estado e do Distrito Federal, através dos Senadores, será renovada integralmente de quatro em quatro anos.
 (C) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional.
 (D) cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos, sendo que cada Senador será eleito com dois suplentes.
 (E) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, em cada Estado e no Distrito Federal, pelo sistema majoritário.

82. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Com relação às medidas provisórias, é INCORRETO afirmar que

- (A) a deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.

(B) é vedada, dentre outras, a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público.

(C) aprovado projeto de lei de conversão, alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.

(D) é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

(E) as medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal sendo posteriormente encaminhadas para votação na Câmara dos Deputados.

83. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão chamados ao exercício da Presidência

- (A) sucessivamente, o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
 (B) sucessivamente, o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
 (C) alternativamente, o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
 (D) alternativamente, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal.
 (E) sucessivamente, o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Supremo Tribunal Federal e o do Senado Federal.

84. Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar, originariamente,

- (A) os mandados de segurança e *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
 (B) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
 (C) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
 (D) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal.
 (E) os *habeas corpus*, quando o coator ou paciente for Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

85. Considere os seguintes órgãos:

- I. Tribunais de Contas.*
II. Tribunais Eleitorais.
III. Tribunais de Impostos e Taxas.
IV. Tribunais Militares.

São órgãos do Poder Judiciário, de acordo com a Constituição Federal brasileira, os indicados APENAS em

- (A) I, II e III. (B) I, II e IV. (C) I, III e IV. (D) II, III e IV. (E) II e IV.

86. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e de suas entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida, mediante controle externo, pelo

- (A) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
 (B) Senado Federal, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

- (C) Tribunal de Contas da União, com o auxílio do Senado Federal.
- (D) Tribunal de Contas da União, com o auxílio do Congresso Nacional.
- (E) Tribunal de Contas da União, com supervisão do Ministro da Fazenda.

87. Maria, às 3 (três) horas da madrugada, está sendo espancada por seu marido no interior de sua residência e grita de dor. Os vizinhos chamam a polícia. Nesse caso, os policiais

- (A) não poderão entrar na casa, sem o consentimento dos moradores, porque o fato está ocorrendo durante o período noturno.
- (B) não poderão ingressar na casa, porque esta é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento dos moradores.
- (C) somente poderão entrar na casa, sem o consentimento dos moradores, se previamente autorizados por mandado expedido pelo Delegado de Polícia.
- (D) poderão penetrar da casa, sem o consentimento dos moradores, porque se trata de hipótese de flagrante delito.
- (E) somente poderão entrar na casa, sem o consentimento dos moradores, se previamente autorizados por mandado judicial.

PROVA 12: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
TÉCNICO JUDICIÁRIO – ESPECIALIDADE CÁLCULO

88. Virgílio ajuizou instrumento de garantia de direito contra o uso indevido e abusivo de dados pessoais, de interesse particular, constantes de registros da empresa estatal “Progresso”. Por outro lado, Teodora, cidadã brasileira, propôs ação constitucional postulando a anulação de ato lesivo ao patrimônio da União, praticado por determinado Ministro de Estado. Esses remédios constitucionais dizem respeito, respectivamente,

- (A) ao *habeas data* e à ação popular.
- (B) ao mandado de segurança e à ação penal privada.
- (C) ao *habeas data* e ao mandado de injunção.
- (D) ao mandado de injunção e à ação civil pública.
- (E) à ação penal privada e ao mandado de segurança.

89. Olga trabalha como caseira, prestando serviços de natureza doméstica há mais de cinco anos numa chácara de recreio, distante de Teresina, recebendo um salário mínimo mensal. Pretende mudar-se para o centro dessa cidade, juntamente com seu filho menor, desligando-se do referido emprego. Diante disso, Olga deve verificar que, no momento, ela NÃO tem direito, entre outros,

- (A) ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal.
- (B) ao salário-família, pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.
- (C) à irredutibilidade de salário, salvo o disposto em acordo coletivo.
- (D) ao décimo-terceiro salário com base na remuneração integral.
- (E) ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.

90. Tendo em vista a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, são peculiares, respectivamente, a essas Casas legislativas,

- (A) a eleição pelo sistema majoritário; e a eleição pelo sistema proporcional.
- (B) a composição por representantes do povo; e a composição por representantes dos Estados e do Distrito Federal.
- (C) que cada Deputado terá direito a dois suplentes; e cada Senador a apenas um suplente.

- (D) integrar as Assembléias Legislativas dos Estados; e substituir o Congresso Nacional.
- (E) deliberar sempre por maioria absoluta dos votos; e deliberar sempre por maioria qualificada de votos.

91. A “Companhia de Seguridade Nortista”, na qualidade de órgão público federal, é encarregada de atos que resultam arrecadação parcial da receita. Nessa situação específica, sobre esse órgão público é exercido, dentre outros, o tipo de controle orçamentário denominado de

- (A) cumprimento de metas.
- (B) legitimidade.
- (C) economicidade.
- (D) fidelidade funcional.
- (E) legalidade.

92. Como matéria de competência da União, considere:

- I. Manutenção do Ministério Público dos Estados.*
II. Organização e execução da inspeção do trabalho.
III. Organização do Poder Judiciário dos Territórios.
IV. Manutenção das polícias militares dos Estados.

É correto o que se contém APENAS em

- (A) I e II. (B) I e III. (C) II e III. (D) II e IV. (E) III e IV.

93. Márcio, como membro do Ministério Público Estadual, com mais de dez anos de carreira, e Flávia, como advogada de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, atendidos os demais procedimentos, preenchem condições para

- (A) nomeação pelo quinto constitucional, nos Tribunais dos Estados.
- (B) promoção a juízes de primeiro grau.
- (C) nomeação como juiz e membro do Ministério Público Estadual, respectivamente.
- (D) designação, como juízes trabalhistas, na Justiça do Trabalho, durante quatro anos.
- (E) escolha da assessoria judicial da Justiça do Trabalho e garantias da vitaliciedade ou da pensão vitalícia.

PROVA 13: ESTADO DO PIAUÍ - TRIBUNAL DE CONTAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE AUDITOR

94. A Constituição poderá ser emendada

- (A) mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (B) na vigência de estado de sítio, desde que por motivo de urgência e relevante interesse público.
- (C) se a proposta for aprovada pela maioria absoluta dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em turno único.
- (D) por iniciativa de mais da metade dos Governadores dos Estados da Federação, mediante autorização das respectivas Assembléias Legislativas.
- (E) para alteração da forma e do sistema de governo vigentes no País, mediante proposta de iniciativa popular.

95. A decisão definitiva de mérito proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação declaratória de constitucionalidade, produz efeitos

- (A) *inter partes* e retroativos à data da publicação do ato declarado constitucional.
- (B) contra todos e vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- (C) em face do Poder competente, para adotar as medidas cabíveis em 30 dias.
- (D) a partir de sua publicação e vinculante relativamente ao Poder Legislativo.
- (E) *erga omnes*, desde que tomada pelo voto de 2/3 dos membros do Tribunal.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

96. A decretação da intervenção federal, com vistas a garantir a obediência a ordem ou decisão judicial, dependerá de

- (A) representação do Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal.
- (B) solicitação do órgão do Poder Judiciário impedido de exercer livremente suas atribuições.
- (C) autorização do Poder Legislativo, após oitiva dos Conselhos da República e de Defesa Nacional.
- (D) requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Advogado Geral da União.

97. Projeto de lei complementar de iniciativa do Presidente da República, visando à instituição de novo Código Tributário Nacional, é aprovado sob regime de urgência nas Casas do Congresso Nacional, sendo submetido à apreciação do Presidente da República, que o sanciona, promulga e faz publicar. O novo Código Tributário Nacional, nessa hipótese, seria inconstitucional, porque

- (A) o Presidente não possui iniciativa para projeto de lei complementar.
- (B) normas gerais em matéria tributária não dependem de lei complementar.
- (C) não se aplicam os prazos do regime de urgência a projetos de código.
- (D) projeto de lei de iniciativa do Presidente não se submete a sanção.
- (E) não tramitam em regime de urgência projetos de iniciativa do Presidente.

98. Por força de lei, o salário mínimo em vigor no país desde 1º de maio de 2003 era de R\$ 240,00. Medida provisória editada em 29 de abril de 2004 alterou o valor do salário mínimo para R\$ 260,00. Após ter sido aprovada pela Câmara dos Deputados, quando ainda pendente de apreciação pelo Senado Federal, cogitou-se da possibilidade de ser apresentado projeto de lei de conversão, para fixar o valor do salário mínimo em R\$ 300,00 – o que, de fato, porém, não ocorreu, tendo a medida provisória sido convertida em lei em 24 de junho daquele ano, com seu texto original. Caso, no entanto, a medida provisória não tivesse sido aprovada com seu texto original e em seu lugar se tivesse apresentado referido projeto de lei de conversão, o valor do salário mínimo

- (A) voltaria a ser de R\$ 240,00, desde a data da edição da medida provisória, até deliberação definitiva do Congresso Nacional, em função de ter a medida provisória perdido eficácia.
- (B) continuaria a ser de R\$ 260,00, até que fosse sancionado ou vetado o projeto de lei de conversão, pois se mantém em vigor o texto original da medida provisória nesse período, por determinação constitucional.
- (C) passaria a ser de R\$ 300,00, desde a edição da medida provisória e enquanto pendente de sanção ou veto o projeto de lei de conversão pelo Presidente da República.
- (D) voltaria a ser de R\$ 240,00, a partir da apresentação do projeto de lei de conversão, considerando-se válidos os efeitos produzidos durante a vigência da medida provisória.
- (E) passaria a ser de R\$ 300,00, a partir da apresentação do projeto de lei de conversão, considerando-se, no entanto, o valor de R\$ 240,00 durante o período de vigência da medida provisória, por ter esta perdido eficácia.

99. São feitas, a seguir, três afirmações sobre garantias fundamentais na Constituição:

I. Qualquer cidadão é parte legítima para ajuizar ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público.

II. A falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de prerrogativa inerente à cidadania enseja proposição de mandado de injunção.

III. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.

SOMENTE está correto o que se afirma em

- (A) I e II. (B) I e III. (C) II e III. (D) I. (E) II.

100. Relativamente à responsabilização do Presidente da República por infrações penais comuns, estabelece a Constituição que

- (A) ficará suspenso de suas funções, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (B) a acusação deverá ser admitida pela Câmara dos Deputados e o julgamento realizado pelo Senado Federal.
- (C) o Presidente não se sujeita à prisão, exceto na hipótese de flagrante de crime inafiançável.
- (D) não poderá o Presidente ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, na vigência de seu mandato.
- (E) se o julgamento não estiver concluído em 180 dias a contar do recebimento da denúncia, fica prejudicado o prosseguimento do processo.

101. A exploração direta da atividade econômica pelo Estado, nos termos da Constituição Federal,

- (A) não se submete a regras de responsabilização por atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.
- (B) exime o Estado da necessidade de realizar licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações.
- (C) somente se admite nas hipóteses de monopólio estatal expressamente previstas na Constituição.
- (D) dar-se-á através de empresas públicas e sociedades de economia mista, que gozam de benefícios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
- (E) será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

102. A Constituição assegura aos juízes, em primeiro grau, a garantia da vitaliciedade,

- (A) que será adquirida após 2 anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do Tribunal a que o juiz estiver vinculado.
- (B) pela qual se veda seja o magistrado colocado em disponibilidade ou aposentado compulsoriamente.
- (C) que será adquirida após 3 anos de efetivo exercício, podendo o juiz, nesse período, perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (D) o que impede que sejam removidos ou promovidos sem seu consentimento, salvo por motivo de interesse público, na forma da lei orgânica da magistratura.
- (E) desde o ingresso na carreira, por concurso público ou, em se tratando de membro oriundo do Ministério Público ou da advocacia, por nomeação.

103. De acordo com a Constituição, a organização político administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios,

- (A) sendo a União soberana, na medida em que goza de personalidade jurídica de direito público internacional, e os demais membros da Federação autônomos, com personalidade jurídica de direito público interno.
- (B) dependendo a incorporação ou subdivisão de Estados de aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- (C) dispondo os Municípios de capacidade de auto organização, que se reflete na possibilidade de eleição de Vereadores, Prefeito e estruturação de órgãos judiciários, observados os preceitos constitucionais federais e estaduais.
- (D) sendo possível a criação e fusão de Municípios por lei federal, após consulta à população interessada, mediante plebiscito, e divulgação de Estudos de Viabilidade Municipal.
- (E) cabendo ao Distrito Federal, que integra a União e é regido por lei orgânica própria, as competências legislativas reservadas aos Estados, admitindo-se sua divisão em Municípios.

104. Considerando que, nos termos da Constituição, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à igualdade, será inconstitucional a lei que

- (A) instituir tratamento diferenciado para empresas conforme o impacto ambiental de seus produtos e serviços.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

- (B) favorecer as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país.
- (C) estabelecer alíquotas diferenciadas de imposto sobre a propriedade territorial urbana (IPTU) de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- (D) assegurar gratuidade na prestação de assistência jurídica integral pelo Estado aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- (E) estabelecer diferença tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino.

105. A Constituição autoriza expressamente que seja objeto de acordo ou convenção coletiva de trabalho

- (A) a remuneração do serviço extraordinário em valor inferior a 50% à do normal.
- (B) o prazo prescricional da ação que verse sobre créditos trabalhistas.
- (C) a remuneração adicional das férias anuais em valor inferior a 1/3 do salário.
- (D) a compensação de horários e a redução da jornada de trabalho.
- (E) a duração da licença à gestante em período inferior a 120 dias.

106. A lei orçamentária anual da União

- (A) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente.

- (B) estabelecerá, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para despesas de capital e outras delas decorrentes.

- (C) não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa, excetuada a autorização para abertura de créditos suplementares, na forma da lei.

- (D) definirá normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para instituição e funcionamento de fundos.

- (E) disporá sobre exercício financeiro, vigência, prazos, elaboração e organização da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento da seguridade social.

107. Considera-se mecanismo de controle político repressivo de constitucionalidade

- (A) a sustação pelo Congresso de atos do Executivo que exorbitem de seu poder regulamentar.
- (B) o veto presidencial a projetos de lei ordinária ou complementar.
- (C) a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (D) a representação interventiva ofertada pelo Procurador-Geral da República.
- (E) a ação direta de inconstitucionalidade por omissão imputável ao Legislativo.

PROVA 14: ESTADO DO PIAUÍ - TRIBUNAL DE CONTAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR

108. Sobre o Estado federal brasileiro, é correto afirmar que

- (A) ao contrário do que ocorria desde a Constituição de 1891, a Constituição de 1988 não incluiu a forma federativa do Estado entre as chamadas cláusulas pétreas.
- (B) quando a criação de novo Estado membro for decorrência de mera incorporação entre dois Estados já existentes, não há necessidade do plebiscito previsto na Constituição.
- (C) as constituições estaduais devem seguir os princípios da Constituição Federal.
- (D) existe a possibilidade de secessão, mediante prévia consulta à população interessada.
- (E) ao contrário do que ocorre em outros Estados federais, no Brasil, segundo o disposto na Constituição, o município não é parte integrante da federação.

109. NÃO pode requerer a intervenção da União nos Estados membros o

- (A) Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) Tribunal de Justiça de um Estado membro.
- (C) Poder Executivo de um Estado membro.
- (D) Superior Tribunal de Justiça.
- (E) Supremo Tribunal Federal.

110. Sobre a repartição de competências no Estado federal brasileiro, é correto afirmar que

- (A) aos Municípios restaram apenas competências residuais.
- (B) a previsão constitucional expressa de competências concorrentes inclui os Municípios.
- (C) os Estados, nos casos de competências concorrentes, não poderão exercer a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, enquanto não existir lei federal sobre normas gerais.
- (D) se os Estados membros, no âmbito da legislação concorrente, não exercerem sua competência legislativa, a União poderá, além de estabelecer normas gerais, fixar também normas especiais.
- (E) a União poderá delegar algumas de suas competências privativas.

111. Poderá ocorrer, sem a participação do Presidente da República, a elaboração de

- (A) lei complementar.
- (B) lei delegada.
- (C) lei ordinária.
- (D) emenda constitucional.
- (E) medida provisória.

112. No processo legislativo brasileiro há matérias cuja iniciativa é de competência privativa do Presidente da República. Dentre essas se inclui a de dispor sobre

- (A) os servidores públicos da União, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
- (B) a organização dos Tribunais Superiores.
- (C) matéria tributária.
- (D) a exploração de gás canalizado.
- (E) o sistema monetário.

113. Sobre o Tribunal de Contas da União, é correto afirmar que

- (A) dois terços de seus membros serão escolhidos pelo Presidente da República com a necessária aprovação do Senado Federal.
- (B) é órgão auxiliar do Congresso Nacional no controle interno dos poderes da República.
- (C) seus membros gozam das mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) por ter caráter jurisdicional, das suas decisões não cabe recurso ao Poder Judiciário.
- (E) compete a ele apreciar, anualmente, as contas prestadas pelos Governadores dos Estados.

114. Em regimes republicanos, costuma haver a previsão de procedimentos especiais para apurar e julgar os crimes do Presidente da República, que costumam ser divididos em crimes de responsabilidade e crimes comuns. A Constituição Federal prevê, para essas espécies de crimes, dois procedimentos diversos. Sobre eles, é correto afirmar que

- (A) o julgamento, nos casos de crime de responsabilidade, será perante o Supremo Tribunal Federal e dependerá de autorização prévia da Câmara dos Deputados.
- (B) os crimes de responsabilidade serão julgados no Senado Federal e os crimes comuns serão julgados na Câmara dos Deputados.
- (C) da decisão condenatória proferida pelo Senado Federal, nos casos de crime de responsabilidade, cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal.
- (D) o julgamento dos crimes de responsabilidade será realizado no Congresso Nacional, em sessão conjunta, sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (E) é necessária a autorização de dois terços da Câmara dos Deputados para que o Presidente da República seja submetido a julgamento, tanto nos casos de crime de responsabilidade quanto nos casos de crime comum.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

115. Ante a nova disciplina constitucional das medidas provisórias, é correto afirmar que

- (A) as medidas provisórias devem ser apreciadas em sessão conjunta do Congresso Nacional.
- (B) as medidas provisórias devem entrar em regime de urgência caso não apreciadas em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação.
- (C) ficou vedada a utilização de medidas provisórias em matéria tributária.
- (D) foram criadas limitações temporais mais rígidas para a edição de medidas provisórias, mas manteve-se a indeterminação quanto às matérias passíveis de serem disciplinadas por esse tipo de diploma legal.
- (E) o período de vigência das medidas provisórias é de trinta dias, permitindo-se uma única prorrogação por igual período.

116. Após a Emenda Constitucional no 41/2003, houve sensíveis mudanças no regime previdenciário dos servidores públicos. Dentre essas mudanças destaca-se:

- (A) o fim dos requisitos de idade e de tempo de contribuição diferenciados para todas as carreiras do magistério.
- (B) a extinção das aposentadorias por tempo de serviço ou de contribuição.
- (C) a extinção do regime de previdência dos funcionários públicos, estando aqueles que se aposentarem a partir da data de publicação da EC 41/2003 submetidos ao regime geral de previdência social.
- (D) o fim da obrigatoriedade de que os proventos de aposentadoria e as pensões sejam revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.
- (E) a criação da chamada "contribuição dos inativos", de cuja cobrança estão excluídos os proventos de aposentadoria e as pensões em fruição na data da publicação da EC 41/2003.

117. Dos princípios abaixo, NÃO é um dos princípios da Administração Pública expressamente previstos no texto constitucional o princípio da

- (A) publicidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) proporcionalidade.
- (D) moralidade.
- (E) eficiência.

118. O art. 165, § 8º da Constituição contém uma disposição, relativa ao orçamento da União, que é conhecida como princípio da exclusividade. A expressa previsão constitucional desse princípio teve início em 1926, com o intuito de coibir uma prática muito comum durante a Primeira República. O princípio da exclusividade significa que

- (A) é vedado à lei orçamentária conter dispositivo estranho à fixação da despesa e à previsão de receita, com exceção dos casos previstos na própria Constituição.
- (B) a competência para propor o projeto de lei orçamentária é exclusiva do Presidente da República.
- (C) uma comissão exclusiva, no âmbito do Congresso Nacional, deverá examinar o projeto de lei orçamentária.
- (D) nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual.
- (E) todas as contas orçamentárias da Administração Pública direta e indireta devem constar de um só documento.

119. À luz do conceito de constituição, pode-se dizer que a Constituição brasileira de 1988 é

- (A) histórica e analítica.
- (B) histórica e sintética.
- (C) promulgada e semi-rígida.
- (D) dogmática e outorgada.
- (E) escrita e rígida.

120. O poder constituinte derivado, na ordem jurídica brasileira,

- (A) apresenta subdivisão em duas espécies, que são o poder constituinte decorrente, ou de auto-organização dos estados-membros, e o poder constituinte reformador, que permite ao Legislativo alterar a Constituição.

(B) encontra-se limitado por normas expressas e implícitas da própria Constituição, as quais devem ser seguidas sob pena de ilegalidade do ato dele derivado.

(C) extrai sua legitimidade do poder constituinte originário, ao qual se subordina quanto ao conteúdo, que é limitado por normas constitucionais explícitas, sendo que seu exercício é de manifestação livre no aspecto formal.

(D) é autônomo e limitado, na sua forma e no seu conteúdo, pois, acaso contrarie os princípios constitucionais limitativos, é passível de controle de constitucionalidade.

(E) encontra fundamento no poder constituinte decorrente e se exprime pelas cláusulas pétreas, rol de matérias constitucionais que não podem ser alteradas na hipótese de reforma da constituição.

121. Em matéria de interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais, a doutrina brasileira predominante sustenta que

(A) as normas constitucionais de eficácia contida são as que só produzem todos os seus efeitos ao serem regulamentadas por norma infraconstitucional.

(B) as normas constitucionais de eficácia plena gozam de presunção de constitucionalidade e, por isso, são hierarquicamente superiores às de eficácia contida e às de eficácia limitada.

(C) o Poder Judiciário, na sua função institucional primordial de interpretar e aplicar as leis, é o principal destinatário das normas constitucionais programáticas, por força do princípio da unidade da constituição.

(D) a declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, é uma das hipóteses de aplicação da interpretação conforme a constituição.

(E) a contradição entre normas constitucionais originárias deve ser resolvida mediante a declaração de inconstitucionalidade da norma que mais atinja os valores constitucionalmente protegidos.

122. O Título I da Constituição Federal trata dos princípios fundamentais, incluindo, dentre esses, a

(A) prevalência dos direitos humanos como fundamento do Estado Democrático de Direito.

(B) garantia do desenvolvimento nacional como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

(C) democracia como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

(D) soberania e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária como objetivo do Estado Democrático de Direito.

(E) cidadania como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

123. O sistema tributário nacional, integrado pelos impostos da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, tem na Constituição Federal sua espinha dorsal. De fato, nela se encontram seus princípios gerais, as limitações do poder de tributar e a forma de repartição das receitas tributárias. Dentre essas regras, é correto afirmar que

(A) lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

(B) ao Distrito Federal, por guardar simetria com os Estados membros, compete instituir os impostos estaduais, não podendo instituir tributos municipais cumulativamente, pois é vedada a sua divisão em municípios.

(C) é facultado à União, a fim de honrar compromissos internacionais, tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixa para suas obrigações e seus agentes.

(D) a entrega, pela União, de recursos resultantes da repartição constitucional das receitas tributárias não pode ser condicionada ao pagamento de seus créditos, inclusive os de suas autarquias.

(E) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal instituir contribuição de intervenção no domínio econômico, pois a esses entes compete legislar concorrentemente sobre direito econômico.

124. Ação proposta por trabalhador celetista contra ente da administração pública indireta de Município versando sobre

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

pagamento de horas-extras deve ser processada e julgada perante

- (A) a Justiça estadual.
- (B) a Justiça Federal.
- (C) a Justiça do Trabalho.
- (D) o Tribunal de Contas do Estado.
- (E) a Justiça Eleitoral.

125. Dentre as diretrizes fixadas pela Constituição Federal quanto à exploração direta da atividade econômica pelo Estado encontra-se a

- (A) sujeição das empresas públicas ao regime jurídico próprio dos entes públicos, inclusive em matéria laboral e tributária.
- (B) proibição de as empresas públicas e sociedades de economia mista gozarem de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
- (C) desnecessidade de observância dos princípios da administração pública na contratação de obras, serviços, compras e alienações.
- (D) desnecessidade de fiscalização estatal e social, por se tratar de atividade privada.
- (E) excepcionalidade dessa exploração direta, que deve ficar restrita às hipóteses em que é necessária aos imperativos da segurança nacional.

126. Os juízes e membros do Ministério Público, inclusive, dentre estes últimos, os do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas,

- (A) não podem se dedicar à atividade político-partidária e nem exercer outro cargo ou função, exceto no magistério e na área técnica e científica.
- (B) gozam das garantias da vitaliciedade, após três anos de exercício, da indivisibilidade e da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público e a pedido.
- (C) não podem se dedicar à atividade político-partidária e nem receber, a qualquer título ou pretexto, custas processuais.
- (D) gozam das garantias da vitaliciedade, após dois anos de exercício, só podendo perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado, da irredutibilidade de subsídio, da unidade e da indivisibilidade.
- (E) gozam das garantias da vitaliciedade, da inamovibilidade, da unidade, da indivisibilidade e da irredutibilidade de subsídio.

127. Pode propor a ação direta de inconstitucionalidade, dentre outros legitimados,

- (A) entidade de classe de âmbito nacional.
- (B) o Advogado-Geral da União.
- (C) sindicato registrado perante o Ministério do Trabalho.
- (D) Governador de Território.
- (E) o Presidente do Congresso Nacional.

128. Em matéria de direitos fundamentais, a Constituição Federal assegura

- (A) ampla e irrestrita liberdade de exercício profissional e de associação.

(B) a prestação de assistência religiosa nas entidades de internação coletiva e nos estabelecimentos públicos e privados de ensino.

(C) aos litigantes em geral o contraditório e a ampla defesa, sendo admissíveis, portanto, as provas obtidas por quaisquer meios.

(D) o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização, por dano material, moral ou à imagem.

(E) a livre manifestação do pensamento, o anonimato e a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas.

129. As mudanças da Constituição brasileira podem ocorrer mediante

- (A) emenda constitucional, mesmo na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio.
- (B) revisão constitucional proposta por metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, pelo Presidente da República ou por mais da metade dos governadores das unidades da Federação.
- (C) revisão constitucional periódica, realizada a cada cinco anos, a partir de sua promulgação, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- (D) revisão constitucional, mesmo na vigência de intervenção federal, tendo em visto o caráter incondicionado da revisão.
- (E) emenda constitucional oriunda de proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa dos seus membros.

130. Encontra-se previsto como direito social na Constituição Federal

- (A) o direito à assistência jurídica e integral gratuita.
- (B) o direito à moradia.
- (C) a função social da propriedade.
- (D) a gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.
- (E) o direito de as presidiárias permanecerem com seus filhos durante o período de amamentação, no mínimo trinta dias.

131. Consoante a doutrina do controle de constitucionalidade, é correto afirmar que

- (A) o direito brasileiro admite controle concentrado de lei ou ato normativo anterior à Constituição vigente ou já revogado, com base na garantia de respeito ao ato jurídico perfeito.
- (B) é necessária a comunicação ao Senado Federal, para fins de suspensão da sua eficácia, de ato normativo declarado inconstitucional em sede de controle concentrado.
- (C) cabe fiscalização abstrata de constitucionalidade dos acordos coletivos homologados pela Justiça do Trabalho.
- (D) a ação direta interventiva não requer, para sua efetividade, a concessão de medida liminar.
- (E) o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade deve observar o prazo prescricional fixado na lei regulamentadora de seu procedimento, como consequência do princípio da segurança jurídica.

**PROVA 15: ESTADO DO PIAUÍ - TRIBUNAL DE CONTAS
AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO – ENGENHARIA**

132. Nos termos da Constituição, NÃO cabe aos Estados da Federação brasileira

- (A) legislar sobre assuntos de interesse local, em complementação à legislação municipal.
- (B) instituir por lei regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- (C) explorar diretamente, ou mediante concessão, serviço de gás canalizado.
- (D) exercer as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição federal.
- (E) organizar-se e reger-se por Constituições e leis que adotarem, por não serem autônomos.

133. O servidor público da administração direta investido no mandato de Deputado Estadual

- (A) será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
- (B) poderá cumular o exercício do mandato e o do cargo, emprego ou função, havendo compatibilidade de horários.

(C) não poderá ter considerados tempo e remuneração de seu cargo, emprego ou função, para efeitos previdenciários.

(D) perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

(E) terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

134. As Casas do Congresso Nacional serão dirigidas por Mesas,

- (A) cujos membros são eleitos para mandatos de 4 anos, à exceção dos respectivos Presidentes, que exercem mandatos de 2 anos.
- (B) sendo a Mesa do Congresso Nacional presidida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, quando realizadas reuniões conjuntas.
- (C) às quais compete discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento respectivo, a competência do Plenário.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(D) em cuja constituição é assegurada, na medida do possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

(E) admitida a recondução de seus membros, uma única vez, para cargo ocupado na eleição imediatamente anterior.

135. Ocorrendo a vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos últimos dois anos do período presidencial,

(A) serão chamados sucessivamente ao exercício da Presidência os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

PROVA 16: GOVERNO DE SERGIPE - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**PROCURADOR DO ESTADO DE 2ª CLASSE**

136. Consideradas as classificações das Constituições segundo os critérios de estabilidade e modo de elaboração, tem-se, respectivamente, que a Constituição brasileira de 1988 é

- (A) histórica e formal.
- (B) sintética e escrita.
- (C) analítica e flexível.
- (D) rígida e dogmática.
- (E) material e semi-flexível.

137. “Poderia acontecer que algum cidadão, nos negócios públicos, violasse os direitos do povo e cometesse crimes que os magistrados estabelecidos não soubessem ou não quisessem castigar. Mas, em geral, o poder legislativo não pode julgar; e o pode menos ainda neste caso particular, onde ele representa a parte interessada, que é o povo. Logo, ele só pode ser acusador. Mas diante de quem fará a acusação? Irá rebaixar-se diante dos tribunais da lei, que lhe são inferiores e compostos, aliás, de pessoas que, sendo do povo como ele, seriam levadas pela autoridade de tão grande acusador? Não: é preciso, para conservar a dignidade do povo e a segurança do particular, que a parte legislativa do povo faça a acusação perante a parte legislativa dos nobres, que não tem os mesmos interesses, nem as mesmas paixões que ela.” (MONTESQUIEU. O espírito das Leis. Livro XI, cap. VI).

O mecanismo acima descrito cuida de hipótese em que o Poder Legislativo

- (A) atipicamente exerce função jurisdicional, em situação compatível com o princípio da separação de poderes.
- (B) tipicamente exerce função legislativa, através da qual contém o exercício do poder pelos órgãos executivo e judiciário.
- (C) extrapola do exercício de suas funções típicas, em prática incompatível com o princípio da separação de poderes.
- (D) atipicamente exerce função executiva, consistente na aplicação de lei ao caso concreto sob circunstâncias especiais.
- (E) exerce poder soberano em relação ao órgão executivo, sujeita, porém, sua decisão à aprovação do órgão judiciário.

138. Prevê o art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição do Estado de Sergipe que “a revisão da Constituição estadual será realizada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, imediatamente após a revisão de que trata o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal”. A revisão, na Constituição federal, está prevista, nos termos deste dispositivo, para ocorrer 5 anos após sua promulgação. A revisão prevista no art. 54 do ADCT da Constituição estadual é

- (A) incompatível com a Constituição federal, pois esta veda expressamente ao Estado proceder à revisão constitucional, sendo autorizada apenas sua reforma.
- (B) expressão do poder constituinte decorrente, que impõe os limites à atuação do poder de reforma da Constituição, por ser inicial, ilimitado e incondicionado.
- (C) hipótese de manifestação especial do poder de reforma da Constituição, à qual se impõe condição temporal inexistente para o procedimento usual de reforma.
- (D) incompatível com a Constituição federal, pois a revisão constitucional nesta exige maioria qualificada de três quintos, mais ampla do que a maioria simples.
- (E) incompatível com a Constituição federal, por se tratar de regra relativa ao exercício do poder constituinte derivado não cabível na Constituição estadual.

Plêiade de Direito Constitucional

(B) é chamado o Presidente do Congresso Nacional, para completar o período presidencial, até que regularmente se convoque nova eleição.

(C) deve ser realizada nova eleição para os dois cargos trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

(D) a sucessão dar-se-á após nova eleição, inaugurando-se para os eleitos novo período, a contar de primeiro de janeiro do ano seguinte.

(E) convocam-se novas eleições diretas, para o cargo de Presidente, noventa dias depois de aberta a última vaga.

139. Deputado Estadual apresenta à Assembleia Legislativa projeto de lei complementar com vistas a introduzir alterações no regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado. Após discussão e votação, o projeto é aprovado por maioria absoluta e encaminhado à sanção governamental. Decorridos quinze dias do recebimento do projeto pelo Governador, este permanecendo silente, o Presidente da Assembleia promulga a lei ordinária, que, na sequência, é publicada e entra em vigor. Considerada a disciplina do processo legislativo na Constituição estadual, a lei em questão é

- (A) materialmente inconstitucional, por não ter decorrido o prazo previsto para sanção tácita, antes da promulgação da lei.
- (B) formalmente inconstitucional, por se tratar de matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado.
- (C) materialmente inconstitucional, por não se tratar de matéria reservada à lei complementar.
- (D) formalmente inconstitucional, por insuficiência de quorum para aprovação do projeto na Assembleia.
- (E) formal e materialmente constitucional, pois eventuais vícios de forma se convalidam com a promulgação.

140. Proposta de emenda à Constituição tendo por objeto o sistema de controle de constitucionalidade brasileiro prevê, dentre outras alterações, que o controle de omissões passaria a ser feito da seguinte maneira: “A requerimento do Presidente da República, do Procurador-Geral da República ou dos Governadores de Estado, o Supremo Tribunal Federal declara a inconstitucionalidade por omissão de medidas legislativas necessárias para tornar efetivas as normas constitucionais, dando disso conhecimento ao órgão legislativo competente, para adoção das providências cabíveis.” Comparativamente à ação direta de inconstitucionalidade por omissão prevista na Constituição brasileira vigente, o mecanismo contido na referida proposta possui

- (A) menor rol de legitimados para sua propositura, porém maior campo de abrangência quanto às omissões passíveis de controle.
- (B) maior rol de legitimados para sua propositura, porém menor campo de abrangência quanto às omissões passíveis de controle.
- (C) igual rol de legitimados para sua propositura e igual campo de abrangência quanto às omissões passíveis de controle.
- (D) maior rol de legitimados para sua propositura e maior campo de abrangência quanto às omissões passíveis de controle.
- (E) menor rol de legitimados para sua propositura e menor campo de abrangência quanto às omissões passíveis de controle.

141. Considera-se de eficácia limitada a norma constitucional segundo a qual

- (A) é vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar (art. 17, § 4º).
- (B) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (art. 5º, II).
- (C) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (art. 5º, XIII).
- (D) é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a proteção em face da automação, na forma da lei (art. 7º, XXVII).
- (E) a casa é asilo inviolável do indivíduo, nela ninguém podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo nos casos previstos na Constituição (art. 5º, XI).

DIREITO CONSTITUCIONAL

142. Relativamente à concessão e permissão para serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, é INCORRETO afirmar que

- (A) o ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional.
- (B) a não-renovação dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos dos membros do Congresso Nacional, em votação nominal.
- (C) o prazo será de 10 anos para as emissoras de rádio e de 15 anos para as emissoras de televisão.
- (D) o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.
- (E) o Congresso Nacional apreciará o ato de outorga em 60 dias do recebimento da mensagem enviada pelo Executivo, prorrogáveis por igual período.

143. São feitas, a seguir, três afirmações sobre política agrícola e fundiária e reforma agrária na Constituição Federal:

I. A observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar de proprietários e trabalhadores são requisitos simultâneos para o cumprimento da função social da propriedade rural.

II. O proprietário de imóvel rural desapropriado para fins de reforma agrária fará jus à prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, resgatáveis no prazo de até 20 anos, a partir do ano subsequente ao de sua emissão.

III. A alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 hectares, para fins de reforma agrária, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

SOMENTE está correto o que se afirma em

- (A) I. (B) II. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.

144. O Presidente de uma Associação de Amigos de Bairro, legalmente constituída e em funcionamento desde janeiro de 2003, ao participar de manifestação contrária à decisão do Poder Executivo local de propor a alteração do zoneamento urbano municipal, foi detido por Delegado de Polícia ali presente, sob a alegação de prática de incitação ao crime e desacato. Diante dessa situação, observada a legitimação ativa adequada para a espécie e com vistas ao desfazimento do ato da autoridade policial, seria possível a impetração de

- (A) mandado de injunção.
- (B) *habeas corpus*.
- (C) mandado de segurança coletivo.
- (D) *habeas data*.
- (E) ação civil pública.

145. Proposta de emenda à Constituição de iniciativa do Presidente da República com vistas a transferir da União para os Estados a competência privativa para legislar sobre propaganda comercial é aprovada na Câmara dos Deputados, sendo, contudo, rejeitada no Senado Federal. Nova proposta de Emenda à Constituição que tivesse por objeto a mesma matéria

- (A) poderia ser apresentada ao Congresso Nacional, desde que mediante requerimento da maioria absoluta dos membros de qualquer de suas Casas.
- (B) dependeria de iniciativa de mais da metade das Assembléias Legislativas dos Estados da federação, por se tratar de matéria afeita a seus interesses.
- (C) somente poderia ser apresentada na sessão legislativa seguinte àquela em que foi rejeitada a proposta inicial.
- (D) deveria ser apresentada diretamente ao Senado Federal e, se este a aprovasse, ser promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado.
- (E) não poderia ser objeto de deliberação, por ser tendente a abolir a forma federativa de Estado e a separação de poderes.

146. A Lei no 9.099/95, que disciplina criação, funcionamento e processo dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, prevê em seu artigo 90 que “as disposições desta Lei não se aplicam aos processos penais cuja instrução já estiver iniciada”. Em sede de julgamento de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade tendo por objeto o artigo em questão, o Supremo Tribunal Federal concedeu em parte a

medida pleiteada, para excluir com eficácia *ex tunc*, da norma constante do referido dispositivo legal, “o sentido que impeça a aplicação de normas de direito penal, com conteúdo mais favorável ao réu, aos processos penais com instrução iniciada à época da vigência desse diploma legislativo” (ADIN 1719-9, Pleno, Rel. Min. Moreira Alves, fev. 1998). Nesse caso, o Supremo Tribunal Federal procedeu à

- (A) declaração de constitucionalidade da norma impugnada, com redução de seu texto, para produzir efeitos retroativos à publicação da Lei no 9.099/95.
- (B) integração da norma constante do dispositivo legal impugnado à Constituição, atribuindo-lhe *status* constitucional, desde a entrada em vigor da aludida lei.
- (C) declaração parcial de inconstitucionalidade do dispositivo legal impugnado, sem redução de seu texto, para produzir efeitos a partir da publicação da decisão.
- (D) recepção, pela Constituição, do dispositivo legal impugnado, sem redução de seu texto, retroativamente à data de publicação da Lei no 9.099/95.
- (E) interpretação conforme à Constituição, compatibilizando com esta o dispositivo legal impugnado, através da redução de seu alcance, mas não de seu texto.

147. Dentre os membros do Conselho Nacional de Justiça,

- (A) o Ministro do Supremo Tribunal Federal exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal.
- (B) um desembargador de Tribunal de Justiça e um juiz estadual serão indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (C) os originários do Poder Judiciário serão nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, após arguição pública e aprovação pelo Senado Federal.
- (D) dois quintos serão indicados por órgãos ou entidades não integrantes do Poder Judiciário, observadas as regras estabelecidas para tanto na Constituição.
- (E) os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior do Trabalho terão mandatos de dois anos, vedada sua recondução.

148. Tratado internacional versando sobre o exercício da liberdade de crença e culto religioso é celebrado pelo Presidente da República, sendo posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional, em cada uma de suas Casas, em dois turnos, pelo voto de três quintos de seus respectivos membros. Nessa hipótese, referido tratado internacional será

- (A) considerado norma supra constitucional, não sujeito, portanto, a controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.
- (B) equivalente a uma emenda constitucional, submetendo-se a controle de constitucionalidade perante o Poder Judiciário.
- (C) equiparado à lei complementar, hierarquicamente superior à lei ordinária, porém inferior às normas constitucionais.
- (D) considerado norma infraconstitucional, equivalente à lei ordinária, não sujeito, contudo, a controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.
- (E) formalmente incompatível com a Constituição federal, que prevê procedimento diverso para a celebração e aprovação de tratados pelo Congresso Nacional.

149. Em Estado constituído sob a forma de República presidencialista e regime democrático, grupos guerrilheiros nacionais promovem atentado na posse do novo Presidente da República, deixando centenas de mortos e feridos. Com vistas a combater a atuação de referidos grupos, o Presidente da República decreta estado de exceção, com prazo de vigência de 90 dias, prorrogável por mais dois períodos de até 90 dias cada. Por meio do Decreto que instaura o estado de exceção, suspendem-se temporariamente algumas garantias constitucionais, permitindo-se a detenção de pessoas ou a realização de buscas sem mandados judiciais, a requisição de bens e a interceptação de conversas telefônicas. Imaginando que situação semelhante ocorresse no Brasil, o Presidente da República poderia

- (A) solicitar autorização ao Congresso Nacional para decretar estado de defesa, por prazo não superior a trinta dias, prorrogável por iguais períodos, até o restabelecimento da normalidade da situação.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(B) solicitar autorização dos Conselhos da República e de Defesa Nacional para decretar estado de sítio, por todo o tempo que perdurasse a situação de anormalidade.

(C) solicitar autorização ao Congresso Nacional para decretar estado de sítio, podendo determinar que fossem tomadas as mesmas medidas restritivas de garantias de direitos fundamentais.

(D) decretar estado de defesa, ouvidos os Conselhos da República e de Defesa Nacional, estabelecendo as mesmas restrições às garantias constitucionais de direitos fundamentais.

(E) decretar estado de sítio, por tempo indeterminado, após oitiva do Congresso Nacional, sendo vedado, contudo, estabelecer restrições relativas ao sigilo das comunicações telefônicas.

150. A decretação de intervenção da União em um dos Estados da federação dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese de

(A) recusa à execução de lei federal.

(B) obstáculo ao livre exercício de qualquer dos Poderes do Estado.

(C) desobediência a ordem ou decisão judiciária.

(D) grave comprometimento da ordem pública.

(E) não pagamento, por 2 anos consecutivos, da dívida fundada.

151. Três indústrias estão instaladas ao longo de um mesmo rio. A primeira, localizada rio acima (a montante), e a

~~segunda, localizada em ponto intermediário, expõem no rio substâncias poluentes em níveis de emissão tolerados pelas normas administrativas pertinentes. A terceira, localizada em ponto mais abaixo do rio (a jusante), também deságua no rio substância poluente da mesma espécie das anteriores, em níveis de emissão igualmente tolerados pelas normas administrativas pertinentes. Porém, com a emissão da terceira indústria, o rio passa a apresentar níveis de concentração da substância poluente superiores aos permitidos. Nessa situação,~~

~~(A) a emissão de poluentes não se enquadra no conceito jurídico de poluição;~~

~~(B) a terceira indústria passa automaticamente a estar proibida de jogar substâncias poluentes no rio, por força do princípio da precaução;~~

~~(C) as três indústrias respondem solidariamente pelos danos causados ao meio ambiente, independentemente de não terem concorrido, individualmente, com culpa para o resultado danoso;~~

~~(D) apenas a terceira indústria responde civilmente pelos danos causados ao meio ambiente, porque as outras duas não se enquadram no conceito jurídico de poluidor;~~

~~(E) inexistiu dano ambiental, porque cada uma das três indústrias observou rigorosamente as normas administrativas relativas à emissão de poluentes.~~

**PROVA 17: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO**

152. A supremacia formal da Constituição pressupõe

(A) a estabilidade sócio-política da Carta Magna.

(B) a rigidez constitucional.

(C) o caráter costumeiro da elaboração constitucional.

(D) a declaração solene de direitos.

(E) o estado democrático de direito.

153. O núcleo intangível da Constituição

(A) abrange o voto direto, secreto, universal e periódico.

(B) representa os limites formais ao poder constituinte instituído.

(C) amplia a abrangência do poder de veto sobre as emendas constitucionais.

(D) abriga a forma federativa e republicana de Estado.

(E) limita circunstancialmente o poder de reforma constitucional.

154. O incidente de deslocamento de competência que o Procurador-Geral da República pode suscitar nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais, deve ser apresentado perante o

(A) Tribunal Penal Internacional.

(B) Conselho Nacional de Justiça.

(C) Supremo Tribunal Federal.

(D) Senado Federal.

(E) Superior Tribunal de Justiça.

155. A convocação extraordinária do Congresso Nacional no caso de pedido de autorização para a decretação do estado de sítio é feita

(A) pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

(B) a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas.

(C) pelo Presidente do Senado Federal.

(D) pelo Presidente da República.

(E) a requerimento do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

156. Dentre os bens da União, de acordo com a Constituição, incluem-se

(A) quaisquer águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito.

(B) as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.

(C) quaisquer ilhas fluviais e lacustres.

(D) os rios de longo curso e seus terrenos marginais.

(E) as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

157. A ação constitucional cabível para anular ato lesivo ao patrimônio público, praticado por agente público no exercício de sua função, é

(A) mandado de segurança.

(B) ação civil pública.

(C) *habeas data*.

(D) ação popular.

(E) ação penal pública.

158. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

(A) é possível o controle de constitucionalidade das emendas constitucionais em face de constituições pretéritas.

(B) a interpretação conforme a Constituição é modo de declaração de inconstitucionalidade formal.

(C) a norma constitucional que prevê a participação dos empregados nos lucros ou resultados da empresa é norma de eficácia contida.

(D) a declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto consiste em técnica interpretativa, e não de decisão judicial.

(E) não são admitidas cláusulas superconstitucionais, não havendo, portanto, a possibilidade de existirem normas constitucionais inconstitucionais.

159. O Brasil é um Estado Democrático de Direito que tem, dentre os seus fundamentos expressos na Constituição,

(A) a liberdade de imprensa.

(B) o desenvolvimento nacional.

(C) a defesa da paz.

(D) o pluralismo político.

(E) a solução pacífica dos conflitos.

160. É possível a intervenção do Estado em seus Municípios

(A) a fim de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

(B) quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.

(C) para repelir invasão estrangeira ou de um Município em outro.

(D) quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal nas ações de amparo às crianças e adolescentes carentes.

(E) a fim de ser evitada a decretação de estado de sítio, na hipótese de comoção grave de repercussão nacional.

161. No tocante ao regime jurídico da Administração Pública, é correto afirmar que

(A) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros, natos ou naturalizados.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(B) o prazo de validade do concurso público será de três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
 (C) a lei reservará percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
 (D) é vedada a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
 (E) é vedada a nomeação de servidores não ocupantes de cargo efetivo para cargos em comissão com atribuições de direção, chefia e assessoramento.

162. A imunidade recíproca é uma limitação ao poder de tributar pela qual é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos

(A) sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
 (B) com efeito de confisco.
 (C) sobre templos de qualquer culto.
 (D) limitativos ao tráfego de pessoas ou bens.
 (E) sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

163. Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados ao Congresso Nacional

(A) pelo Presidente do Tribunal de Contas da União.
 (B) por Comissão mista permanente de Deputados e Senadores.
 (C) pelo Banco Central.
 (D) pelo Presidente da República.
 (E) pelo conjunto das Assembleias Legislativas dos Estados da Federação.

164. De acordo com a Constituição Federal, é cargo privativo de brasileiro nato

(A) Ministro de Estado.
 (B) Juiz federal.
 (C) Governador de Estado.
 (D) Senador da República.
 (E) Presidente da Câmara dos Deputados.

165. A inelegibilidade do analfabeto é

(A) absoluta.
 (B) relativa.
 (C) decorrente de lei complementar.
 (D) decorrente de motivo funcional.
 (E) independente de comprovação.

~~166. Segundo a Constituição do Estado do Maranhão, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, que tem entre suas finalidades a de~~

~~(A) fiscalizar a distribuição da quota parte pertencente aos municípios, arrecadada pelo Estado, do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e do imposto sobre propriedade de veículos automotores.
 (B) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados mediante convênio.
 (C) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado.
 (D) representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 (E) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, e determinar reposição integral, pelo responsável, dos valores devidos ao erário~~

**PROVA 18: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR****167. Medida provisória editada em 28 de agosto de 2001 permaneceu em vigor até 15 de setembro de 2004, quando foi convertida em lei, tendo sido convalidados os efeitos produzidos durante sua vigência. Nessa hipótese, a conversão da medida provisória em lei é**

(A) compatível com a Constituição federal, por se tratar de medida provisória editada anteriormente à Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001.
 (B) inconstitucional, pois perde eficácia medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional no prazo de 30 dias após sua edição.
 (C) válida, desde que o Congresso Nacional a tenha submetido a regime de urgência, 45 dias após sua edição.
 (D) inconstitucional, pois as medidas provisórias editadas antes da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, perderam eficácia quando da entrada em vigor desta.
 (E) incompatível com a Constituição, pois a medida provisória deveria ter sido expressamente revogada por outra, para deixar de produzir efeitos, convalidando-se os que já produzira.

168. Nos termos da Constituição federal, é igualmente vedado aos juízes e membros do Ministério Público

(A) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, ressalvadas as fixadas em lei.
 (B) exercer atividade político-partidária, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.
 (C) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de entidades públicas ou privadas, sem quaisquer ressalvas.
 (D) participar de sociedade comercial, na forma da lei.
 (E) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos 3 anos do afastamento do cargo por aposentadoria.

169. Nos termos da Constituição federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente,

(A) o *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal.
 (B) o litígio entre organismo internacional e o Estado, Distrito Federal ou Território.
 (C) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.

(D) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados.
 (E) o recurso especial interposto contra decisão que contrariar ou negar vigência a tratado internacional.

170. A Constituição federal assegura indistintamente a todos a gratuidade

(A) de assistência jurídica integral.
 (B) da certidão de matrícula imobiliária.
 (C) do mandado de segurança.
 (D) da ação de *habeas data*.
 (E) do mandado de injunção.

171. O proprietário de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado poderá ser compelido pelo Poder Público municipal, atendidas as exigências constitucionais e legais pertinentes, a promover seu adequado aproveitamento, sob pena de

(A) requisição da propriedade para destinação prevista em lei municipal, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se comprovado dano, quando de sua restituição.
 (B) usucapião extraordinário, em se tratando de área de até duzentos e cinquenta metros quadrados, utilizada para fins de moradia de família que não seja proprietária de outro imóvel.
 (C) desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, mediante prévia e justa indenização, em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação de valor real.
 (D) expropriação imediata, com vistas especificamente ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário.
 (E) adoção de medidas sancionatórias sucessivas, inclusive desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até dez anos.

172. Na hipótese de intervenção federal decretada no caso de recusa à execução de lei federal, a decretação da intervenção dependerá de

(A) submissão prévia à apreciação do Congresso Nacional, para que possa surtir efeitos.
 (B) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador Geral da República.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(C) especificação da amplitude, prazo, condições de execução e nomeação de interventor pelo Congresso Nacional.

(D) solicitação do Poder Legislativo ou Executivo coacto ou impedido de exercer suas atribuições.

(E) requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

173. Possui aplicabilidade imediata e eficácia contida a norma constitucional segundo a qual

(A) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei.

(B) a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

(C) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.

(D) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

(E) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

174. Por intermédio da Emenda Constitucional no 16, de 1965, à Constituição brasileira então vigente, atribuiu-se ao Supremo Tribunal Federal competência originária para processar e julgar “representação contra inconstitucionalidade de lei ou ato de natureza normativa, federal ou estadual, encaminhada pelo Procurador-Geral da República”. Referido instrumento originou, posteriormente, no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro,

(A) o mandado de segurança.

(B) o recurso extraordinário.

(C) a ação direta de inconstitucionalidade.

(D) o mandado de injunção.

(E) a ação direta interventiva.

175. Proposta de Emenda à Constituição de iniciativa do Presidente da República, com vistas a ampliar a duração do mandato presidencial e extinguir a possibilidade de reeleição deste, é submetida à apreciação das Casas do Congresso Nacional, sendo expressamente rejeitada no primeiro turno de votação na Câmara dos Deputados, pelo voto de 4/5 de seus membros. Nessa hipótese, a matéria constante da referida proposta de Emenda

(A) deverá ser submetida a nova votação na Câmara dos Deputados, uma vez que realizado apenas um turno de votação naquela Casa.

(B) não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, por expressa vedação constitucional.

(C) não poderia ter sido objeto de deliberação pelas Casas legislativas, por ofender limitação material expressa imposta ao poder de reforma constitucional.

(D) poderá ser objeto de nova proposta de Emenda, mediante requerimento da maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

(E) padece de vício formal de inconstitucionalidade insanável, porque não está dentre as matérias de iniciativa privativa do Presidente da República.

176. Considera-se mecanismo de controle de constitucionalidade político repressivo

(A) a suspensão, pelo Senado Federal, da execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

(B) o veto presidencial a projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público.

(C) o parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça das Casas legislativas em análise a projeto de lei.

(D) a suspensão da eficácia de lei federal pela superveniência de lei estadual que veicule normas específicas em matéria de competência legislativa concorrente.

(E) a decisão liminar proferida em sede de ação direta de inconstitucionalidade, suspendendo eficácia de lei estadual, até o julgamento definitivo da ação.

177. São feitas, a seguir, três afirmações sobre a liberdade de associação sindical na Constituição de 1988.

I. O aposentado filiado tem direito a votar, porém não a ser votado, nas organizações sindicais.

II. São vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

III. Cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

SOMENTE está correto o que se afirma em

(A) I. (B) II. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.

178. Relativamente às atividades econômicas que constituem monopólio da União, permite a Constituição federal que sua realização seja contratada com empresas estatais ou privadas, EXCETO no que se refere a

(A) pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

(B) refinação do petróleo nacional ou estrangeiro.

(C) pesquisa, lavra, enriquecimento, reprocessamento, industrialização e comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados.

(D) importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes da atividade de refinação do petróleo.

(E) transporte marítimo de petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no país.

179. Dispõe a Constituição do Estado que compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, “a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face desta Constituição”, possuindo legitimidade para sua propositura, dentre outras autoridades e entidades elencadas na Constituição, o Governador do Estado, o Procurador-Geral da Justiça e os partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa ou, quando for o caso, nas Câmaras Municipais. Referido mecanismo contemplado pela Constituição estadual

(A) é incompatível com a Constituição federal, que atribui competência exclusiva ao Supremo Tribunal Federal para o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade.

(B) ofende a autonomia assegurada aos Municípios pela Constituição federal, ao permitir que órgão da Justiça estadual analise normas municipais à luz da Constituição do Estado.

(C) contraria norma da Constituição federal, que determina que se restrinja a um único órgão a legitimação para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade em âmbito estadual.

(D) corresponde a faculdade expressamente atribuída aos Estados na Constituição federal, observando, inclusive, os limites por esta estabelecidos para tanto.

(E) é incompatível com a Constituição federal, por extrapolar os limites de atuação do poder constituinte decorrente e, por conseguinte, da capacidade de auto-organização do Estado.

180. Empossado em 1º de janeiro de 2003, o Governador do Estado renuncia ao mandato em 30 de julho de 2005, com vistas a preparar sua candidatura para as eleições majoritárias que ocorrerão no ano seguinte. Ocorre que, em janeiro de 2005, acometido de grave problema de saúde, o Vice-Governador já havia se afastado temporariamente do exercício de suas funções, tendo em março do mesmo ano vindo a falecer. Nessa situação, nos termos da Constituição do Estado,

(A) deveria ter sido realizada nova eleição para ambos os cargos, trinta dias após a vaga do cargo de Governador, pela Assembléia Legislativa.

(B) deveria o Presidente da Assembléia Legislativa ter sucedido o Governador, completando o período de seu antecessor.

(C) competiria ao Presidente do Tribunal de Justiça assumir interinamente o cargo de Governador, até a realização de novas eleições para o seu preenchimento.

(D) seriam chamados, sucessivamente, a ocupar o cargo de Governador os Presidentes do Tribunal de Justiça e da Assembléia Legislativa estaduais.

(E) a renúncia do Governador teria seus efeitos suspensos até a realização de nova eleição para os cargos vagos, observado o prazo de noventa dias para tanto.

181. É da competência exclusiva do Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República,

(A) autorizar a decretação de estado de defesa e intervenção federal.

(B) dispor sobre fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas.

(C) eleger membros do Conselho da República.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(D) autorizar referendo e convocar plebiscito.

(E) julgar o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade.

182. A Constituição federal veda expressamente às Câmaras Municipais, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade de seu Presidente,

(A) fixar o subsídio de seus Vereadores em valor superior a 20% do subsídio dos Deputados Estaduais, em Municípios com mais de 300.000 habitantes.

(B) aplicar menos do que 25% da receita resultante de impostos, compreendida a oriunda de transferências, na manutenção do ensino.

(C) gastar mais do que 70% da receita da Câmara Municipal com folha de pagamento, incluído o gasto com subsídio de seus Vereadores.

(D) fixar o número de Vereadores em desrespeito à proporcionalidade ao número de habitantes do Município, nos limites estabelecidos pela Constituição.

(E) efetuar repasse que supere 5% do somatório de receitas tributárias e transferências constitucionais, em Municípios com mais de 500.000 habitantes.

183. Suponha que o Estado houvesse promulgado, em 2002, lei que dispusesse sobre a política florestal, matéria esta que já é objeto de lei federal preexistente. Suponha, ademais, que em 2004 houvesse referida lei federal sofrido alterações, em parte incompatíveis com dispositivos da lei estadual. Diante desse quadro e considerada a disciplina constitucional da repartição de competências,

(A) a lei estadual foi promulgada em desrespeito às Constituições federal e estadual, que prevêem a matéria como sendo de competência privativa da União, indelegável aos demais entes da federação.

(B) poderia o Estado legislar sobre a matéria em questão, por se tratar de competência comum a União, Estados e Municípios, revogando-se, contudo, os dispositivos da lei estadual contrários à lei federal, pela superveniência desta.

(C) a legislação federal invadiu competência reservada pelas Constituições federal e estadual ao Estado, por se inserir a matéria dentre os poderes remanescentes dos Estados-membros da federação.

(D) poderia o Estado legislar sobre a matéria, por se tratar de competência concorrente, suspendendo-se, porém, a eficácia da lei estadual pela lei federal superveniente naquilo em que, em termos de normas gerais, lhe for contrária.

(E) as leis estadual e federais agiram em desacordo com as Constituições federal e estadual, por versarem sobre matéria considerada de interesse local e, portanto, de competência exclusiva dos Municípios.

184. Nos termos da Constituição federal, o Conselho Nacional de Justiça

(A) é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, que vota em caso de desempate, estando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.

(B) compõe-se de 15 membros, com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, com mandato de 2 anos, vedada a recondução.

(C) é órgão do Poder Judiciário, tem sede na Capital Federal e exerce jurisdição em todo o território nacional.

(D) tem seus membros indicados pelo Superior Tribunal de Justiça e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.

(E) exerce o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

185. NÃO se considera objetivo constitucional da seguridade social

(A) o caráter democrático de sua administração, mediante gestão tripartite nos órgãos colegiados.

(B) a universalidade da cobertura e do atendimento.

(C) a irredutibilidade do valor dos benefícios.

(D) a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

(E) a seletividade e distributividade na prestação de serviços e benefícios.

186. A Constituição federal estabelece que não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada de acordo com procedimento estabelecido pela própria Constituição. Na hipótese de a República Federativa do Brasil vir a ser parte de tratado internacional celebrado no ano corrente, no bojo do qual se vede a instituição de pena de morte, sem exceções,

(A) a norma decorrente do tratado revogará a norma constitucional, em decorrência do princípio segundo o qual, havendo duas normas de mesmo grau hierárquico, a posterior revoga a anterior.

(B) o tratado internacional será equivalente a uma emenda constitucional, se aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

(C) o tratado internacional não terá o condão de alterar o conteúdo da norma constitucional, na medida em que esta é mais favorável à liberdade do que aquela contida no tratado.

(D) a norma constitucional terá sua eficácia suspensa pelo advento do tratado internacional, que, por determinação da própria Constituição, tem aplicabilidade imediata, por conter norma definidora de um direito fundamental.

(E) somente terá validade a norma decorrente do tratado internacional no âmbito da jurisdição de Tribunal Penal Internacional cuja criação o Estado brasileiro tenha manifestado adesão.

**PROVA 19: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
ANALISTA JUDICIÁRIO – ESPECIALIDADE ANÁLISE DE SISTEMAS****187. São características dos direitos e deveres individuais e coletivos, dentre outras, a**

(A) universalidade e a inviolabilidade.

(B) tipicidade e a interdependência.

(C) irrenunciabilidade e a alienabilidade.

(D) prescritibilidade e a efetividade.

(E) complementariedade e a renunciabilidade.

188. A inelegibilidade

(A) consiste no impedimento ao exercício do mandato depois de eleito.

(B) confunde-se com a inalistabilidade ou impedimento à capacidade eleitoral ativa.

(C) revela impedimento à capacidade eleitoral passiva.

(D) relativa implica o impedimento eleitoral para qualquer cargo eletivo.

(E) significa desincompatibilização, porque o candidato se desvincula da elegibilidade.

189. Os Tribunais Regionais Eleitorais são compostos de juízes, mediante atos previstos na Constituição Federal, por

(A) nomeação; concurso público e indicação.

(B) eleição, pelo voto aberto; indicação e promoção.

(C) concurso público; eleição e designação.

(D) escolha; promoção e designação.

(E) eleição, pelo voto secreto; escolha e nomeação.

190. NÃO é considerada competência privativa dos Tribunais

(A) organizar suas secretarias e serviços auxiliares.

(B) propor a criação de novas varas judiciárias.

(C) prover os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.

(D) criar juizados especiais no âmbito da Justiça Federal.

(E) conceder férias a servidores, mesmo se eles forem imediatamente vinculados.

191. Para integrarem o Tribunal Superior Eleitoral são escolhidos, mediante eleição, pelo voto secreto,

(A) dois juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e três juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

(B) três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

(C) dois juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e um juiz dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(D) quatro juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça e um juiz de Tribunal Regional Federal.

(E) quatro juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça e um juiz do Tribunal Regional Federal com sede no Distrito Federal.

PROVA 20: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA

192. Considere o que segue:

- I. Compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e desenvolvimento econômico e social.*
II. Os Estados podem incorporar-se, entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

Essas normas constitucionais são denominadas, respectivamente, de eficácia

- (A) plena de princípio institutivo e de eficácia limitada ou contida.
 (B) absoluta de princípio programático e de eficácia contida de princípio institutivo.
 (C) limitada de princípio programático e de eficácia limitada de princípio institutivo.
 (D) relativa restringível e de eficácia plena de princípio programático.
 (E) absoluta de princípio institutivo e de eficácia limitada de princípio programático.

193. Em matéria de interpretação das normas constitucionais, é INCORRETO afirmar que

- (A) é desnecessário fixar a premissa de que todas as normas constitucionais desempenham uma função útil no ordenamento, sendo possível a interpretação que lhe suprima ou diminua a finalidade.
 (B) deve ser superada a contradição dos princípios, ou por meio de redução proporcional do âmbito de alcance da cada um deles, ou, em alguns casos, mediante a preferência ou a prioridade de certos princípios.
 (C) é preciso verificar, no interior do sistema, quais as normas que foram prestigiadas pelo legislador constituinte a ponto de convertê-las em princípios regentes desse sistema de valoração.
 (D) deve, na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, ser dada primazia aos critérios favorecedores da integração política e social, bem como ao reforço da unidade política.
 (E) deve ser adotada, entre as interpretações possíveis, aquela que garanta maior eficácia, aplicabilidade e permanência das normas constitucionais, interpretando-as tanto explícita quanto implicitamente.

194. São requisitos para a quebra do sigilo fiscal e bancário, dentre outros:

- (A) autorização judicial e facultatividade da manutenção do sigilo.
 (B) determinação de Comissão Parlamentar de Inquérito e individualização do investigado e do objeto da investigação.
 (C) determinação da Receita Federal ou do Banco Central e dispensabilidade dos dados em poder desses órgãos.
 (D) autorização judicial exclusiva e integral observância do princípio do contraditório em qualquer fase da investigação.
 (E) requisição do Ministério Público e utilização dos dados obtidos para qualquer investigação.

195. Contra as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, somente caberá recurso quando

- (A) denegarem ou concederem *habeas corpus* ou *habeas data*.
 (B) decretarem a perda de mandatos eletivos estaduais ou municipais.
 (C) concederem mandado de segurança ou de injunção.
 (D) denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.
 (E) versarem sobre a expedição de diplomas nas eleições municipais.

196. Considere as proposições abaixo.

- I. A legitimação do Ministério Público para a ação civil pública impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses.*
II. As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, salvo na hipótese de comprovada omissão.
III. A independência funcional, a indivisibilidade e a unidade são considerados princípios institucionais do Ministério Público.
IV. O Ministério Público goza de autonomia funcional e administrativa, podendo propor ao Poder Legislativo criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, não podendo exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Está correto o que contém APENAS em

- (A) I e II. (B) I e III. (C) I, II e IV. (D) II, III e IV. (E) III e IV.

197. Em conformidade com o direito constitucional brasileiro, o controle repressivo da constitucionalidade é

- (A) exercido sempre pelas comissões de constituição e justiça dos Legislativos, com o referendo do Judiciário.
 (B) exercido por via de ação (difuso) ou de exceção (concentrado), desde que perante o Supremo Tribunal Federal.
 (C) realizado pelo Poder Judiciário, especialmente, porque o Poder Executivo também exerce esse controle.
 (D) próprio do Poder Judiciário que o exerce, em regra, porque o Poder Legislativo também pode realizar esse controle.
 (E) feito integralmente pelo Poder Judiciário, excluindo-se os Poderes Legislativo e Executivo.

~~**198. Tício é Delegado de Polícia do município e Paulus é Membro do Ministério Público em exercício na Comarca. Para se candidatarem ao cargo de Vereador da cidade onde exercem tais atividades, preenchidos os demais requisitos legais, devem desincompatibilizar-se de seus cargos ou funções no prazo de**~~

- ~~(A) 3 meses antes do pleito.~~
~~(B) 4 meses antes do pleito.~~
~~(C) 6 meses antes do pleito.~~
~~(D) 4 meses e 3 meses antes do pleito, respectivamente.~~
~~(E) 6 meses e 4 meses antes do pleito, respectivamente.~~

199. Fazem parte da composição dos Tribunais Regionais Eleitorais:

- (A) dois Juízes do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, dois Juízes Federais, escolhidos, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo.
 (B) dois Juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça e nomeados pelo Presidente da República.
 (C) três Juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça, mediante eleição pelo voto secreto.
 (D) três Juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça e nomeados pelo Presidente da República.
 (E) um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre seus integrantes.

~~**200. Compete privativamente aos Tribunais Regionais Eleitorais**~~

- ~~(A) constituir as Juntas Eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição.~~
~~(B) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.~~
~~(C) dividir a Zona em Seções Eleitorais.~~
~~(D) expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.~~
~~(E) fixar as diárias do respectivo Corregedor Regional em diligência fora da sede.~~

PROVA 21: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR****ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA****201. No mandado de segurança preventivo**

- (A) inexistente a aplicação do prazo decadencial de cento e vinte dias.
 (B) o prazo para a impetração é de cento e vinte dias e de natureza prescricional.
 (C) o impetrante terá cento e oitenta dias para a impetração e o prazo é decadencial.
 (D) o prazo para a impetração é de cento e vinte dias, podendo ocorrer sua suspensão ou interrupção.
 (E) também incide o prazo prescricional de cento e vinte dias.

202. ~~No que respeita aos partidos políticos, o ato indisciplinar mais sério é o da infidelidade partidária, que pode manifestar-se também~~

- ~~(A) em virtude da transferência de partido, sem comunicação à Justiça Eleitoral.
 (B) pela inobservância, em suas atitudes, a quaisquer diretrizes estabelecidas pelo partido.
 (C) por comentários para a extinção de determinado programa de respectivo partido.
 (D) em razão do relacionamento funcional, não político, com representantes de outros partidos.
 (E) pelo apoio ostensivo ou disfarçado a candidatos de outra agremiação.~~

203. Tendo em vista a classificação das constituições, pode-se dizer que a Constituição da República Federativa do Brasil vigente é considerada escrita e legal, assim como

- (A) super-rígida, popular, histórica, sintética e semântica.
 (B) rígida, promulgada, dogmática, analítica e formal.
 (C) semi-rígida, democrática, dogmática, sintética e pactuada.
 (D) flexível, outorgada, dogmática, analítica e nominalista.
 (E) flexível, promulgada, histórica, analítica e formal.

204. A liberdade de locomoção

- (A) é protegida pelo *habeas corpus*, desde que o sujeito ativo seja o Estado.
 (B) obsta o confinamento de pessoas em razão de medidas de defesa da saúde pública.
 (C) é assegurada não só às pessoas, mas inclui o seu patrimônio.
 (D) é plenamente assegurada em tempo de paz ou de guerra e ainda que esta não esteja deflagrada.
 (E) diz respeito a um direito pessoal, razão pela qual não se estende ao patrimônio.

205. No que tange aos direitos políticos, observa-se que o sufrágio censitário é decorrente da forma

- (A) capacitária e consiste basicamente em outorgar a determinados eleitores, por circunstância especial, o direito de votar mais de uma vez ou de dispor de mais de um voto para prover o mesmo cargo.
 (B) comum e baseia-se em capacitações especiais, notadamente de natureza intelectual, exigindo-se, por exemplo, que o eleitor seja alfabetizado.
 (C) múltipla, porque se outorga o direito de votar a todos os nacionais de um país, sem restrições derivadas de nascimento, de fortuna e capacidade especial.
 (D) restrita e concede-se apenas ao indivíduo que preencha determinada qualificação econômica: posse de bens imóveis, de determinada renda ou pagamento de certa importância de imposto direto.

(E) igualitária, sendo que o eleitor fica com o direito de votar mais de uma vez, ou seja, em mais de uma circunscrição eleitoral.

206. No que concerne à autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, deverá ser observado que

- (A) os Tribunais elaborarão sua proposta orçamentária de acordo com suas necessidades, sem se ater a limites estipulados com os demais poderes, em face do princípio de sua independência constitucional.
 (B) o Poder Executivo elaborará as propostas orçamentárias para os Tribunais dentro dos limites estipulados conjuntamente com o Poder Legislativo na lei de diretrizes orçamentárias.
 (C) a proposta orçamentária dos Tribunais será encaminhada ao Legislativo, no âmbito da União e dos Estados, sempre pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 (D) as propostas orçamentárias dos Tribunais, encaminhadas dentro ou fora do prazo ou limites da lei de diretrizes orçamentárias, não poderão ser ajustadas pelo Poder Executivo.
 (E) não poderá, de regra, haver a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, durante a execução orçamentária do exercício.

207. Em sede de servidores públicos, considere as proposições abaixo.

- I. Aos servidores em geral, desde que ocupantes de qualquer cargo da União, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário.
 II. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores dos subsídios e das remunerações dos cargos e empregos públicos.
 III. A estabilidade do servidor é conferida após três anos de efetivo exercício, sendo desnecessária a avaliação especial de desempenho.
 IV. Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.*

Está correto o que contém APENAS em

- (A) I e III. (B) I, II e III. (C) I, II e IV. (D) II e IV. (E) II, III e IV.

208. Os membros do Ministério Público

- (A) não podem exercer, em nenhuma hipótese, ainda que em indisponibilidade, qualquer função pública.
 (B) gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade do subsídio de forma absoluta.
 (C) estão vedados de exercer a atividade político-partidária, mas trata-se de uma inelegibilidade relativa.
 (D) devem exercer todas as atribuições estabelecidas por força de leis federais, estaduais e municipais.
 (E) têm como funções complementares a representação judicial e consultoria jurídica das entidades públicas.

209. O alistamento eleitoral é obrigatório para brasileiros

- (A) analfabetos.
 (B) naturalizados maiores de 18 anos.
 (C) inválidos.
 (D) que se encontrarem fora do país.
 (E) naturalizados maiores de 16 e menores de 18 anos.

PROVA 22: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
TÉCNICO JUDICIÁRIO – ESPECIALIDADE ARTES GRÁFICAS

210. A Constituição Federal vigente, dispondo que “não haverá juiz ou tribunal de exceção”, e ainda que “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”, trata

- (A) do princípio do juiz natural.
 (B) do reconhecimento do Tribunal do Júri.
 (C) da inafastabilidade da jurisdição.
 (D) do princípio do devido processo legal.
 (E) da ampla defesa e do contraditório.

211. Em matéria de direitos políticos, é certo que

- (A) os militares são inalistáveis e inelegíveis, ainda que tenham passado para a inatividade.
 (B) não podem alistar-se como eleitores, durante período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
 (C) a idade mínima para a candidatura ao cargo de prefeito e vereador é de vinte e um anos.
 (D) a condenação criminal implica a cassação dos direitos políticos.

DIREITO CONSTITUCIONALProf.: **ANDRÉ ALENCAR**

(E) os inalistáveis e os analfabetos não têm mais a condição de inelegíveis.

212. Dentre outros membros, compõem o Tribunal Superior Eleitoral,

(A) Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e advogados com notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Presidente da República.

(B) Desembargadores dos Tribunais de Justiça e advogados com mais de dez anos de atividade profissional.

(C) órgãos de execução do Ministério Público de Segunda Instância e juízes dos Tribunais Regionais Federais.

(D) Presidentes dos Tribunais Regionais Federais e o Procurador-Geral da Justiça Eleitoral.

(E) Ministros do Superior Tribunal de Justiça e advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

213. Além de suas atribuições legais, os juízes podem exercer

(A) atividade político-partidária na esfera federal.

(B) a advocacia, a partir da data de sua aposentadoria.

(C) uma função de magistério.

(D) o controle externo da atividade policial.

(E) a orientação judicial das entidades públicas.

214. Tício, advogado militante em Belo Horizonte, pode vir a integrar o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais por nomeação do

(A) Governador do Estado, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

(B) Governador do Estado, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.

(C) Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.

(D) Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

(E) Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

215. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outras atribuições,

(A) processar e julgar originariamente as impugnações à apuração do resultado geral na eleição de Presidente e Vice-Presidente da República.

(B) apurar, com os resultados parciais enviados pelas Juntas Eleitorais, os resultados finais das eleições de membros do Congresso Nacional.

(C) aprovar a divisão dos Estados em Zonas Eleitorais ou a criação de novas Zonas Eleitorais.

(D) aprovar o afastamento do exercício dos cargos efetivos dos Juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais.

(E) registrar e cassar o registro de candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República.

216. Se, antes da realização do segundo turno das eleições para Governador de Estado, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de um dos dois candidatos que a disputam,

(A) considerar-se-á eleito o outro.

(B) convocar-se-á, dentre os remanescentes, o mais idoso.

(C) convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

(D) far-se-á nova eleição com reabertura do prazo para registro de candidatos.

(E) far-se-á nova eleição entre os que participaram do primeiro turno.

GABARITO DA PARTE II:**Prova 1**

1. - A
2. - E
3. - D
4. - E
5. - C
6. - B
7. - A
8. - B
9. - D
10. - C
11. - C

Prova 2

12. - B
13. - D
14. - E
15. - A
16. - D
17. - B
18. - C
19. - B

Prova 3

20. - B
21. - D
22. - A
23. - B
24. - C
25. - E
26. - D
27. - A

Prova 4

28. - E
29. - D
30. - E
31. - B
32. - A
33. - C
34. - D
35. - B
36. - A
37. - E

Prova 5

38. - D
39. - C
40. - B

Prova 6

41. - B
42. - A
43. - C
44. - D
45. - E
46. - C
47. - A
48. - B
49. - D
50. - E

Prova 7

51. - D
52. - C
53. - D
54. - C
55. - A
56. - B

Prova 8

57. - C
58. - D
59. - A
60. - E
61. - A
62. - C
63. - D

Prova 9

64. - D
65. - B
66. - C
67. - D
68. - A
69. - E
70. - B
71. - D

72. - C

73. - D

74. - B

75. - C

Prova 10

76. - E

77. - A

Prova 11

78. - D

79. - C

80. - A

81. - D

82. - E

83. - A

84. - B

85. - E

86. - A

87. - D

Prova 12

88. - A

89. - B

90. - B

91. - E

92. - C

93. - A

Prova 13

94. - A

95. - B

96. - D

97. - C

98. - B

99. - C

100. - D

101. - E

102. - A

103. - B

104. - E

105. - D

106. - C

107. - A

Prova 14

108. - C

109. - B

110. - E

111. - D

112. - A

113. - C

114. - E

115. - B

116. - D

117. - C

118. - A

119. - E

120. - A

121. - D

122. - B

123. - A

124. - C

125. - B

126. - C

127. - A

128. - D

129. - E

130. - B

131. - D

Prova 15

132. - A

133. - E

134. - D

135. - C

Prova 16

136. - D

137. - A

138. - C

139. - B

140. - E

141. - D

142. - E

143. - A

144. - B

145. - C

146. - E

147. - D

148. - B

149. - C

150. - A

151. - C

Prova 17

152. - B

153. - A

154. - E

155. - C

156. - B

157. - D

158. - E

159. - D

160. - B

161. - C

162. - A

163. - D

164. - E

165. - A

166. - C

Prova 18

167. - A

168. - E

169. - C

170. - D

171. - E

172. - B

173. - D

174. - C

175. - B

176. - A

177. - E

178. - C

179. - D

180. - A

181. - D

182. - C

183. - D

184. - E

185. - A

186. - B

Prova 19

187. - A

188. - C

189. - E

190. - D

191. - B

Prova 20

192. - C

193. - A

194. - B

195. - D

196. - E

197. - D

198. - C

199. - B

200. - A

Prova 21

201. - A

202. - E

203. - B

204. - C

205. - D

206. - E

207. - D

208. - C

209. - B

Prova 22

210. - A

211. - B

212. - E

213. - C

214. - D

215. - B

216. - C